

MARTHA LÚCIA RIBEIRO ARAÚJO

CAMPINA GRANDE: PODER LOCAL E MUDANÇA
NACIONAL - (1945-1964)

Dissertação apresentada no Curso
de MESTRADO EM SOCIOLOGIA da
Universidade Federal da Paraíba,
em cumprimento às exigências
para obtenção do grau de Mestre.

WALDOMIRO CAVALCANTI DA SILVA
ORIENTADOR

ROSA GODOY
ORIENTADORA

CAMPINA GRANDE - 1985



A663c Araujo, Martha Lucia Ribeiro.
Campina Grande : poder local e mudanca nacional - (1945-1964) / Martha Lucia Ribeiro Araujo. - Campina Grande, 1985.

232 f.

Dissertacao (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraiba, Centro de Humanidades.

1. Poder Politico - Campina Grande (PB). 2. Sociedade - Processos de Transformacoes. 3. Desenvolvimento Economico - Campina Grande (PB). 4. Dissertacao - Sociologia. I. Silva, Waldomiro Cavalcanti da II. Godoy, Rosa III. Universidade Federal da Paraiba - Campina Grande (PB)

CDU 321.01(813.3)(043)

Aos meus alunos e às minhas
filhas Flávia e Andrezza.

AGRADECIMENTOS

- . Ao Professor WALDOMIRO CAVALCANTI DA SILVA, pela orientação paciente e segura, caracterizada pela franqueza e liberdade.
- . À professora ROSA GODOY, orientadora desta dissertação, pela assistência constante e preciosas sugestões.
- . Aos professores do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFPB - Campus II, que aceitaram inclusive aumentar sua carga de trabalho confiando na oportunidade deste trabalho.
- . À professora ALBANITA GUERRA ARAÚJO, que apesar dos seus muitos afazeres, se colocou a nossa disposição para fazer a revisão ortográfica.
- . À professora MARIA BRAGA DE SÁ pelo incentivo em todas as fases do trabalho e pela organização dos mapas.
- . À LUCIA, CILVANETE, LAURA e GILMAR pela ajuda na coleta de dados.
- . Aos funcionários dos diversos órgãos consultados, sempre solícitos no atendimento aos pesquisadores.
- . Enfim, a todos aqueles que de uma forma ou de outra contribuíram para a realização deste trabalho.

R E S U M O

Esta dissertação analisa a estrutura do poder na cidade de Campina Grande, no período 1945-1964, tendo como base as transformações de suas relações com o poder nacional. Este trabalho estuda as condições concretas de caráter estrutural e os móveis dos agentes e movimentos sociais, seus valores e objetivos, analisando-os em suas múltiplas relações.

Definidas as condições mais gerais que norteiam as transformações no período, o trabalho avança na análise do processo de integração da economia nacional, sob a hegemonia do capital monopolista. É mostrado que a emergência da sociedade civil (grupos sociais organizados que pressionam por mudanças) ocorre simultaneamente, trazendo como consequência a redefinição por parte das classes dominantes, quer a nível nacional, quer a nível local da sua estratégia de dominação.

O trabalho busca, enfim, definir o conteúdo da crise gerada pelas transformações de natureza econômica e político-institucional, que se traduziu na desintegração da ideologia do nacional-populismo e na evolução dos movimentos sociais, bem como na forma encontrada pelas classes dominantes, para superar a crise e consolidar o seu poder.

A B S T R A C T

- . The aim of this dissertation is to analyse the structure of power in the city of Campina Grande, taking into consideration the period from 1945 to 1964, looking at transformations of its relations to the national power. Thus, this work studies the concrete conditions of structural character; the objectives of the subjects and the aims of the social movements, as well as its values, analysing them in their multiple relations.
- . Defined the general conditions that lead to transformations in the period studied, the work goes forward to analyse the integration of the national economy into the hegemony of monopolist capital. It is shown that the appearance of the civil society (organized social groups which push changes forward) occurs simultaneously to that, bringing as a consequence a re-definition of the strategy of domination, of the dominant classes, at local and at the national level.
- . As a conclusion, this dissertation comes to define the contents of crises that come out of the transformations of economic and political - institutional nature which brought about, as a result, the dismantling of the ideology of national - populism and the evolution of the social movements, as well as, the way out found by the dominant classes to overcome the crises and to consolidate their power.

SUMÁRIO

	Pag.
Campina Grande: Poder Local e Mudança Nacional (1945-1964)	
INTRODUÇÃO:	1
CAPITULO I - A REANIMAÇÃO LIBERAL COM A QUEDA DO ESTADO NOVO (1945-1954)	
1.1.0 - DE DUTRA A GETÚLIO - COMO SE ORIENTA O PODER POLÍTICO NACIONAL	5
1.1.1 - A Nebulosidade da Política Econômica Financeira	5
1.1.2 - Os Partidos e o Poder Político	14
1.1.3 - A Dialética da Crise	25
1.2.0 - A CONJUNTURA REGIONAL	31
1.2.1 - Uma Radiografia do Nordeste	31
1.2.2 - A Formação Sócio - Econômica de C. Grande e sua Região	43
1.2.3 - Estruturação do Poder Local	56
CAPÍTULO II - A EVOLUÇÃO POLÍTICA NACIONAL NO CONTEXTO DE EXPANSÃO DO CAPITAL MONOPOLISTA (1954 - 1959)	
2.1.0 - DE CAFÉ FILHO A JUSCELINO: DO PESADELO AO DELÍRIO	82
2.1.1 - As Águas Turvas da Movimentação Política Pré-Juscelino	82
2.1.2 - A Expansão do Capital Monopolista na Época de Juscelino	91
2.1.3 - Os Conflitos Sociais na Cirandada Monopolizante da Economia Brasileira	101
2.2.0 - AS TRANSFORMAÇÕES DO NORDESTE	112
2.2.1 - A SUDENE Comanda o Processo	112
2.2.2 - Campina Grande no Contexto Regional: a Questão da Hegemonia Urbana	112
2.2.3 - A Dinâmica da Política Municipal e suas Articulações Externas.	132

CAPÍTULO III - A CRISE DO LIBERALISMO NO BRASIL

3.1.0 - DE JÂNIO QUADROS A JOÃO GOULART	151
3.1.1 - O Janismo e a Catástrofe Liberal	151
3.1.2 - O Goularismo e a Última Ilusão do Liberalismo	157
3.1.3 - A Crise Final: a Sepultura sem Réquiem	164
3.2.0 - O NORDESTE: O BODE EXPIATÓRIO	173
3.2.1 - Os Movimentos Sociais no Campo	173
3.2.2 - Campina Grande no Contexto da Crise Geral	185
3.2.3 - A Agudização das Lutas de Classes e o Poder Político em Campina Grande	196
CONCLUSÃO	213
BILBIOGRAFIA	220

I N D I C E

GRÁFICOS	pág.
I - Incremento Populacional de Campina Grande(1940-1953).....	53
II - Campina Grande: Valor da Produção Agrícola Real(1951-1961)	123
MAPAS	
I - Região Nordeste	32
II - Regiões Geográficas da Paraíba.....	44
[III - Município de Campina Grande: Relação Campo-Cidade - 1963.]	125
IV - Distribuição Espacial dos Bairros de Campina Grande.....	207
TABELAS	
I - Distribuição dos Grupos Bilionários por setor de atividade e por tipo de controle	95
II - Distribuição dos Grupos Multibilionários por setor e por tipo de controle	96
III - Participação de Setores Públicos e Privados na Formação do Capital Fixo	98
IV - Número de Greves por Ano (1945-1964)	105
V - Representação do PDS, UDN, PTB, PSP e Pequenos Partidos na Câmara Federal (1945-1962)	109
VI - Estrutura Agrária de Campina Grande (1950-1960).....	122
VII - Partidos Políticos Representações nas Eleições de 1962...	162
VIII - Confronto do Censo Industrial. 1950-1960 - Paraíba,1950..	186
IX - Confronto do Censo Industrial. 1950, Paraíba - 1960.....	187
X - Estabelecimentos Industriais em Campina Grande - 1962,....	189

INTRODUÇÃO

O nosso trabalho é, pela sua forma e conteúdo, uma Dissertação que tenta satisfazer, como obrigação acadêmica, aos pré-requisitos requeridos pelo Mestrado de Sociologia Rural para a obtenção do título de Mestre. Resultado, também, de nossa experiência de ensino-aprendizagem, desenvolvida na prática docente dos últimos anos, procura apresentar um caráter didático, representando uma 1ª experiência sistemática de construção de um trabalho onde se requer uma orientação metodológica adequada.

Nestas condições, fizemos a escolha do tema: Campina Grande: Poder Local - Mudança Nacional (1945-1964). O nosso interesse pela História de Campina Grande, por estarmos ligados por nascimento e residência à cidade, levou-nos a contribuir para o preenchimento de algumas lacunas da historiografia local, já que não existe uma obra que analise sistematicamente as transformações na estrutura do poder, através da relação poder local, poder nacional. Tentamos fugir das explicações que priorizam o local ou o nacional, procurando demonstrar que estas transformações são resultado das articulações entre as várias instâncias do poder.

A utilização do método histórico-comparativo possibilitou a compreensão de que o processo de transformação econômico e social de um espaço regional, compreendido como parte integrante do espaço nacional somente se definia pela análise da natureza da articulação entre o poder regional com o poder nacional.

O que nos interessou estabelecer não foi simplesmente uma relação entre as transformações econômicas e as modificações na estrutura do poder, mas ver como estas se articulam de modo complexo, e por vezes contraditório e coerente, estabelecendo claramente as suas determinações recíprocas. Dentro desta perspectiva, procuramos destacar pois, simultaneamente as condições concretas de caráter estrutural e os móveis dos agentes e movimentos

sociais, seus valores e objetivos, analisando-os em suas múltiplas relações.

Concebemos o processo histórico como resultado das relações das classes e dos grupos sociais que têm um modo próprio de convivência, interesses materiais, valores e ideologias distintas sendo as suas contradições, conciliadas ou superadas, o substrato mesmo da estrutura do poder. As transformações se verificam na medida em que as classes ou grupos sociais distintos conseguem impor ao conjunto da sociedade os seus interesses, a sua força e os seus valores ou, mais precisamente, o seu sistema de dominação.

Consideramos o Estado Brasileiro, no período, como resultado de um pacto complexo e contraditório de dominação de classe, onde determinados setores da burguesia, considerados liberais e nacionalistas, procuraram transformar os seus valores em valores aceitos pela sociedade como um todo, através do pacto populista (o populismo poderia ser caracterizado pela incorporação das massas ao processo político, enquanto o nacionalismo aparece como expressão global e ideológico deste processo) sendo superados pelos setores burgueses mais ligados ao capital monopolista internacional, que promoveram uma modernização conservadora, na medida em que favoreceram as mudanças exigidas pelo processo de acumulação capitalista do período, sem que, essencialmente fossem modificadas as bases do sistema de dominação o que propiciou a permanência das práticas autoritárias.

Estas considerações que acabamos de assinalar rastream a elucidação das seguintes questões ou pressupostos que foram suscitados pela análise da bibliografia do período:

- Ao analisarmos a estrutura do Estado Brasileiro, através da relação entre o poder local e o poder central, procuramos identificar o papel do primeiro, face ao processo de integração da economia

nacional, sob a hegemonia do capital monopolista, obrigando as classes dominantes regionais e estaduais a redefinirem a sua estratégia de dominação.

- A constituição de uma economia nacional unificada, de natureza capitalista-monopolista modificou, também, a relação entre as várias esferas do poder, verificando-se uma inferência mais efetiva do poder central no espaço regional, propiciando as classes dominantes locais a participarem de forma subordinada, do processo de acumulação capitalista, mantendo-se o continuismo da legitimação entre as duas instâncias.
- Inicialmente, submergidas numa coligação de forças, comandadas pela burguesia agrária, as classes dominantes campinenses ensaiam uma aliança de caráter populista, que englobaria a burguesia industrial, comercial e amplos setores populares.
- Sustado este processo pelo movimento de 64, esvazia-se o poder local e regional, subordinando-se as elites dirigentes ao poder central.

Tendo como base os pressupostos apresentados, direcionamos nossas leituras concernentes ao período abrangido pela investigação, no plano nacional e regional, com o objetivo de identificar as modificações na estrutura do poder, quer a nível nacional, quer a nível regional e local.

Com relação à conjuntura nacional, utilizamos a historiografia específica e disponível. Quanto à conjuntura regional e local, além da consulta às obras editadas sobre o período, recorreremos à fontes primárias (jornais, revistas, telegramas, livro de atas de projetos da prefeitura de Campina Grande).

Realizada a crítica, classificação e análise dos dados coletados, procedemos à construção do objeto proposto. A utilização do método

histórico-comparativo permitiu colocar o objeto dentro de uma totalidade maior, desta forma a universalidade e a particularidade se unem através do específico.

O texto final foi redigido tentando-se combinar a síntese histórico-cronológico com a síntese lógico-sistemática. A dissertação ficou, assim, constituída de 3 capítulos. Em cada capítulo, procuramos estabelecer a relação entre as transformações a nível nacional e a nível regional. A síntese do processo foi dada pela análise da estrutura do poder local.

No 1º Capítulo "A Reanimação Liberal com a Queda do Estado Novo", procuramos analisar o processo de integração e unificação do espaço nacional, a intensificação da industrialização no Brasil, e em consequência, a emergência da sociedade civil (grupos sociais organizados que pressionam por mudanças) o que obriga as classes dominantes, quer a nível nacional, quer a nível local, a redefinirem a sua estratégia de dominação.

No 2º Capítulo "A Evolução da Política Nacional no contexto de Expansão do Capital Monopolista", procuramos traçar o quadro das transformações, tanto a nível nacional como a nível local, introduzidas pela dominação do capital monopolista no interior da economia nacional.

No 3º Capítulo "A Crise do Liberalismo Nacionalista no Brasil", procuramos analisar a crise gerada pelas transformações de natureza econômica e político-institucional, que se traduziu na desintegração da ideologia do nacional-populismo e na evolução dos movimentos de massa, cujo exemplo típico foram as Ligas Camponesas do Nordeste, e a forma encontrada pelas classes dominantes para assegurar a dominação econômica e política do grande capital.

CAPÍTULO I - A REANIMAÇÃO LIBERAL COM A QUEDA DO ESTADO NOVO

1.1.0 - DE DUTRA A GETÚLIO - COMO SE ORIENTA O PODER POLÍTICO NACIONAL

1.1.1 - A Atmosfera Nebulosa da Política Econômica Financeira

Com o fim da 2.^a Guerra Mundial, transformações importantes ocorreram no relacionamento entre as nações. Consolidava-se a hegemonia dos Estados Unidos no sistema capitalista, ao mesmo tempo em que aumentava, consideravelmente, a área dos países socialistas, com a inclusão da Europa do Leste e da China.

Nesse momento, torna-se patente a divisão do mundo entre dois sistemas sócio-econômicos conflitantes. No clima de guerra fria que se seguiu, delineou-se uma nova estratégia para o capitalismo, enquanto se colocavam os problemas da descolonização, do nacionalismo e da dependência econômica.

A reconstrução do sistema capitalista fez-se no sentido de integração dos mercados nacionais. Os sistemas nacionais, cujas rivalidades conduziram aos dois conflitos mundiais, foram progressivamente desmantelados, passando as suas grandes empresas a estruturar-se globalmente, não significando isso a superação da luta de classe e das contradições entre as nações.

O processo de unificação do espaço econômico mundial, delimitando-se as zonas de influência, seria o fator importante para a extraordinária acumulação que ocorreria no período.

"No plano da estratégia do imperialismo, observa-se a tendência para o que chamaremos de "zoneamento" (Sudeste da Ásia, Oriente Médio, América Latina) correspondendo a cada "zona" objetivos táticos e métodos operacionais específicos. É evidente que os mecanismos de funcionamento do sistema dentro de cada "zona" dependem do tipo de relações imperialistas dominantes, o que, por sua vez é condicionado por fatores locais os mais variados... O sistema possui flexibilidade e utilizam-se os recursos os mais variados onde quer que se sinta sob ameaça, ameaça esta que pode partir tanto do fator econômico quanto do político-estratégico". (1)

Desenvolvendo-se o caráter monopolista do capitalismo, acentuam-se as disparidades regionais e setoriais.

O Brasil é integrado pela nova estratégia como zona dependente. Os dois conflitos mundiais tinham contribuído para a industrialização, que se concretizou particularmente após 1945.

Em seu trabalho Pequena Introdução do Desenvolvimento, o professor Celso Furtado, fundamentado no quadro teórico estruturalista, sublinha em sua análise aspectos importantes deste processo:

"A industrialização de substituição de importações tinha como base as atividades industriais pré-existentes. Ela constituía certamente um avanço com respeito ao que se havia feito anteriormente, mas não representava uma mudança qualitativa. As novas atividades orientavam-se pela demanda final, como um edifício que se constrói de cima para baixo. A base do edifício - as indústrias de insumos básicos e de equipamentos continuava no exterior". (2)

Embora atendendo a política desenvolvimentista decorrente da expansão do capital monopolista internacional, que se limitou a estimular a da indústria doméstica de bens de consumo duráveis, um mínimo de

(1) LINHARES, Maria Iedda Leite. O Capitalismo: seus novos métodos de Ação. Revista Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, nº 15, setembro de 1967. p. 77.

(2) FURTADO, Celso. Pequena Introdução ao Desenvolvimento: Enfoque interdisciplinar. São Paulo. Editora Nacional, 1980. p. 127.

instituições políticas e estruturas econômicas e administrativas tiveram de ser criadas para a tal expansão. Essas necessidades de transformações institucionais, que se desencadearam, foram orientadas no sentido de formalizar a conciliação dos interesses das classes dominantes do país com os interesses do capital internacional. Decorre daí a nebulosidade da política econômica neste período.

Atendendo à necessidade de mudanças, Vargas tenta realizá-las, utilizando um esquema de mobilização de massas. Para isso, contou com o apoio do Partido Comunista interessado em conseguir anistia para os seus presos políticos, legalidade para o partido e "União Nacional",

"Ao que tudo indica, as relações entre o P. C. e Getúlio Vargas em 1945 tinham caráter de aliança política, especialmente após a decretação da chama "Lei Malalaia". (Lei anti-truste)⁽³⁾

A mudança de regime político, nos termos em que Vargas estava procurando realizar, poderia implicar numa política menos dependente do capital internacional, o que possibilitaria a realização de mais uma etapa no desenvolvimento econômico do país. Entretanto, esta nova estratégia foi vista com alarme pelas forças adversas ao nacionalismo econômico e à participação das massas. Antes que Getúlio conseguisse consolidar sua estratégia, o Exército entrou em ação e o depôs. As oposições vencedoras não tinham interesse algum em realizar qualquer transformação que permitisse a participação das massas populares no processo de decisões políticas. Abandonando as pseudos atitudes liberais tornam-se discriminatórios ao ocuparem o poder e em nome de uma democracia representativa, criaram condições favoráveis à entrada e saída do capital estrangeiro, abandonando as diretrizes e práticas de uma política menos dependente do capital internacional.

As diretrizes econômicas adotadas durante o Governo de Gaspar Dutra

(3) SOUZA, Maria do Carmo Campello. Estado e Partidos Políticos no Brasil. São Paulo, Alfa Ômega, 1976. p. 117.

corresponderam a uma ruptura com relação à política econômica anterior, servindo principalmente aos interesses mais imediatos da empresa associados ao capital internacional e estrangeira.

"O governo Dutra foi fortemente influenciado por empresários, os quais ocuparam de maneira quase exclusiva os postos chaves na administração. A diretoria econômica favorecia claramente a empresa privada. Organizações estatais foram desativadas e a tendência para o nacionalismo e desenvolvimento estatizante sofrem um retrocesso. Tanto o governo como a U.D.N. em particular, examinavam as possibilidades de travar relacionamento com os E.U.A. e, conseqüentemente, a economia foi reaberta ao capitalismo estrangeiro em condições muito favoráveis".⁽⁴⁾

Neste período faz-se sentir a pressão para a desvalorização do cruzeiro, que a outra coisa não conduzia senão a política do livre câmbio. Apesar de algumas resistências, a política é adotada, contribuindo para consumir praticamente toda a reserva de divisas acumulada durante a guerra sem que a economia do País fosse beneficiada pela importação de máquinas e equipamentos.

A Superintendência da Moeda e do Crédito, contrariando os seus objetivos, não foi utilizada para evitar o esgotamento das divisas.

"A forma pelo qual o poder público foi levado a abster-se de interferir nos assuntos cambiais significou uma modificação substancial nas relações entre o Estado e a Economia. A política econômica mudara de direção e substância. Por esse motivo, os partidos políticos, os membros do Congresso Nacional e as lideranças políticas de oposição puderam facilmente denunciar o esgotamento das reservas de divisas e os mecanismos de remessa de lucros e retorno de capitais para o exterior".⁽⁵⁾

(4) DREIFUSS, Renê Armand. 1964: A conquista do Estado. Petrópolis, Vozes, 1981. pp. 28-29.

(5) IANNI, Otávio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977. p. 87.

Preocupando-se em desempenhar apenas tarefas supletivas em relação ao setor privado, o planejamento neste período tinha como objetivo, a reelaboração das condições de dependência, dadas às condições específicas do capitalismo no Brasil.

O Plano Salte, que se circunscrevia a quatro setores econômicos e sociais: saúde, alimentação, transporte e energia e previa investimentos para os anos de 1949-1953, na prática revelou-se ineficaz, expressando a indefinição da própria sociedade brasileira em razão das condições internas não estarem preparadas para mudanças estruturais que possibilitassem uma maior interseção com o capital internacional.

Os órgãos de planejamento regional como a Comissão do Vale do São Francisco (C.V.S.F.) e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (S.P.V.E.A.) resultaram mais da iniciativa dos membros do Congresso Nacional, com interesses políticos e econômicos na Região, do que de um projeto definido de integração e desenvolvimento regional. O plano da C.V.S.F. só foi enviado ao Congresso no final do governo Dutra (1950) e a SPVEA só foi realmente constituída no período governamental seguinte.

A preocupação em criar condições para que o capital estrangeiro pudesse ingressar no país se concretiza quando é formada a comissão mista Brasileiro-Americana, constituída em 1948, pelos governos dos E.U.A. e Brasil.

Os estudos realizados tinham como objetivo formal detectar os setores da economia brasileira, que precisavam ser dinamizados e corrigir os pontos que estavam impedindo a expansão do setor privado. Essencialmente, existia a necessidade de criar condições para a internacionalização da economia.

"A missão Abbink não se destinava a formar um plano. Destinava-se a fornecer subsídios para as políticas governamentais do Brasil e dos Estados Unidos, bem como para a orientação do setor privado desses mesmos países. Devido a sua inspiração privatista e internacionalizante".⁽⁶⁾

(6) IANNI, Otávio. Op. cit. p. 98

Na realidade o capital monopolista lutava pela posse de matérias-primas, por maior facilidade na exportação de capitais, enfim, por maior influência econômico-financeira.

Já nos primeiros anos do pós-guerra passou o Brasil a sofrer pressão do F.M.I. no sentido de pôr em prática a política de câmbio livre, já em 1948 recomendava drástica redução do crédito e, por consequência grande redução no volume de investimentos, como atesta trecho do parecer dos peritos da introdução do Relatório do Banco do Brasil em 1948:

"Cumpre-nos evidenciar ao Brasil que para se impedirem novos aumentos dos preços só existe um meio, que é a redução drástica do crédito. Havendo acentuadamente escassez de crédito, também se reduzirá de modo significativos grande volume de investimento".⁽⁷⁾

Em razão destas pressões, as decisões assumidas, não expressam uma real preocupação com o desenvolvimento econômico autônomo.

Na realidade, o processo de industrialização, baseada no capital nacional, revelava uma tendência crescente e acentuada para a forma associada ao capital internacional ou para a forma de empresas pertencentes ao Estado.

A transição do governo Dutra para o segundo Governo Vargas, mostra uma certa continuidade na medida, em que Getúlio incentiva os investimentos estrangeiros, ao mesmo tempo em que promove a industrialização e defende o direito do Brasil de possuir e desenvolver os seus recursos minerais.

Ao tentar impor a sua política econômica se defronta com alguns problemas básicos como a inflação, o desequilíbrio da balança de pagamentos, a necessidade de importar máquinas e equipamentos, etc..

Diante desta situação, o poder público foi levado a intervir mais amplamente no sistema econômico, apresentando uma tendência maior a

(7) SILVEIRA, Cid. A Carta do Atlântico e o Capital Monopolista. Revista Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, nº 3, julho 1965. p. 96.

adotar uma política "nacionalista".

Isto não significava que as ações e decisões do governo não se revestissem de ambigüidade pois, pelo menos na fase inicial do seu governo verificou-se uma procura entusiástica da ajuda econômica dos Estados Unidos.

Entretanto, a persistência de possibilidades de uma expansão capitalista não plenamente dependendo do capital monopolista interno permite ao governo de Getúlio tentar colocar a burguesia nacional como força social dirigente nesta estratégia deste processo de acumulação. Chico de Oliveira, no seu trabalho A Economia da dependência imperfeita, assim se refere a esta estratégia:

"O financiamento da acumulação de capital naquela fase sustentava-se basicamente em 3 pontos: em 1º lugar na manutenção da política de confisco cambial, tentando utilizar o mecanismo de transferência de excedente do setor agro-exportador para o setor industrial... Em 2º lugar na nacionalização de setores básicos, do Departamento I mais precisamente nos setores produtores de bens intermediários... O terceiro ponto de sustentação do padrão de acumulação residia numa contenção relativa do salário real dos trabalhadores, atenuada pela função que se assinalava às empresas do Estado; produzir certos bens e, sobretudo, serviços abaixo do custo, transferindo em parte, por essa forma, poder de comprar aos assalariados". (8)

Dentre os problemas que o governo decidiu enfrentar destacavam-se o da energia (carvão, petróleo e eletricidade) e o do reaparelhamento do sistema nacional de transportes (ferrovia, rodovias e portos).

A mobilização política das tendências nacionalistas abria novas perspectivas à atuação do poder público. A concepção cepalina sobre o crescimento e desenvolvimento econômico, da América Latina, torna-se útil e importante, como justificativa para uma maior intervenção do governo na

(8) OLIVEIRA, Francisco de. A Economia da Dependência Imperfeita. Rio de Janeiro, Graal, 1977. p. 79.

economia. A problemática da planificação econômica estatal passou a ser discutida no Congresso Nacional, nas Universidades, em livros, em artigos de jornais, revistas e em reuniões dos partidos políticos, etc..

Pouco a pouco a ideologia e a prática do planejamento são incorporados pelo poder público, como componentes cada vez mais necessários do Estado, dividido pela pressão do capital monopolista, em plena expansão, e pela necessidade de se contrapor até certo ponto às suas exigências.

O Plano Nacional de Reparcelamento Econômico (1951) foi apresentado como um plano quinquenal de investimentos em indústria de base, transporte, energia, frigoríficos e modernização da agricultura. Na realidade, reflete a necessidade de conciliação entre a decisão do governo de impulsionar o desenvolvimento econômico interno e de atender às sugestões e projetos prioritários elaborados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

Com relação à política cambial, realizou-se a reforma com o objetivo de melhorar as exportações de produtos brasileiros, além de garantir prioridade para as importações de bens de capital e insumos requeridos pelo desenvolvimento industrial.

Acentua Chico de Oliveira que:

"No entanto, a implementação dessa estratégia oferece dificuldades pois uma das principais fontes de financiamento interno residia na apropriação pela indústria, de excedente gerados no setor de exportador: a contradição portanto, resulta do fato de que, ao mesmo tempo em que se fazia mister transferir parte do excedente da produção cafeeira para o setor industrial (estatal e privado) era necessário preservar a rentabilidade da empresa agro-exportadora, já que era ela a única a proporcionar os meios de pagamento internacionais indispensáveis ao suprimento da oferta interna de bens de capital e insumos básicos. O imobilismo da taxa cambial aí aparece como a expressão e a própria síntese desta contradição". (9)

(9) OLIVEIRA, Francisco de. Op. cit. p. 81.

As evidências indicam que durante o Governo Dutra o salário real dos trabalhadores caíra incessantemente. Apesar de os salários terem sido elevados nominalmente, no governo Vargas, no entanto, a inflação fez decrescer o salário real. Em que pese o aguçamento destas contradições, persiste-se com o objetivo político de estimular a industrialização.

"Continuava a criar-se novas condições (econômicas, financeiras, administrativas e técnicas) para o desenvolvimento econômico menos dependente. Assim nos anos de 1952-53 foram criados o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e Petróleo Brasileiro S/A (Petrobrás).⁽¹⁰⁾

A criação da Petrobrás, que expressa o cerne desta política econômica, foi precedida de amplo debate, na imprensa, no Congresso Nacional, nas assembléias de estudantes universitários, reuniões sindicais, etc.

Criada sobre a forma de monopólio estatal, representou a vitória dos setores da sociedade que defendiam: nacionalismo econômico, a emancipação do País, ideologia desenvolvimentista, crescimento das funções econômicas do Estado, etc..

Esta política apresenta uma inovação, com relação à anterior a 1945, por consubstanciar uma maior intervenção do poder público na economia a uma procura de apoio social às medidas adotadas. Por este motivo, ao mesmo tempo em que procurava criar incentivos, para o processo de industrialização que beneficiava setores da "burguesia nacional", a aliança com os assalariados impediu a utilização dos recursos que possibilitasse uma acumulação mais efetivo em benefício da "burguesia nacional" contribuindo para a concretização da interdependência cada vez maior dos setores econômicos estratégicos da economia nacional, com o capital internacional.

(10) IANNI, Otávio. Op. Cit. p. 122.

1.1.2 - Os Partidos e o Poder Político

Até 1930, o Estado brasileiro foi liderado por uma composição de forças que representaram o interesse dos comerciantes exportadores, latifundiários e elementos da burguesia agrária.

Foi sob a dominação deste conjunto de forças no poder e sob a influência do capital externo, principalmente inglês, que se formou a burguesia industrial.

A urbanização e o desenvolvimento industrial introduziram novos atores como, a citada burguesia industrial, a classe média e o operariado no jogo pela disputa do poder.

Na década de 1930, o país experimenta uma redefinição decisiva em direção ao capitalismo industrial e são lançadas, nesse período, as bases políticas para a expansão capitalista. (11)

A burguesia emergiu impetuosamente, porém não destruiu nem política, nem economicamente, o latifúndio tradicional dominante para impor sua presença no Estado. Pelo contrário, aceitou, em grande parte, os valores tradicionais da elite rural. Entretanto, conseguiu identidade política face às forças latifundiárias dominantes, ao mesmo tempo, estabeleceu uma relação de compromisso, particularmente com os setores agro-exportadores.

O governo de Getúlio Vargas teve, então, de se movimentar dentro de uma complicada trama de interesses conflitantes. O período foi marcado por crises contínuas, que indicavam dissidências dentro da burguesia e que se manifestavam através de movimentos como a revolução de 1932 ou o movimento fascista (integralismo) da metade de 30.

(11) Durante a década de vinte, novos centros econômicos regionais foram consolidados, sob novas bases econômicas, como, por exemplo, R. Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo. A urbanização e o desenvolvimento industrial, permitiram o fortalecimento da fração industrial da burguesia que apoiada pelas camadas urbanas, pôde exercer uma pressão decisiva em favor da industrialização.

A revolução de 30, que se deu como uma resposta às pressões das massas urbanas em acelerado crescimento, não levou à incorporação das classes trabalhadoras no processo político. A inquietação da classe operária, expressa pelas greves, e as reações organizadas por parte das classes subordinadas como, por exemplo, o levante comunista de 1935, ou a criação da Aliança Nacional Libertadora, levaram as elites dominantes a procurarem uma liderança forte para conseguir unificar o conjunto de forças necessárias e para impor e administrar sacrifícios regionais e de classe, apropriados para a consolidação da sociedade capitalista.

A incapacidade de lidarem com conflitos, intra e inter classes, implicou no favorecimento de práticas anti-liberais, que se concretizou com o golpe de 1937 instaurador do Estado Novo.

Sistema político de Estado Novo

A reestruturação do sistema político durante este período envolve novas formas de articulação e domínio de classe. Coube ao Estado, acentuar e dirigir o processo de expansão do capitalismo no campo, de maneira a impedir que nele ocorressem alterações radicais na estrutura da grande propriedade agrária e no processo produtivo. Favoreceu o controle da classe proprietária sobre a massa camponesa produtora direta, o que era necessário na medida em que os donos da terra, sob a pressão do Estado, descompromissava-se das práticas econômicas não-capitalistas.

O Estado Novo representou assim um programa político capaz de prevenir mudanças estruturais. A ação repressiva estatal e uma incontestável melhoria nas condições de vida dos trabalhadores urbanos asseguraram a dominâncias dos interesses representados pelas novas diretrizes políticas sobre a massa operária.

Neste período, a industrialização permitiu e propiciou a participação de profissionais da classe média e militares, juntamente com os próprios empresários, no aparelho administrativo do Estado. Em síntese, proprietários de terra e industriais, tornaram-se aliados sem, contudo, haver uma identidade

completa de interesses entre si. Conflitos e tensões marcaram o seu relacionamento, o que tornou possível a interferência das Forças Armadas na vida política da nação. A sua intervenção assegurava a coesão do sistema constituindo-se um fator importante nas tentativas de institucionalização da política burguesa a longo prazo.

Ao se aproximar o fim da 2.^a Guerra Mundial, transformações importantes ocorreram. A entrada do Brasil no conflito mundial estabeleceu uma visível contradição no interior da vida política brasileira. Como iríamos lutar contra a opressão e a ditadura na Europa, enquanto aqui mesmo dentro de nossas fronteiras, vivíamos uma situação semelhante com prisões, censura a imprensa, partidos políticos proibidos, etc. ?

As oposições que começaram a surgir não constituíam um grupo coeso, pouco havia de comum entre as posições comunistas de um lado, as posturas liberais do outro e as reivindicações das oligarquias regionais. A cooperação era vista como necessariamente democrática, no âmbito de uma generalizada repulsa pelo totalitarismo nazista.

Segundo Ricardo Maranhão:

"Neste contexto, não foi difícil o aparecimento de perspectivas ideológicas de colaboração entre os diversos segmentos das sociedades nacionais em processo de formulação institucional. Entre os liberais e os que lhes seguiam de perto os passos, desenhava-se a tendência a um regime liberal-democrático que ampliasse a participação e a incorporação de setores populares ao processo político, aperfeiçoando mecanismos de redistribuição de renda e de acesso ao bem-estar e à cultura. Na esquerda, desenvolveram-se propostas de construção de democracia que passariam por alianças com setores da burguesia", (12)

A agitação nas classes trabalhadoras, oriunda das condições miseráveis

(12) MARANHÃO, Ricardo. Sindicatos e Democracia. São Paulo, Brasiliense, 1979. p. 21.

de vida, atingia ponto crescente em meados da década de quarenta. Carone esclarece que:

"A intensificação da exploração por causa da mobilização militar e do trabalho fabril em função da guerra, estimulou as primeiras lutas reivindicatórias ainda em 1944. Em março e abril deste ano, uma greve dos carris urbanos de Porto Alegre, obtendo concessões parciais, estimulou a paralisação das ferrovias em todo o Estado do Rio Grande do Sul, o mesmo ocorrendo nas minas de carvão locais. Foi necessária a intervenção do Exército para submeter os mineiros". (13)

Estes movimentos, embora insignificantes, evidenciavam a existência de sindicatos controlados, que haviam canalizado durante anos as reivindicações de classe. O que se vê, em 1945 é que, retirando-se a polícia e dando-se uma relativa liberdade ao movimento, a classe operária e grupos nela atuantes manifestam uma série de ações independentes do Estado.

Quando Getúlio deu uma liberalização relativa ao sindicalismo, o PCB tomou a dianteira em 30 de abril, propondo a criação junto com líderes não comunistas do MUT (Movimento de Unificação dos Trabalhadores).

Desde a sua função, o MUT objetivava elevar a vida sindical e favorecer os interesses da classe operária, num contexto democrático. Seu manifesto programa dizia:

"Devemos lutar imediatamente pela mais completa liberdade sindical, rompendo com as injustificadas interferências na vida de nossos órgãos de classe... Devemos lutar para que se torne efetiva a sindicalização dos que trabalham no campo, e para que a esses sejam assegurados todos os benefícios da legislação social. Devemos

lutar pela manifestação de opiniões em nossas assembléias e o rigoroso cumprimento de nossas resoluções". (14)

Apesar de, sob a orientação do PCB, o MUT não ter conseguido libertar os sindicatos da vinculação ao Ministério do Trabalho, já que ao mesmo tempo que combatia a estrutura sindical, procurava desestimular as greves em função da aliança com Vargas e os petebistas, não resta dúvida de que é indicativo de um processo de organização da classe operária mais independente.

Segundo Ricardo Maranhão:

"O MUT era uma alternativa organizat6ria extremamente simpática à classe, mesmo que tivesse o funcionamento de uma organizaç6o de cúpula, e mesmo porque era a única alternativa à organizaç6o "Ministerialista" com todo o seu ranço de ditadura". (15)

A repercuss6o da proposta do MUT da Criaç6o de Uni6es Sindicais Municipais e Estaduais, que violava a estrutura oficial de organizaç6o por categoria, concretizou-se com a realizaç6o do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil (Rio de Janeiro, setembro de 1946).

O crescimento do PC, junto à organizaç6o incipiente das classes trabalhadoras, parecia à burguesia uma s6ria ameaça por fugir ao seu controle. Foi num clima de instabilidade política que associaç6es empresariais convocaram convenç6es e congressos nacionais. O mais importante desses foi a 1ª Conferência das Classes Produtoras do Brasil, realizada em maio de 1945.

Segundo Dreifuss a "Declaraç6o de Princípios" dos empresários baseava-se na associaç6o de liberdade e empresa privada, caracterizada por

(14) TELLES, Jover. O movimento Sindical do Brasil. Rio de Janeiro. Vitória, 1962. p. 39.

(15) MARANHÃO, Ricardo. Op. cit. p. 64.

preceitos de justiça e limitações inevitáveis impostas pelos interesses fundamentais da vida nacional, e para cuja realização, a burguesia reconheceria como necessário um certo grau de interferência do Estado.

Além disso, a resolução da conferência conclamava :

"desenvolvimento harmonioso de todas as regiões, a uma garantia para o desenvolvimento de todas as regiões, a uma garantia para homens da cidade e do campo, de um salário que lhes permitisse viver com dignidade, a necessidade de planejamento econômico e a recomendação de que o Estado tivesse papel mais ativo na preservação do meio ambiente, no desenvolvimento da agricultura, na produção de energia e expansão dos transportes, no protecionismo alfandegário, no desenvolvimento de indústrias básicas, no impedimento da formação de cartéis, no controle de importações e, sobretudo, no estímulo a investimentos estrangeiros que, ao término do esforço de guerra, haviam oportunamente renovado sua participação na economia brasileira em fins da década de quarenta". (16)

Este documento torna claro a necessidade de se definir o que era chamada de burguesia nacional. A historiografia do período, muitas vezes, enfatiza o apoio burguês a uma ampla aliança nacionalista, envolvendo as classes trabalhadoras, as massas urbanas e o campesinato contra o imperialismo. Entretanto, o desenvolvimento histórico demonstrou a fragilidade do projeto de industrialização autônoma, quanto da solução política baseada nas alianças populistas.

O que a ênfase nacionalistas ocultava era que o país tornava-se cada vez mais dependente de investimentos estrangeiros e da utilização de tecnologia avançada, necessitando de um sistema político que facilitasse esta fase particular da acumulação de capital, denominada por alguns de "substituição de importação", que se instaurou pós 45. A divisão da burguesia em duas: uma entreguista, diretamente ligada ao capital internacional, e a

(16) DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado. Petrópolis, Vozes, 1981. p. 25.

outra oposta à ação, dos interesses estrangeiros, era mais formal, pois a motivação da burguesia era uma só, o capital. A sua exigência restringia-se a medidas que viabilizassem a expansão capitalista, segundo a forma que ela assumiu no Brasil, ou seja associada ao capitalismo internacional. Nesse período suas diferenças se diluem nos mecanismos de uma economia competitiva em diferenciação e expansão, freqüentemente se submetem aos padrões do mercado internacional. Desse modo, apenas contribuem para o fortalecimento do padrão de desenvolvimento associado ao capital externo. (17)

Na realidade, o que estava se tornando claro para as classes dominantes era a necessidade, diante do descontentamento popular e da pressão por parte da "classe média", por formas menos autoritárias de governo, de mudar. O sistema de dominação de Getúlio, compreendendo esta necessidade de mudança, tentou um novo alinhamento formado pelas classes trabalhadoras e a burguesia industrial. Para isso, estimula a criação de um novo partido, o PTB, de bases ligadas aos setores operários urbanos e cuja doutrina ficaria conhecida como trabalhismo e seria baseado na coalisão dos sindicatos dominados pelo governo.

Ao mesmo tempo, Vargas tenta salvar a máquina política criada por ele no Estado Novo, estimulando a criação do PSD, partido eminentemente oligárquico.

Segundo Skidmore;

"paradoxalmente o PSD atraiu também o apoio de empresários progressistas, tais como Roberto Simonsen, que encaram a continuação de intervenção estatal como essencial a um impulso maior na industrialização". (18)

(17) Ambas as burguesias eram favoráveis aos investimentos estrangeiros, entretanto a burguesia dita nacional, defendia um maior controle do Estado sobre estes investimentos, com o objetivo de evitar uma remessa excessiva de lucros para o exterior.

(18) SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. p. 82.

A oposição internacional entre as democracias liberais e o fascismo empresta força inesperada à oposição interna que se aglutina na futura UDN.

Fundada em início de 1945, inicialmente congregava toda a oposição ao Estado Novo, o seu programa se inscrevia nos quadros do liberalismo burguês, defendendo a recuperação de direitos e liberdades vigentes nos sistemas políticos dominantes na área do capitalismo.

Segundo Manuel Maurício;

"Os correligionários se arregimentaram principalmente na pequena e média burguesia, sendo uma facção partidária predominantemente urbana, embora houvesse aberturas suficientes, para incorporar setores oligárquicos regionais, através de alianças ditadas por interesses táticos".⁽¹⁹⁾

Quanto ao PSP, foi uma agremiação produzida em São Paulo e assim permaneceu, limitada à defesa de interesses regionais.

O Partido Comunista gozou de breve período de legalidade, apoiando o movimento queremista, que pleiteava a permanência de Getúlio em Presidência da República. Luis Carlos Prestes fora também anistiado em 1945 e retornava à prática política prestigiado como um símbolo de resistência à ditadura do Estado Novo.

O programa por ele então defendido buscava evitar confrontos desgastantes, defendendo uma política nacionalista e aliança com setores progressistas burgueses.

Os outros numerosos partidos que surgiram a partir de 1945 não eram tão importantes quanto os mencionados.

O sistema partidário que surgiu em 1945 nasceu sob um signo

(19) ALBUQUERQUE, Manuel Maurício de. Pequena história da formação social brasileira. Rio de Janeiro, Graal, 1981. p. 604.

ideológico desfavorável, pouco diferenciado. Num primeiro momento, agiram como fator de fragmentação da unidade nacional, influenciadas pelos particularismos e clientelismos regionais. As diretrizes ditatoriais que ostensivamente dominavam a sociedade brasileira desde 30, contribuíram para tornar a prática política dissolvente e estéril. Por esta razão, os conflitos políticos surgidos a nível da sociedade civil, acabam sendo resolvidos pelas forças armadas.

A nova estratégia de Getúlio, de procurar o apoio das classes trabalhadoras, para um governo mais independente, foi vista com alarme pelas classes dominantes e por setores da classe média. Antes de conseguir consolidá-las, o Exército entrou em ação e o depôs.

As oposições vencedoras, elites econômicas e oligárquicas regionais afastadas do poder em 1930, não tinha interesse algum de realizar qualquer transformação que viesse permitir uma efetiva participação das massas populares nos processos de decisões políticas. Na realidade, Dutra revelou-se um presidente apegado ao reacionarismo. Diante da perspectiva da evolução do PC no campo eleitoral e no meio operário, não hesitou em cassar o registro do partido, iniciando uma violenta repressão contra o movimento operário.

De acordo com Basbaum:

"em relação ao processo eleitoral o candidato do PC Yeddo Fiúzza, nas eleições de 1945 tinha conseguido um honroso 3º lugar, com cerca de 600 mil votos em pouco mais de 5 milhões de votantes. Elegeu 15 deputados federais por São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco e um senador (Luis Carlos Prestes) pelo Rio de Janeiro". (20)

Com relação à influência do PC no meio operário, esclarece Ricardo Maranhão:

"que a base essencial da força do partido no movimento operário era a organização nas fábricas. Ela se originara durante os movimentos

(20) BASBAUM, Leoncio. História Sincera da República, 1930-1960. São Paulo, Alfa Omega, 1975. p. 175-179.

reivindicatórios, sob a forma de comissões e muitas se transformaram em células arregimentando mais de um milhar de militantes, como o de Nitroquímica em São Miguel Paulista, com mais de mil militantes". (21)

A partir de 1947, o que se observa é a consolidação da democracia "liberal", tal como sempre a viram os donos do poder, ou seja, com qualquer organização popular sufocada ou atrelada ao aparelho do Estado.

A constituição é um retrato deste período: liberal na forma e herdeira do autoritarismo característico dos anos trinta.

No entanto, as modificações econômicas e sociais por que passava o país, com o crescimento da população urbana e o aumento do peso político da classe operária, trariam um elemento desestabilizador para o sistema. Nesta conjuntura política, com as classes no poder, completamente destituídas de elementos capazes de estabelecer condições hegemônicas para o exercício do poder, Vargas conseguiu sobressair, começando a mudar a sua imagem de Vargas ditador, para Vargas democrata.

A sua paciente estratégia deu resultado, conseguindo ser reconduzido ao Governo por larga maioria de votos, recebendo o apoio dos mais diversos setores como empresários e outros ligados às antigas oligarquias, refletindo o conjunto de medidas que queria aplicar.

Tentando agrader a gregos e troianos, em dezembro de 1950, concluiu um acordo com os EUA para a organização da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Em 1951 recorrendo a linguagem do nacionalismo econômico, falando de "luta do Brasil contra os trustes internacionais", prepara o envio ao Congresso Nacional, do projeto de lei que criava o monopólio estatal do petróleo.

Os ataques da oposição se tornaram mais veementes, diante das tentativas de outras nacionalizações. O aumento do custo de vida exigia uma nova prática política, mais concreta e menos dúbia.

(21) MARANHÃO, Ricardo. Op. cit. p. 77.

Afirma Octávio Ianni, que:

"a política de massa conduziu às rupturas parciais entre a sociedade urbano-industrial e a sociedade tradicional, juntamente com os sistemas políticos e econômicos existentes... A cada passo se coloca o problema da manutenção ou do aprofundamento das rupturas externas. Essas tensões se agravam com o desenrolar da política de massa e do programa de industrialização, bem como da criação de novas condições institucionais para o desenvolvimento econômico independente... O confronto entre vários projetos de desenvolvimento e de organização do poder torna-se crucial. Em 1954 é total o antagonismo entre os que desejam o desenvolvimento internacionalizado (ou associado com a organização externa) e os que pretendem acelerar o desenvolvimento econômico independente". (22)

Como citamos anteriormente este antagonismo era mais formal, na realidade a estratégia política econômica de Vargas, trazia à tona sérios problemas. Os interesses do capital internacional, que estavam reingressando na economia brasileira, não tinham conseguido ocupar o espaço necessário, para influir nas novas diretrizes políticas do poder.

Unindo-se com interesses locais e com forças reacionárias atemorizadas com as medidas sócio-democráticas, que pareciam ameaçá-las prepararam as condições para o impasse e para a crise final.

(22) IANNI, Octávio. O Colapso do Populismo no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971. pp. 68-68.

1.1.3 - A Dialética da Crise

Desde o seu início está o capitalismo sujeito às crises e, a partir do momento em que ele passou a dominar a economia de várias nações, estas crises adquiriram caráter cíclico e passaram a desempenhar um papel decisivo no que se refere à compreensão crítica do seu funcionamento.

Depois da 2.^a Guerra Mundial, com o aprofundamento da dependência da economia nacional à mundial, torna-se claro o caráter geral da crise, explicitada através das contradições específicas do capitalismo brasileiro.

Como já foi citado anteriormente, o processo denominado de "substituição de importações", atingiu grande intensidade durante a 2.^a Guerra Mundial, devido ao virtual desaparecimento da concorrência estrangeira. Entretanto, o crescimento da industrialização dependia da capacidade do país para importar equipamentos básicos e materiais. Essa capacidade, por sua vez, permanecia dependente da possibilidade brasileira de produzir divisas estrangeiras ou cair na dívida externa. Por outro lado, a procura dos produtos de exportação tradicionais (café, cacau e algodão), no mercado mundial, poderia levar à queda do câmbio e, conseqüentemente baratear as importações, ameaçando a industrialização do país.

Esclarece Paul Singer:

"que o peso específico da indústria no conjunto da economia já era muito maior. Os interesses dos industriais já eram mais poderosos do que os ligados à cafeicultura. Como medida de proteção à indústria, o governo estabeleceu o monopólio do câmbio, que foi fixado em Cr\$ 18,50/dólar impedindo-se a baixa esperada. Deste modo evitou-se o barateamento das importações, protegendo-se a indústria e sua expansão contínua". ⁽²³⁾

A industrialização em um país dependente suscita muito mais

(23) SINGER, Paul. Desenvolvimento e Crise. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 135.

contradições do que a mera expansão industrial de uma economia capitalista, pois mudanças estruturais necessárias, não são realizadas em razão da própria especificidade das classes sociais envolvidas nas mudanças. Em decorrência, suscita pontos de estrangulamento, atrasos setoriais e desequilíbrios regionais.

No caso específico do Brasil, segundo Skidmore:

"havia pontos de estrangulamento resultantes de transporte inadequado, insuficiente energia hidrelétrica e falta de fontes internas de combustíveis. Os atrasos setoriais poderiam ser notados em áreas como o da indústria química e da siderurgia. Os desequilíbrios regionais, especialmente entre o Centro-Sul industrializado, e o Nordeste empobrecido". (24)

A solução implicava em grandes investimentos. Para realizá-los o governo optou pela política de emissão que seria responsável pela alta inflação do período. A inflação beneficiou principalmente setores industriais, já que criou poupanças forçadas que foram investidos nestes setores.

Entretanto, exerceu efeitos negativos sobre a exportação, já que as tornou mais caras no exterior, havendo um forte desestímulo aos exportadores. Quem mais sofria com o aumento do custo de vida era a classe operária urbana, que começava a pressionar por melhores salários.

A classe média também se mostrava apreensiva com os aumentos de custo de vida. As tentativas anti-inflacionárias e de estabilização, por outro lado, poderiam provocar a oposição da sociedade como um todo. Getúlio utiliza, como estratégia para vencer o impasse a mobilização popular, utilizando a linguagem do nacionalismo econômico, e tentando efetivamente estabelecer uma política menos dependente com relação ao capital internacional. Para isso, procurou o apoio da classe operária, fortalecendo o PTB, como instrumento político. Nomeou para o Ministério do Trabalho, João Goulart,

(24) SKIDMORE, E. Thomas. Op. cit. p. 122.

político influente nos quadros do PTB, do Rio Grande do Sul. A nomeação de Goulart atenderia a dois objetivos: contrabalançar a influência dos comunistas dentro dos sindicatos trabalhistas e conseguir um apoio mais efetivo da classe operária para a sua política de estabilização e de relativa autonomia com relação ao capital internacional.

Nos pronunciamentos, Vargas enfatiza a "necessidade do País" de atingir a sua "emancipação econômica", prometendo realizar um grande esforço para propiciar o "autodomínio do nacionalismo". (25)

A política petrolífera de Vargas se enquadra nos parâmetros desta nova estratégia "nacionalista desenvolvimentista" que tentava combinar crescimento econômico e democracia social.

Em decorrência, enfatiza a campanha contra o capital estrangeiro, acusando-o de estar fazendo remessas de lucros excessivas e de cometer fraude no faturamento da exportação.

Entretanto, a sua atitude era paradoxal, uma vez que a instrução 70 da SUMOC que vigorou dos anos 1953-57, garantiu na prática os investimentos estrangeiros. (26)

As medidas de contenção da inflação não estavam surtindo os efeitos desejados. As freqüentes elevações dos preços, levavam os trabalhadores a pedir aumento de salários, para compensar a alta dos preços. Ao mesmo tempo, os industriais pressionavam o governo no sentido de manter a política creditícia que havia possibilitado o desenvolvimento industrial nos últimos anos.

(25) VARGAS, Getúlio. O Governo Trabalhista do Brasil. Vol. IV, p. 133-134, citado por IANNI, Octávio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil. 1930-1970. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971. p. 136.

(26) Em 1953, o Governo Vargas adotou uma política cambial mais flexível. Um sistema de taxas múltiplas foi introduzida pela SUMOC (Superintendência de Moeda e do Crédito), a Instrução 48 de fevereiro de 1953 e a Instrução 70, de outubro de 1953. Ao estabelecer categorias múltiplas para diversos tipos de exportações, importações e movimento do capital, utilizou como poderosos instrumentos para canalizar recursos para as importações, facilitando os investimentos estrangeiros.

O confronto entre as classes se escondia atrás dos vários projetos de desenvolvimento econômico e da organização do poder.

A estratégia de Vargas, de procurar apoio nas classes operárias, foi vista com desconfiança pelos setores mais conservadores da sociedade brasileira. Da mesma forma desagradava aos grupos estrangeiros que estavam reingressando na economia do País.

O desencadeamento de uma ofensiva mais contundente, por parte destes setores, iniciou-se quando Jango propôs um aumento de 100% nos salários mínimos. O Ministro foi acusado de nada fazer para impedir a onda de greves em todo país, utilizando a insatisfação popular para conseguir os seus objetivos.

No início de fevereiro de 1954, um grupo de 40 coronéis e 39 tenetes-coronéis entrega ao General Espírito Santo Cardoso, Ministro da Guerra, um memorial que invectivava contra a crise de autoridade que, segundo eles, o Exército estava atravessando, propiciando as divisões internas e contribuindo para a intranquilidade pública.

Diz Skidmore que:

"este importante documento representava uma advertência de maior importância para Getúlio. Manifestava a genuína expressão de descontentamento dos oficiais jovens, muitos dos quais nunca estiveram diretamente ligados ao movimento anti-getulista anteriormente. Evidenciava também o descontentamento da classe média traduzida em vocabulário militar. Embora os oficiais expressassem seu receio pela perda do status, na linguagem específica da tradição militar brasileira, falavam, na verdade, por uma grande parte da classe média". (27)

As oposições aglutinadas em torno da UDN, iniciaram uma campanha maciça contra Getúlio, acusando-o de querer estabelecer um Estado Sindicalista e de organizar um pacto anti-norte-americano, do qual participaria também o

(27) SKIDMORE, Thomas. Op. cit. p. 165.

governo chileno e o governo argentino (o pacto ABC).

Getúlio tenta contemporizar, demitindo o Ministro da Guerra, Espírito Santo Cardoso e o Ministro do Trabalho, João Goulart. Com isso, demonstrava sinal de fraqueza política e que estava perdendo o controle da situação. A sua tentativa de conseguir o apoio mais efetivo da classe operária através de apelos de que se "naquela hora estavam com o governo, no futuro seriam governo", não surtiu o efeito desejado.

Na realidade, as manobras do populismo trabalhista já começavam a ser questionados. Representações mais conscientes começavam a reagir contra o sindicalismo oficial e contra a dominância dos pelegos.

Esta tentativa de articulação do movimento operário foi a gota d'água para as oposições que passaram ao ataque, principalmente através de Lacerda que utilizando uma rede de jornais, desfecharam uma campanha de repúdio geral contra a corrupção administrativa e o tráfico de influência, ao mesmo tempo em que continuava defendendo os interesses da burguesia associada ao capital internacional explorando as presumidas ameaças de estatização da economia.

Vargas, imprensado entre a insatisfação dos trabalhadores diretos e a hostilidade crescente da burguesia parte para o confronto direto. O atentado de Toneleros que vitimou o major Rubens Vaz teve enorme repercussão e a inquietação militar aumentou, tendo os oficiais da Aeronáutica lançado manifesto pedindo a renúncia do Presidente.

Isolado politicamente, enfrentando a repercussão negativa do comprometimento de Gregório Fortunato, membro de sua guarda pessoal, Vargas encerra a crise pelo suicídio.

Morrer foi, para Getúlio, um ato político. O impacto de sua morte enfraqueceu e dividiu a direita e a impediu de assumir plenamente o poder.

O depoimento de Jesus Soares Pereira, assessor direto de Vargas é esclarecedor:

"Suicidando-se por motivos políticos, que deixou expressos na Carta Testamento, Getúlio Vargas impediu de imediato, vingasse um dos propósitos das forças políticas que se empenharam na sua deposição e na conquista do poder: extinguir-se a Petrobrás retomando a linha do Estatuto do Petróleo que, como manobra tática haviam abandonado durante a batalha parlamentar do petróleo. Esse propósito foi proclamado abertamente pelo mais prestigioso porta voz daquelas forças, foi objeto de cogitações no âmbito do novo governo, onde o trauma causado pela morte de Getúlio Vargas desaconselhou partisse dele a iniciativa de extinção..." (28)

O fim do Governo Vargas correspondeu ao fim de outros projetos nacionalistas, burgueses, na América Latina, que tinham como perspectiva a introdução de reformas que possibilitassem um desenvolvimento menos dependente, para isso utilizando a estratégia de se apoiar na massa trabalhadora. A sua concretização teria conduzido a conflito com as estruturas tradicionais e com os interesses do capital internacional. A sua base de apoio teria de ser uma "burguesia nacional" que se empenhasse em consolidar a sua independência, face a investidas do capital internacional. Entretanto, a crescente integração da economia brasileira no esquema da internacionalização do capital, era um obstáculo ao fortalecimento desta "burguesia nacional".

Por outro lado, as reivindicações populares, por melhores condições, apareciam como uma ameaça à própria dominação burguesa. Coerentemente, esta optou, pela forma de desenvolvimento que garantisse a sua própria reprodução e a sobrevivência do próprio sistema, preferindo articular-se aos interesses internacionais.

Entretanto, as estruturas sociais, não estavam maduras para uma articulação completa. A crise vai se prolongar, tendo um desfecho autoritário em 64, quando se consolida o processo de integração ao capitalismo internacional.

(28) PEREIRA, Jesus Soares e LIMA, Medeiros. Petróleo, Energia Elétrica, Siderúrgica. A luta pela emancipação. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. p. 113.

1.2.0 - A CONJUNTURA REGIONAL

1.2.1 - Uma Radiografia do Nordeste

Toda essa série de transformações que vimos analisando, não se processaram de maneira uniforme, em todo o território nacional. A incorporação de algumas regiões ao processo da divisão nacional e internacional do trabalho, que realiza a expansão capitalista, não se processou de maneira uniforme. Nosso objetivo é a compreensão das especificidades do processo de integração da Região Nordeste ao espaço nacional, considerando que o relativo "atraso" do Nordeste, em relação a região Centro-Sul, longe de ser uma consequência do seu isolamento é, ao contrário, um produto de sua integração neste mesmo processo. (Ver mapa I - com a configuração da Região Nordeste estabelecida pelo IBGE).

Desse modo, como afirma a Professora Rosa Godoy:

"uma região só será plenamente caracterizada se for analisada no seu complexo de inbricações e relações: na relação com a formação social, de que é um "corte" espacial delimitado histórica, portanto dinamicamente, o aspecto básico a ser vislumbrado é o nível de articulação das atividades produtivas da região ao modelo de acumulação dominante, na relação com os demais cortes espaciais, cujas "fronteiras" estão em contínuo reajustamento, o aspecto básico é a forma específica de reprodução do capital, portanto, a diferenciação e articulação entre os cortes e, finalmente no âmbito interno à própria região, o aspecto básico é o nível de suas forças produtivas e suas relações de produção". (29)

A desigualdade entre essas regiões, atenderia, pois, às necessidades da própria dinâmica do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e da imposição da nova divisão que exigia uma unificação capaz de permitir

(29) SILVEIRA, Rosa Godoy. O Regionalismo Nordestino - existência e a consciência da desigualdade regional. São Paulo, Ed. Moderna, 1984. p. 52.



Fonte: ATLAS Das Potencialidades
Brasileiras - MEC - 1974.

MAPA I - REGIÃO NORDESTE.

um processo de acumulação sustentado no que se produzia em áreas como o Nordeste.

Nesse sentido, afirma Gadiel Perrucci:

"assim, o que o dualismo denomina de "atrasado", na verdade, nada tem de atrasado no sentido em que dificulta o crescimento combinado e, por isso mesmo, há que se tornar "moderno". Com efeito, o "atrasado" existe em função do moderno e vice-versa. Noutra linha de análise, a acumulação se nucleariza, concentrando capital num determinado espaço, dentro de um processo histórico de complementariedade e integração com as partes do conjunto e tal processo histórico de complementariedade e integração com as partes do conjunto não se realiza autonomamente, mas, também sustentado pelo valor produzido em áreas periféricas". (30)

As condições objetivas para a formação de um espaço econômico nacional unificado começaram a se forjar, portanto, a partir de 1930.

O Estado cria mecanismos político-institucionais e passa a atuar de modo decisivo na criação da infra-estrutura que viabiliza o crescimento da produção industrial.

O período da Segunda Guerra Mundial representa o recrudescimento no ritmo de desenvolvimento nacional e, conseqüentemente, na necessidade de implantação de um Estado Nacional unificado, expressão de uma expansão capitalista que tendia a ser hegemônica.

Os traços gerais deste processo, foram apontados na parte anterior deste capítulo. Por isso, nos deteremos aqui, na análise da estrutura regional e de suas contradições. O crescimento econômico do Nordeste se processa até a 2.^a Guerra Mundial, vagorosamente, não apresentando elementos dinamizadores para a região.

(30) PERRUCCI, Gadiel. A Formação Histórica do Nordeste e a Questão Regional. In: A Questão Nordeste. Org. MABANHÃO, Silvio. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984. p. 15.

Analisemos duas atividades básicas do Nordeste: a produção açucareira e a produção algodoeira.

A partir do século XIX, começam a aflorar as mudanças que vinham se processando condicionadas pela nova divisão do trabalho que o capitalismo financeiro ia gerando. Gradativamente ia se ampliando o número de produtos, com novos espaços produtivos, para atender à demanda européia. Nessas condições, as mudanças econômicas, induzidas pelo grande capital, provocam, na zona açucareira, a transformação dos antigos engenhos banguês e as usinas num espaço de tempo - cerca de 2 décadas - em ritmo extremamente rápido. Segundo Manuel Correia de Andrade:

"as instalações das Usinas eram feitas sem estudo prévio das condições existentes, ocasionando a falta de recursos o fechamento de algumas. Além disso, dispunham de máquinas com capacidade de esmagamento superior à capacidade de produção, tendo de adquirir mais terras para 'atender à fome de cana de suas moendas'. Acentuava-se assim a concentração fundiária. Consolidando-se, desta forma, a propriedade capitalista da terra". (31)

A derrocada dos antigos engenhos, quando não resulta na incorporação direta de suas terras às da usina, transforma seus antigos senhores em fornecedores de cana, o que implicou no fortalecimento do capital monopolista das usinas e no aprofundamento da relação contraditória capital/trabalho que se congrega à ampliação do processo de proletarianização dos produtores diretos das áreas adjacentes. Por outro lado, os fornecedores tiveram a sua margem de lucros diminuída, pelas constantes explorações dos usineiros. (32)

(31) CORREIA DE ANDRADE, Manuel. A terra e o homem no Nordeste. Editora Brasiliense. 3.^a edição, São Paulo, 1973. p. 109 a 113.

(32) O fornecedor está na dependência do usineiro, pois o mesmo não tem obrigação de moer a sua cana, aproveitando-se da necessidade do fornecedor de vender a sua produção para conseguir preços mais baixos, além disso os fornecedores não podiam fiscalizar as balanças das usinas, sendo sempre enganados com relação ao montante de sua produção.

Quanto aos trabalhadores das usinas, conforme a sua maior fixação à terra e a sua dependência ao proprietário, podiam ser agrupados em 3 categorias: os moradores, que residiam na propriedade onde trabalhavam, os trabalhadores de fora, que viviam nas cidades, vilas e povoações da zona e os "corumbás" ou "catingueiros" que residiam no Agreste e Sertão, mas se deslocavam todos os anos para a zona canavieira durante a safra, a fim de participarem da colheita.

Os trabalhadores de fora, embora tivessem a liberdade de trabalhar no dia em que quisessem, não recebiam a precária assistência social concedida aos moradores e, seu salário apesar de um pouco mais elevado, não correspondia, então, nem ao padrão salarial mínimo vigente.

Os corumbas ou catingueiros, habitantes do Agreste e, às vezes, do sertão, representavam o exército de reserva de mão-de-obra das Usinas, por serem uma mão-de-obra barata e disponível, em relação à qual o usineiro só participava, em parte, com o custo de reprodução da força de trabalho, da qual poderiam se desvencilhar facilmente.

A indústria açucareira utilizando uma mão-de-obra que por não ser totalmente despossuída, não se constituindo por essa razão, uma mercadoria plena, evitou as crises cíclicas, próprias do capitalismo, como por exemplo o desemprego (as populações trabalhadoras voltavam à agricultura de subsistência na época de crise). No entanto, estas relações não plenamente capitalistas dificultaram o livre desenvolvimento das forças produtivas.

Esclarece Francisco de Oliveira:

"que a força de trabalho, no sentido dado por Marx a esse conceito, não pode expandir-se senão sob a condição de que se venha a constituir um equivalente geral, que se transforme dinheiro em capital-dinheiro, nos circuitos da produção e da circulação, isto é, um dinheiro metamorfoseado, valorizado, pela mais valia". (33)

(33) OLIVEIRA, Francisco de. Op. cit. p. 56.

Portanto, as transformações operadas nas relações de produção não atingem o cerne do conteúdo não plenamente capitalista de força de trabalho.

O algodão se constituiu numa "cultura mais democrática" do que o açúcar, sendo produzido não só pelo grande proprietário, como pelo foreiro, morador, pequenos proprietários, etc... conservando, assim, essas antigas formas de trabalho. Explica-se, pela necessidade de se adequar às exigências do capital internacional, que através das grandes companhias instauradas no Nordeste (Sanbra, Clayton, Machine, Cotton) era o principal comprador de nosso algodão.

Apropriando-se da área de circulação e comercialização, as grandes empresas obrigaram os produtores, como uma forma de sobrevivência, a uma volta às leis de reprodução do Nordeste-pecuarista, utilizando o cambão, a meiação, o pagamento em folha, como relação dominante. Apesar disso, na zona agrestina, a cultura algodoeira consolidou uma economia monetária que, embora vinculada aos interesses externos, proporcionou um desenvolvimento urbano mais dinâmico.

Com a expansão das relações de produção capitalista no campo e o aumento da riqueza mobiliária e também, dos baixos índices de remuneração pagos aos produtores diretos, os proprietários de terra passa a residir nos centros urbanos, onde vão constituir um mercado consumidor a criando as condições para um comércio bastante ativo. Por outro lado, as modificações que se processaram na zona açucareira, possibilitam o desenvolvimento de cidades que se tornam mercado para a expansão do agreste, Recife e Salvador tornaram-se importantes pólos econômicos. Nesta área, surge a indústria têxtil, a de calçados e outras, como consequência da formação de um mercado de oferta de mão-de-obra e de uma acumulação capitalista.

Entretanto, como as mudanças, nas relações de produção, se limitaram às necessidades do conjunto dos interesses das classes dominantes,

sem quaisquer transformações substanciais na composição orgânica do capital, não houve, por isso mesmo, um salto qualitativo capaz de imprimir-lhe um caráter revolucionário, no sentido de transformação do processo produtivo em sua totalidade. Os trabalhadores assalariados ou semi-assalariados, na maioria das vezes, não conseguem se introduzir na economia de mercado, em razão do baixo poder aquisitivo dos seus salários. É neste aspecto que a economia dessa região vai diferir da economia do Centro-Sul cafeeiro onde predomina uma economia de bases capitalistas, embora dependente, mas se caracterizando nela maior produtividade, onde as relações de produção vão determinar o desenvolvimento de um mercado consumidor e de uma indústria manufatureira, cujo crescimento progressivo se dará com o subsídio à compra de matérias primas e a larga oferta de mão-de-obra excedente do Nordeste.

Para remover alguns dos entraves à integração do mercado à indústria nacional, o Estado extinguiu os impostos interestaduais que travavam o comércio de mercadorias e incentivou alguns programas de expansão rodoviária. Desta forma, abrem-se possibilidades para que o "capital" regional acumulado torne-se instrumento de comercialização de produtos estrangeiros e do Centro-Sul constituindo-se, assim, um dos canais que remetem, para fora, parte substancial do valor gerado internamente.

A partir de 1930, assiste-se, pois, a uma reorganização da economia nacional, acentuando o processo de acumulação e, por outro lado, o de articulação da economia nordestina ao mercado nacional. As medidas adotadas pelo governo central para debelar as crises visam, sobretudo, a manter uma situação dada, e são simples mecanismos de defesa da estrutura latifundiária e da ordem mercantil em movimento.

Exemplificaremos com o DNOCS, que representou uma política de compromisso entre os interesses dominantes do Centro-Sul e os interesses das oligarquias do Nordeste, cujo objetivo central era resolver a crise regional oriunda do seu baixo nível de crescimento e cuja política

assistencialista reforçou o poder do latifúndio ora remunerando os seus prejuízos, ora concebendo-lhes uma infra-estrutura gratuita que fortalece a sua riqueza patrimonial.

Outro exemplo seria o IAA, que ao estabelecer quotas, aparentemente toma medidas a fim de preservar a agro-indústria nordestina, na realidade limitando o seu próprio crescimento, que resultaria em sua estagnação a longo prazo. Desta forma, o Centro-Sul passa a concorrer com vantagem mesmo com relação aos produtos tradicionais: o algodão e o açúcar. Passando o algodão sulino a suprir com vantagem as indústrias locais.

Com a 2.^a Guerra Mundial, aprofunda-se a divisão internacional e nacional do trabalho, reforçando-se o papel dependente da economia nordestina. Passada a conjuntura favorável, a região torna a enfrentar uma crise de demanda externa para seus produtos.

Segundo dados que figuram no GTDN, entre 1948 e 1956 a produção industrial cresceu 50%, a uma taxa anual de 5,2%. Porém sua participação no produto industrial do país baixou, no período de 11% a 9%, devido ao intenso processo de substituição de importações, fundamentalmente concentrado no Centro-Sul, cujo produto industrial evoluiu, no mesmo período, a uma taxa anual de 7,7%. Isto faria baixar a participação relativa do Nordeste no que se refere também a outros índices. Sua participação no produto total do país caiu de 15,5% para 13,4% no período acima considerado, enquanto a participação do Centro-Sul subia de 81% para 83%. Em relação ao produto per capita, o do Nordeste, em relação ao do Centro-Sul, baixou de 37,3% para 32%. Considerando-se dados de produção real, entre 1948 e 1956 o Nordeste cresceu 37% e o Centro-Sul 51,2% enquanto o incremento populacional foi igual para as duas regiões, da ordem de 2,5%, significando uma maior defasagem entre as rendas per capita das duas regiões. (34)

(34) MOREIRA, Raimundo. O Nordeste Brasileiro: uma política regional de industrialização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p. 34-35.

Efetivamente, como frisamos anteriormente, a estrutura econômica da região não favorecia o surgimento de um setor industrial moderno, pois caracterizava-se pela existência de uma renda bastante concentrada e pela ausência de mercado interno, não só devido aos baixos salários vigentes na região, como também devido às condições de grande parcela da população que vivia a nível de subsistência e sofreu as conseqüências diretas das secas periódicas.

Esclarece Amélia Cohn que o parque industrial Nordestino se caracteriza neste período, pela predominância de indústrias ligadas mais ao setor primário, vale dizer, à têxtil e de alimentos, constituindo também indústrias de expressão as de transformação de minérios. Esse parque industrial pouco diversificado, na década de 50 apresenta uma diminuição na participação do produto regional, enquanto que a participação do setor primário cresce, como mostram os dados a seguir:

	1950	1960
Agricultura	40,7	46,0
Indústria	13,5	11,6

FONTE: Boletim Econômico da SUDENE, Ano II. nº 2. (35)

Podemos concluir, que era escassa a capacidade da economia regional de absorver a mão-de-obra adicional, que queria se incorporar ao mercado de trabalho, daí os fluxos migratórios do campo para as cidades, tanto as da própria região nordeste quanto as do Centro-Sul, agravando-se na época das secas.

Esta corrente migratória vai favorecer a economia do Centro-Sul,

(35) APUD, COHN, Amélia. Crise Regional e Planejamento. Editora Perspectiva, São Paulo, 1970. p. 48.

formando um "exército industrial de reserva" que pressionava os salários para baixo.

A partir deste momento, abria-se a possibilidade para a indústria Nacional, localizada principalmente em São Paulo de renovar os seus equipamentos industriais e expandir a sua capacidade produtiva. As indústrias do Nordeste que não puderam adotar as leis de reprodução que o capital exigia foram condenadas inexoravelmente ao desaparecimento.

Todo este processo apresenta um caráter contraditório, na medida em que contribui para a desagregação das relações de produção do campo, reforçando o monopólio da terra e a concentração urbana. (36)

~~X~~ A contradição entre o capital e o trabalho se aprofunda, obrigando as classes dominantes, através do Estado, a apresentarem uma face nova, que poderíamos chamar de modernizadora-conservadora, na medida em que a estrutura de poder procura se adaptar às necessidades de legitimação que lhe são impostas.

Nesta fase, a aliança que existe entre o Estado e o poder local representa uma transição para a supremacia do poder central. Segundo Victor Nunes Leal, o coronelismo representa "uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido". (37) Neste período que estamos analisando (1945-1954) apesar do seu progressivo enfraquecimento pois precisam cada vez mais do aval e do apoio das novas elites burguesas para legitimar o seu poder, conseguem se manter sem os abalos profundos que caracterizariam o período posterior.

A característica distintiva, dessa fase, que consideramos de transição é, sem dúvida, a presença cada vez mais importante de setores

(36) Os pequenos proprietários, posseiros e arrendatários que são separados de suas condições objetivas de trabalho, são utilizados, em parte, pelos grandes proprietários rurais, outros emigram para as cidades do Nordeste ou para o Centro-Sul.

(37) LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto. São Paulo, Alfa Omega, 1975. pp. 252-253.

burgueses e das "classes médias" urbanas no sistema de dominação. O proletariado emerge no cenário político local, ligando-se nacionalmente ao proletariado do resto do país.

É sintomático do processo de mudanças que, apesar da ação repressora da polícia durante o Estado Novo, o PCB, nos pleitos que se realizam pós-45 no Nordeste, tenha apresentado uma votação expressiva.

Em Pernambuco, por exemplo, consegue eleger três deputados federais com extraordinária votação, Luís Carlos Prestes, Gregório Bezerra e Agostinho Dias de Oliveira. Outro fato indicativo foi o início da formação da chamada "Frente de Recife" para o lançamento da candidatura de Pelópidas Silveira ao governo do Estado, em 1946.

Muitas figuras de médicos, advogados, engenheiros, intelectuais, etc... de prestígio em Pernambuco ligaram-se às forças populares e mesmo ao PC para participarem de ações comuns, o que permitiu vitórias sucessivas.

No Nordeste, estas forças mais progressivas não foram cooptadas, como aconteceu em outras regiões do país, pela política populista. Segundo Silvio Maranhão, faltavam no Nordeste os elementos específicos que caracterizavam o :

"desenvolvimentismo-populismo: uma burguesia que comandava o desenvolvimento industrial e impunha progressivamente a sua hegemonia, embora sem romper abertamente com a oligarquia agrária, um Estado produtor ambíguo em suas reações com as classes dominantes e dominadas, um proletariado urbano surgido da expansão em novas condições, das forças produtivas e um campesinato excluído do processo como condição da própria aliança dominante"⁽³⁸⁾

Apesar do Poder Central começar a intervir diretamente na Região

(38) MARANHÃO, Silvio. Desenvolvimento Econômico e Poder Político. Algumas Reflexões sobre o Caso do Nordeste Brasileiro, 1930-1975. In: A Questão Nordeste. p. 129.

(através do sistema de crédito oficial, organização social da produção, obras públicas, etc.) procurando se legitimar, utiliza o sistema de dominação tradicional para manter a "paz" na região e sua integração ao sistema nacional. Portanto, não dispendo dos elementos que permitiriam a utilização da estratégia "desenvolvimentalista populista", o que teria permitido a participação limitada das forças populares no processo político, o sistema de dominação não permite que as transformações se estabeleçam, dentro da ordem desejada pelas classes no poder.

As contradições tendem a se agudizar e os conflitos entre as classes a se resolver pela confrontação direta, forma tradicional de se resolverem conflitos na região. Quando a ascensão das forças populares começa a ameaçar a hegemonia das classes no poder, o Estado altera o seu papel na região. É o momento da criação da SUDENE, que integrará o Nordeste ao espaço econômico nacional.

1.2.2 - A Formação Sócio-Econômica de Campina Grande e sua Região

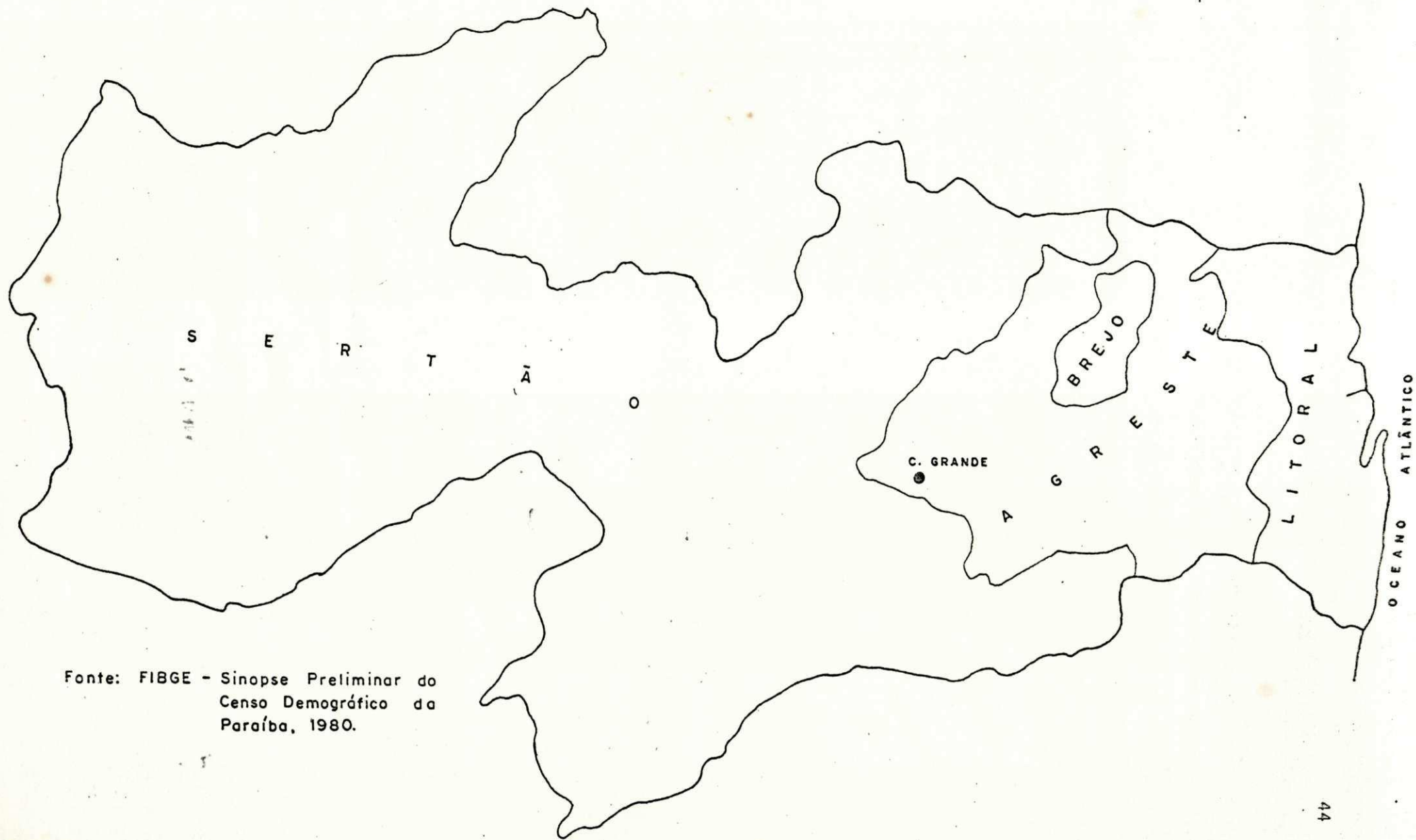
Desde o século XVIII, a expansão crescente da pecuária e as exigências da monocultura canavieira, sempre absorvedora de terra, começaram a empurrar o gado para o interior, contribuindo com sua expansão para promover a ocupação e povoação de uma área até então despovoada. É a partir deste momento que se formam as primeiras fazendas, nas sesmarias doadas aos Oliveira Lêdo em recompensa pela dizimação dos Índios Cariris. Assim, se delineia a ocupação humana do espaço que daria origem a Campina Grande.

Esclarece o professor Waldomiro Cavalcanti que o agreste e o sertão surgem como resposta à contradição contida nas relações de produção da estrutura "escravocrata" da região da mata. A reprodução da força de trabalho significava um custo econômico que o senhor de engenho deveria transferir para um outro "compartimento" econômico. Na estrutura espacial de produção da economia açucareira, a lavoura de subsistência e a pecuária, necessariamente se tornariam atividades econômicas independentes por imposição do tipo de divisão social do trabalho que se efetua, a partir da expansão do capital comercial europeu.⁽³⁹⁾ (Ver mapa II - com as principais regiões geográficas do Estado da Paraíba, estabelecidas pelo IBGE).

A fazenda, passada a fase de expansão e ocupação da terra, torna-se a base da organização econômica da região. Por outro lado, os fazendeiros já não se encontram ausentes como na fase anterior e passam a utilizar cada vez mais o trabalho dos chamados moradores de condição.⁽⁴⁰⁾ Desta forma, ocupavam melhor as suas terras, dispunham de braços para as lidas com o gado,

(39) SILVA, Waldomiro Cavalcanti da. A Indústria Têxtil Algodoeira Tradicional do Nordeste Brasileiro: A Dialética Espacial de sua Formação. Tese de Mestrado apresentada à Universidade Federal de Pernambuco, Recife, mimeografada, 1981. p. 64.

(40) Moradores de condição - chamados assim por habitarem as grandes propriedades da região com a "condição" de se submeterem a uma série de exigências do proprietário; como: dias de condição (cambão), parceria, etc. ...



Fonte: FIBGE - Sinopse Preliminar do
Censo Demográfico da
Paraíba, 1980.

MAPA II - REGIÕES GEOGRÁFICAS DO ESTADO DA PARAÍBA.

o que não exigia tempo integral, sobrando tempo para cuidarem de sua própria subsistência, através de roçados cuja produção total não lhes pertencia, pois eram expropriados através de formas de trabalho como: a meiação, a terça, o cambão, etc. ... limitando-se a conseguirem, simplesmente, o necessário para a sua sobrevivência e de sua família. Assim, os fazendeiros passavam a embolsar a renda agrária, viabilizada com o abastecimento da zona canavieira. Ao mesmo tempo, começam, também, a ser produzidos cereais, frutas e legumes, também solicitados pela Região da Mata. Desta forma, abre-se a possibilidade de uma maior divisão na estrutura fundiária, disseminando-se os estabelecimentos agrários de pequeno e médio porte.

Campina Grande, desde a sua origem, se constitui baseada nesta estrutura mais diversificada o que permite o desenvolvimento de relações de troca entre os vários setores de produção.

Inicialmente pouso de tropeiros, que se abasteciam de gêneros de 1.^a necessidade, depois local preferido pelos sesmeiros da Caatinga e do Agreste, que aí levantaram currais, desde a sua origem, apresenta a cidade os germes latentes da contradição, de ser ao mesmo tempo, ponto de apoio das grandes propriedades pecuaristas, que se formavam a sua volta, e núcleo que se desenveria em razão das trocas comerciais.

A influência do campo sobre o pequeno núcleo em desenvolvimento foi marcante. Os fazendeiros confinavam-se nos seus domínios, só indo ao povoado nos dias de feira. Mesmo quando obrigados por interesses comerciais ou pela educação dos filhos, construíam casas, estas não primavam pelo luxo, ou mesmo pelo conforto e uma vez construídas, não passavam por nenhuma reforma.

Irineu Joffily, escrevendo no século XIX sobre a formação de Campina Grande, constata a situação:

"Ainda hoje, vê-se dois miseráveis casebres, onde tinham residências

habituais, no princípio deste século, dois grandes proprietários, causando admiração como podiam eles hospedar ali os ouvidores, e, ainda mais os bispos que visitaram esta freguesia". (41)

Nesta fase, as trocas se restringem a gêneros de primeira necessidade na feira local.

A partir do século XVIII, quando a população agrestina crescera bastante e a pecuária extensiva não era capaz de absorver a mão-de-obra existente, os moradores de condição tornaram-se muitas vezes foreiros, agricultores e rendeiros abastecendo as feiras locais e depois o próprio litoral. Epaminondas Câmara registra parcialmente estas transformações:

"Na parte oriental do Agreste a lavoura continuou tomando terreno à criação. Ao passo que diminuía o número de fazendas, aumentava o de casas de farinha. Intensificou-se o comércio de farinha e de outros cereais, graças a fácil saída para o interior através de várias estradas - Sertão - que passava por Logradouro, Lucas, Cacimba Nova, Boa Vista, Riacho do Padre, etc., - Sêridô - por Cuitês, Alvinho, Puxinaã, Pocinhos, etc.. Conseqüentemente foi se desenvolvendo a indústria farinácea e surgindo no Brejo as engenhocas de fabricar rapadura". (42)

Favorecida quanto a sua posição, ligando o sertão, o brejo e o litoral sua feira de gado se tornou famosa, atraindo compradores de toda a região.

A divisão de trabalho que se vai operando, amplia o espaço das relações comerciais, propiciando uma maior integração da região à Zona da Mata, o que possibilitou uma diversificação maior nas atividades produtivas, quer as diretamente ligadas à agricultura e a pecuária, quer as artesanais.

No século XIX, com o advento do algodão, se consolida uma economia monetária na região polarizada por Campina Grande. É importante salientar,

(41) JOFFILY, Irineu. Notas sobre a Paraíba. Brasília, Thesaurus, 1976. p. 365

(42) CÂMARA, Epaminondas. Datas Campinenses. João Pessoa, Departamento de Publicidade, 1947. p. 16.

contudo, que esta ordem mercantil se concretiza em razão das condições estruturais existentes.

Este processo significa, para o professor Waldomiro Cavalcanti, que não é o algodão em si, o agente da regionalização e sim a forma sócio-econômica como ele é produzido. As relações de produção que se implantam no processo de seu cultivo precipitam o movimento de acumulação capitalista cuja distribuição, no espaço, vai modelar a região como espaço dividido. (43)

Não só o fazendeiro mas também sitiantes, meeiros e posseiros aderem à cultura do algodão. Estas transformações nas relações de produção possibilitam o fundo de acumulação que vai viabilizar a sua transformação em centro mercantil importante, tornando-se ponto de convergência no comércio da região.

Apesar de alguns proprietários terem tentado a organização de grandes plantações, utilizado de mão-de-obra escrava, a utilização do meeiro e do pequeno arrendatário a longo prazo, mostrou-se muito mais importantes para extração de uma renda fundiária. Em contraste com as suas origens, algumas fazendas apresentam luxo e conforto, chegando a ter suas próprias bolandeiras (máquinas de descaroçar algodão).

Quando elevada à categoria de cidade (1864), Campina Grande já se constituía como centro polarizador da região, estabelecendo-se pequenas indústrias artesanais, semelhantes às oficinas medievais.

Afirma Irineo Joffily que :

"na 2ª metade do século XIX, Campina Grande já contava com 40 casas de comércio, das quais 14 lojas de fazenda, 1 farmácia e 2 boticas. Entre os melhores estabelecimentos comerciais, nota-se o de Cristiano Lauritzen, recentemente aberto e que tendo de fundo, aviltado capital. Além das feiras de gêneros alimentícios, no

(43) CAVALCANTI, Waldomiro. Op. cit. p. 71.

sábado e de gado nas quinta-feiras de cada semana, aumentando-lhe consideravelmente, sobre as demais cidades do interior o seu movimento comercial". (44)

Neste período, a evolução e a expansão do capitalismo impunham um aprofundamento interno da divisão social do trabalho. Gradativamente, ia se ampliando o elenco de produtos que a demanda européia necessitava.

Entretanto, grande parte do valor acumulado no campo, neste período, era apropriado pelo capital estrangeiro através de uma troca desigual. (45) Apesar disso, os grandes proprietários de posse de uma renda monetária, passam a residir na cidade, contribuindo para a constituição de um mercado consumidor que cria um ativo comércio.

A estrada de ferro que se instala a partir de 1907, marca de forma concreta a inserção de Campina Grande na economia mundial e, conseqüentemente, na divisão internacional do trabalho, que se processa na sua necessidade de reprodução e acumulação.

É importante não esquecer que, neste período os capitais investidos, nos países industrializados, particularmente a Inglaterra, passam por uma crise de lucratividade, ou seja, com o decréscimo da taxa média de lucro, uma das alternativas seria a de exportar capitais excedentes para áreas onde as taxas médias de lucratividade fossem superiores.

As inversões estrangeiras no Nordeste se concentraram em grande parte no setor ferroviário, tornando-o decisivo para a expansão da economia agro-exportadora e para posterior expansão do mercado interno.

É evidente que a interiorização das ferrovias, até Campina Grande,

(44) JOFFILY, Irineu. Op. cit., p. 355.

(45) Compreendemos por troca desigual a venda do produto primário, para em seguida importar bens manufaturados. É desigual porque os produtores de matéria prima trocam quantidades de trabalho superiores (porque menos intensivo) por quantidades de trabalho mais reduzidos (porque mais intensivo).

não se justifica apenas pela necessidade que tinha particularmente a Inglaterra de escoar parte de sua produção manufatureira ou de capitais excedentes. Na realidade, as condições internas já mencionadas, ligadas às transformações das relações de produção na região, possibilitaram que Campina Grande, paulatinamente passasse a ser um centro produtor de algodão, tanto para o mercado externo, como posteriormente para o mercado interno.

Com o advento da estrada de ferro, verifica-se o aumento populacional, a adoção mais acentuada do trabalho assalariado, a produção e a valorização das terras. (46)

Nas décadas seguintes, o algodão, vai-se constituindo a atividade econômica em torno do qual se desenvolve o espaço mercantil da cidade. Começaram então, a proliferar as prensas de algodão, em substituição às bolandeiras, empreendimento que não exigia grande investimento inicial, permitindo assim, que muitos participassem do processo de acumulação.

Em 1º de agosto de 1919, a firma exportadora de algodão Whator Pedrosa e Cia. inaugurou a primeira prensa hidráulica na rua Almeida Barreto, proximidades do Açude Velho. Outras não demoraram a seguir o seu exemplo.

A pequena produção mercantil que se instaura, possibilita a formação de um mercado regional de porte médio. Multiplica-se, também, a

(46) Em seu artigo Campina Grande e o Ciclo do Algodão I. Suplemento Especial da Gazeta do Sertão, Campina Grande, 26 de agosto de 1984, p. 1, o Dr. William Tejo, citando o Anuário de 1925 constata: É comum ouvir dizer que o algodão foi o grande responsável pelo progresso de Campina Grande, que, em 1907, contava apenas com 600 casas e em 1918 esse número triplicou. Fica bem claro que tal "pulo" da cidade deve-se realmente à chegada do trem, inaugurado oficialmente em 2 de outubro de 1907. Vamos registrar outro ponto importante sobre a exportação do "ouro branco". Em 1919 Campina exportava 81.422 sacas em 1923 passou a exportar nada menos que 219.587 sacas. Destacava ainda que neste período já tinham se constituído 28 firmas importantes, exportadoras de algodão.

produção artesanal ampliando-se a possibilidade de instauração de pequenas indústrias regionais. (47)

A cidade polariza as trocas regionais, ao mesmo tempo em que realiza a articulação com o capitalismo internacional.

A partir de 1930, as crises interna e externa precipitando para baixo os preços da exportação e comprimindo violentamente as importações abrem espaço para o mercado interno e para a indústria nacional. Campina Grande é integrada a este processo aproveitando a estrutura mercantil regional já montada.

É neste período que se inicia o crescimento de cidades, como João Pessoa e Recife, que assumem o papel de reter o excedente principal da produção local e de orientá-la na direção externa ou para áreas onde se estrutura e se concentra a Indústria Nacional.

Em 1935, se instalam aqui a SANBRA e a ANDERSON CLAYTON que se encarregam de remeter grande parte da produção algodoeira para o exterior. Os lucros obtidos com a compra e venda do algodão, comprado a preços inferiores aos custos de produção, permitem que estas representantes do capital internacional transfiram grande parte da riqueza para o exterior, privando a região polarizada por Campina Grande de utilizar o processo de acumulação em benefício próprio.

Verifica-se, desta forma, um desmantelamento da economia regional como atesta Celso Mariz:

"A Paraíba tinha em 1935 para mais de 800 descaroadores pequenos. Dois terços deles encerram sua carreira. Dev-se com a indústria do

(47) No citado artigo do Dr. William Tejó (p. 1) evidencia a constituição de diversas indústrias na cidade. Segundo ele as mais importantes seriam: a Fábrica de Sabão a Vapor, de Marques de Almeida e Cia., a firma Santos Guimarães e Cia., fabricando camas de ferro, a fábrica de redes e estopas, da firma Ulisses Silveira, fora das prensas de algodão já citadas. Acrescenta ainda que a Mesa de Rendas recebia anualmente 70.456 volumes destinados ao comércio local e cidades vizinhas.

algodão o mesmo fenômeno que se produziu com o açúcar. No raio de influência de uma Usina de Cana morria o fogo de 50 banguês. A cada chaminé da ANDERSON CLAYTON, da SANBRA e do grupo moderno que se aparelhou, ao aparecimento destes, paravam 50 vapores em torno". (48)

Os que conseguiram sobreviver, foram os poucos que tinham capital, para adotar as condições de produção e realização do algodão, ditadas pelos grandes trustes internacionais. Reprensadores de alta densidade foram montados aqui em Campina Grande.

Com o fim da 2.^a Guerra Mundial esta nova conjuntura econômica, com seu caráter concentrador e centralizador, vai permitir que a cidade reforce a função de centralizar e organizar a produção da região. O algodão beneficiado na Paraíba, originariamente, do Rio Grande do Norte, do Ceará e às vezes de Pernambuco, Bahia e do Piauí era comprado pelos recebedores de Campina Grande. Reforça-se, também sua influência em ampla área sertaneja. Cada vez mais, muitas áreas urbanas dependem dela para realização da produção mercantil que está vinculada ao mercado capitalista nacional, por um lado, e ao mercado capitalista internacional, por outro.

A concentração da produção algodoeira em Campina Grande vai contribuir para a expansão de outros setores. O seu comércio, principalmente o atacadista, abastecia todo o serão e o brejo, atingindo, também, os estados vizinhos de Pernambuco e Rio Grande do Norte. Além do mercado nordestino, constante era o fluxo comercial com os grandes centros do Rio de Janeiro e de São Paulo.

De acordo com os dados apresentados no trabalho: Campina Grande - Um Centro Comercial do Nordeste;

"o valor das vendas, atingiu em 1950 o total de 887 milhões de

(48) MARIZ, Celso. Evolução Econômica da Paraíba. João Pessoa, União Editora, 1939. p. 169.

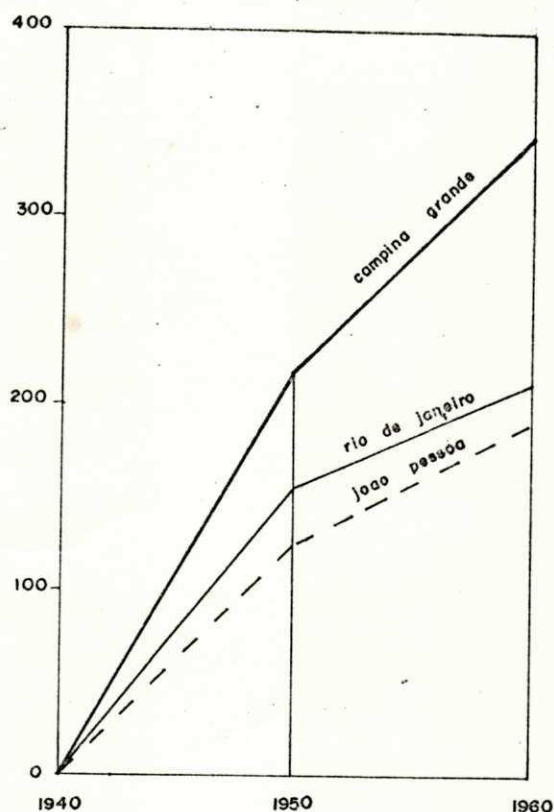
cruzeiros, cabendo mais de 80% ao setor atacadista, cerca de 720 milhões de cruzeiros e o restante ao comércio varejista, com 165 milhões. Cotejando-se a posição de Campina Grande com João Pessoa, verifica-se a importância de um município, representado por quase metade do valor de vendas do Estado e com vantagens sobre João Pessoa de 8,8%, no caso do comércio atacadista e 23,5% do comércio varejista. Os dados sobre a composição do comércio demonstram que quase metade do valor de vendas é devido a produtos agropecuários, seguindo-se os gêneros alimentícios, com 20,7% do total, seguidos de perto pelos produtos têxteis, com 15,4%". (49)

É óbvio que todo este processo está de acordo com as relações de propriedade que estão subordinadas ao capital monopolista, de caráter plenamente concentrador e centralizador.

A riqueza que aciona a vida econômica da cidade procede da mais-valia e da renda fundiária, que o processo de produção mercantil extrai do campo. Entretanto, os benefícios gerados na agricultura beneficiaram, exclusivamente, os grandes proprietários. Quanto aos trabalhadores agrícolas, meeiros, arrendatários e outras categorias, o processo de concentração fundiária obriga-os a abandonar as suas atividades e a procurar a cidade como solução para seus problemas. Em consequência, verifica-se um aumento populacional entre 1940 e 1950 de cerca de 114%, ultrapassando os índices de João Pessoa e Rio de Janeiro conforme o gráfico seguinte:

(49) RIOS, José Arthur. (Coordenador). Campina Grande: Um Centro Comercial do Nordeste. Rio de Janeiro Edição Confederação Nacional do Comércio, 1962. p. 59.

GRÁFICO I - INCREMENTO POPULACIONAL DE CAMPINA GRANDE (1940-1960)



FONTE: Sinótese Preliminar do Censo Demográfico, 1960⁽⁵⁰⁾

Iniciam-se desta maneira, os planos de loteamento que deram origem a muitos bairros que circundam o núcleo original da cidade. A formação de uma rede bancária é indicativa do processo de acumulação deste período.

Afirma Maria Francisca Tereza Cardoso que:

"pelas datas de fundação destes mesmos bancos ou das agências, verifica-se que o mais antigo a ser instalado em Campina Grande foi o Banco do Brasil em 1922, seguindo-se o Banco Auxiliar do Povo S/A fundado em 1934. Todos os outros surgiram a partir de 1939-40, coincidindo, portanto com a fase de maior desenvolvimento da cidade ligado à ampliação das relações regionais graças à circulação rodoviária".⁽⁵¹⁾

(50) APUD, RIOS, José Arthur. Op. cit. p. 96.

(51) CARDOSO, Maria Francisca Teresa. Campina Grande e sua função como capital regional. Rio de Janeiro, FIBGE, p. 17.

Todo esse progresso, entretanto, é mais aparente do que real, já que a acumulação que se realiza não se canaliza para produção e reprodução dos meios de produção. Dessa forma, a proliferação de fábricas, neste período, poderia ser um indicativo de que o capital mercantil estaria se metamorfoseando em capital industrial como esclarece Maria Francisca Tereza Cardoso:

"Verifica-se uma acentuada tendência a formação de duas zonas industriais, ao sul do açude de Bodocongô, ou seja a noroeste da cidade, surge uma zona de indústrias de couro, óleos vegetais, papel, pré-moldados, tecidos, no setor sudeste próximo ao açude Velho e a estação da estrada de ferro, aparecem estabelecimentos maiores como a SANBRA, a ANDERSON CLAYTON, RIQUE e outros. A oeste da cidade pode-se observar ainda, uma pequena concentração de estabelecimentos industriais e espalhadas por toda a cidade surgem fábricas menores". (52)

Entretanto, a perspectiva da industrialização não ultrapassa os limites impostos pela divisão do trabalho internacional e nacional que nesta fase intervêm, também, na produção através do beneficiamento do algodão e do agave, na produção de óleos vegetais e de ração para a pecuária. O espaço mercantil de Campina Grande, limitado pelas não transformações das relações no campo, com seus reflexos sobre a cidade, impediu mudanças mais estruturais.

Como afirma o professor Waldomiro Cavalcanti:

"Esse processo de produção que não assume a reprodução de sua força de trabalho não somente conserva a produção mercantil simples, com o seu produtor direto, mas estimula, na medida em que o terciário se amplia e a demanda efetiva de bens de consumo alimentares, vestuários, calçados, etc., se horizontaliza. Em resumo, a pequena produção garante a grande produção e sustenta o progresso urbano que se realiza em nome do latifúndio e do grande comércio e

(52) CARDOSO, Maria Francisca Tereza. Op. cit. p. 7.

para a satisfação dos interesses dos latifundiários e dos comerciantes ricos". (53)

As transformações nas relações de produção da região se realizaram nos limites suportáveis pela grande produção capitalista.

Passada a conjuntura que propiciou o desenvolvimento de uma economia mercantil em Campina Grande, o capital internacional em articulação com o capital monopolista da região sudeste utiliza as relações mais atrasadas para absorver, em seu benefício, a riqueza que se tinha gerado. Inicia-se o processo de empobrecimento da região polarizada por Campina Grande e as cidades litorâneas como Recife e João Pessoa, vão cada vez mais, assumindo a função de homogeneizar o espaço de atuação do capital.

(53) SILVA, Waldomiro Cavalcanti e SÁ, Mariza Braga. As Bases Econômicas da Circulação Mercantil da Cidade de Campina Grande, C. Grande, mimeografado, 1983, pg. 20.

1.2.3 - A estruturação do poder local

As transformações econômicas que se efetuaram ao longo do processo de desenvolvimento histórico de Campina Grande, por seu caráter concentrador e discriminatório, como foi demonstrado no ítem anterior, contribuiu para manter e agravar as tensões e as contradições entre as classes. A concentração de renda corresponde à concentração do poder, o que coloca os socialmente "fracos" à mercê dos socialmente "fortes", o que significa usar o próprio poder de acordo com o arbítrio, interesses ou conveniências destes últimos. As classes sociais prejudicadas reagem contra as injustiças de que são vítimas, de uma forma imediata e espontaneista, em movimentos como o Ronco das Abelhas, Quebra-Quilos, Rasga-Vales e, posteriormente, nos movimentos de massa, como as grandes concentrações populares de caráter político.

Os confrontos diretos entre as classes, comuns à região, atestam que as relações de dominação se revestem de forma autocrática e autoritária como se o único poder legítimo, esclarecido e construtivo emanasse da vontade dos interesses e dos valores das elites dirigentes.

Apesar de sua ineficácia, a eclosão de tais ressentimentos, frustrações e insatisfação contribuem para alertar as classes dominantes da necessidade de composição conciliadoras, mais "progressistas" e menos duras e implacáveis. Na medida em que tais reformas visavam à eliminação de condições e fatores que perturbavam a integração e desenvolvimento "normais" da ordem social, sua motivação nada tinha de revolucionária. Entretanto, as elites no poder são obrigadas a tomar consciência da existência, vitalidade e influência de outras classes ou grupos sociais empenhados, embora sem êxito aparente, na organização política da sociedade e são compelidos a ampliarem continuamente os limites de suas concessões, desde que não afetem suas posições de dominação.

Isto não quer dizer que a luta entre as diversas classes e grupos sociais se encerrem no âmbito das classes dominantes. Em situações de crise econômica, as contradições se agudizam e diante de uma possível ameaça a sua hegemonia, as classes no poder, são por vezes obrigadas a usar a máscara do liberalismo e do "democratismo".

Analisaremos, pois, o processo político de Campina Grande, procurando detectar como as relações de dominação conseguiram se reproduzir e reduzir as transformações aos limites desejados pelas classes no poder.

Desde a sua gênese, o pequeno núcleo em formação recebe a influência, da estrutura fundiária que se estabelece em sua volta. As fazendas funcionam sob a direção do proprietário, que mantinha com os seus dependentes uma relação de favor, que se concretizava em um sistema de prestações de benefícios e de serviços prestados. O dono da terra foi promovido a coronel sem patente, com direitos ilimitados sobre os seus dependentes, explorando-os através de subterfúgios como o cambão, a meiação, não respeitando, na maioria das vezes, a integridade de suas mulheres, surgindo, assim os afilhados. Mandando e desmandando nas suas terras, mantinha o controle local, independentemente da interferência do governo central.

Os dois partidos políticos do Império, o Conservador e o Liberal, tiveram origem em Campina Grande, ainda no período regencial, quando o grupo de maior projeção social e econômica fraciona-se. Os coronéis de maior projeção, liderados por Bento Viana, vão se rotular de liberais, enquanto Manuel Pereira de Araújo, que era marginalizado por ser "hereje", se colocou à frente dos conservadores.

Segundo Epaminondas Câmara:

"eram apenas burgueses divididos em dois grupos. A profissão, o credo político, o habitat, a tradição familiar, conduzia-nos a esta distinção, a estes compartimentos estanques. Burguesia Urbana - conservadores, negociantes, gente de fora. Burguesia

Rural - liberais, fazendeiros, descendentes das famílias antigas, Ironia do destino! Os homens identificados à terra pela tradição, pelos sentimentos domésticos, pelas condições mesológicas, os de índole virtualmente conservadora, pertenciam ao partido liberal. Entretanto, na corrente conservadora se encontravam os que vinham de fora, os que não tinham ligação familiar nem estavam vinculados a terra, os que por princípio e por hábitos, possuíam as mais recentes idéias renovadoras e as mais puras tendências liberais". (54)

Embora, até certo ponto, conservadores e liberais, fossem somente rótulos e, que por dentro do processo político campinense, seja difícil caracterizar e diferenciar os interesses dos latifundiários e comerciantes, de tal maneira, eles se entrelaçam e se completam (muitas vezes vamos ver coronéis com interesses nas lojas das cidades e comerciantes donos de fazendas), a partir da ascendência política de Alexandrino Cavalcanti, consolidada com a liderança do seu genro Cristiano Lauritzen, verifica-se uma redefinição do poder. (55)

As transformações, que iam se processando no século XIX, apontadas no item anterior, que introduziram transformações nas relações de produção, contribuíram ao mesmo tempo para a mercantilização da economia da vila que é elevada à categoria de cidade (1864) e a agudização das contradições no campo.

Esclarece Hamilton de Mattos que:

"o Nordeste, a partir da década de 50 (1850-60) sofre um progressivo esvaziamento, devido aos métodos rudimentares de cultivo e à concorrência estrangeira que descapitaliza a região, concentra a renda e exige que o coronel, para continuar o mesmo ingresso,

(54) CÂMARA, Epaminondas. Alicerces de Campina Grande. Esboço Histórico-Social do Povoado e da Vila (1697-1869). Campina Grande, 1943. p. 69.

(55) Com relação à ideologia dos dois grupos, conservadores e liberais, há uma certa lógica no fato da burguesia urbana ser conservadora e a rural ser liberal, pois a atividade da burguesia agrária, a monocultura algodoeira visando a exportação, dada as suas articulações, possibilitava tendências mais progressistas do que as dos grupos citadinos que se dedicavam ao pequeno comércio local.

amente a exploração sobre os trabalhadores, reduza as roças dos agregados e exija mais dos arrendatários e foreiros. Ora, num processo de estagnação e mesmo crise, onde todos vêem seus rendimentos decrescerem, a nova exigência produz o rompimento do equilíbrio gerando o conflito e a violência recíproca". (56)

Todas estas mudanças nas relações de produção no campo e na estrutura fundiária, e mais, as secas periódicas, contribuíram para que os camponeses fossem obrigados a abandonar as suas terras, e para a formação de um grande contingente de pessoas sem uma ocupação definida. Na ótica das classes dominantes seria uma opção entre o "trabalho" e a "preguiça".

"Centenas de ociosos deixam o trabalho regular dos campos, entregam-se nos povoados à uma vida precária e incerta, aumentando o número de proletários e dos réus da polícia e mais tarde degeneram em criminosos consumados". (57)

Nesta fase, o processo de separação do homem de suas condições objetivas de trabalho propicia o surgimento de movimentos, através dos quais, inconscientemente protestam contra as condições precárias de vida.

Na região polarizada por Campina Grande, os movimentos do "Ronco da Abelha" e "Quebra-Quilos" são indicativos das transformações que estavam se processando. O Ronco das Abelhas se originou do repúdio ao regulamento de 18 de julho de 1851, que determinava o registro de nascimentos e óbitos.

Segundo Epaminondas Câmara:

"a mentalidade primitiva dessa gente que só confiava em vigários e tinha sobrada razão para isto, não compreendia porque se lançasse nos livros públicos o nome dos seus filhinhos. Ou o governo queria

(56) MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Crise Agrária e Luta de Classes. Brasília, Horizonte, 1980. p. 31.

(57) Idem, *Ibidem*. p. 72;

escravidar o resto da população ou o "maldito" planejava arrancá-la do seio da Igreja Católica para lançar nas chamas eternas do Inferno". (58)

Quebra-Quilos teve início na vila de Fagundes, da Comarca de Ingá na Paraíba. O povo se revoltou contra o aumento extorsivo dos impostos e contra os seus arrematadores, que procuravam arrecadar o máximo que pudessem, visando aumentar "seus lucros". A gota d'água foi o Decreto-Lei de 1874, que estabelecia os novos padrões do sistema métrico decimal como medida oficial. O ato de quebrar pesos e medidas é uma exteriorização da sua revolta contra as explorações de que era vítima.

A classe dominante, em processo de crise, sofrendo a reação dos dominados tenta recompor o seu poder. A participação política de Alexandrino Cavalcanti e depois de Cristiano Lauritzen atenderia às necessidades de mudança e demonstrou o início do jogo de compromissos com as esferas estaduais e federais.

Alexandrino Cavalcanti, natural de Pernambuco, tinha feito fortuna em Campina Grande, comercializando inicialmente cereais. Como a maioria dos chegados recentemente à cidade, e por conseguinte, não descendem das famílias tradicionais, era considerado forasteiro, sofrendo como os demais discriminações, não conseguindo participar da composição do poder local.

Esclarece Epaminondas Câmara que:

"as antigas rivalidades, a confiança que os fazendeiros inspiravam, os laços de família, o espírito de clã, tudo concorria, para que os forasteiros adeptos da última hora, fosse colocados em plano secundário". (59)

Reagindo contra esta maneira de conduzir-se, apoiado por

(58) CÂMARA, Epaminondas. Op. cit. p. 4.

(59) CÂMARA, Epaminondas. Op. cit., p. 153.

comerciantes e artistas⁽⁶⁰⁾ reorganizou a corrente conservadora, desprestigiada desde a época da criação dos dois partidos. Esta tendência consegue subir ao poder quando Alexandrino Cavalcanti foi eleito para a Presidência da Câmara Municipal, em 1877, alternando-se no poder com o partido liberal até a proclamação da República. A partir de 1903, é substituído pelo seu genro Cristiano Lauritzen que apadrinhado por Epiácio Pessoa, assume definitivamente a direção política do município, posição que vai manter por 20 anos. Estrangeiro de Boddum, na Dinamarca, emigrado aos 22 anos para o Brasil em 1867, em seguida a muitas idas através das províncias do Nordeste negociando com jóias e brilhante, fixou-se em Campina Grande, onde veio a constituir família, casando-se com a filha do Coronel Alexandrino Cavalcanti, que nesta época era já o chefe do partido conservador local.

O período Lauritzen, principalmente a partir de 1915, corresponde de certa forma aos anseios e expectativas dos setores que estavam interessados no processo de mercantilização de Campina Grande e da sua intersecção ao mercado mundial, através da economia algodoeira. Neste período, o Estado se identifica com esta fração da classe dominante e realiza uma política desta fração, ignorando ou não dando a devida importância às demais. Isto não quer dizer, que as práticas utilizadas pela facção no poder, com relação às classes dominadas, não correspondessem ao mais puro coronelismo. Entretanto, atende às necessidades do Estado neste período, na medida que promove as modernizações necessárias. Por outro lado, a eclosão dos movimentos no campo, necessitava que o Estado interviesse mais diretamente, para garantir a "ordem" desejada pela classe no poder, o que poderia ser encarado de maneira hostil, pela fração mais ortodoxa do coronelismo, acostumada a impor suas próprias leis.

O período Lauritzen corresponde, desta forma, a necessidade de

(60) São considerados artistas, os artesãos e pequenos fabricantes de uma maneira geral.

ampliação do poder local, que em razão das transformações operadas, necessita do suporte do poder estadual e federal, para continuar cumprindo a sua função: garantir a estabilidade necessária à manutenção da estrutura do poder vigente.⁽⁶¹⁾ O equilíbrio foi mantido enquanto as condições econômicas se mostraram favoráveis, a partir do momento em que a crise da economia exportadora começa a se configurar, acirram-se as contradições e aumentam as críticas ao modelo vigente, fazendo-se muitas vezes a relação entre o poder estabelecido e os representantes do capital internacional, considerado responsável pela crise mais geral.

No fim da década, o jornal O Século que se propunha representar uma opinião mais independente, com relação ao poder constituído, apresenta em seus editoriais críticas contundentes à Great Western, considerada, pelas altas taxas cobradas, como responsável pela crise da economia algodoeira. O jornal invectivava:

"Não houve interferência, que fizesse luz ao Presidente da República, que a nossa situação não permitiria que a Great Western atirasse mais uma vez um golpe profundo como este do aumento de 25% nas suas tarifas, em seus já definhados clientes. O Presidente da República deixa de atender os justos reclamos dos nordestinos, para satisfazer os pedidos dos agiotas ingleses, porque quer ficar na simpatia daqueles pensando em novos empréstimos que com certeza ainda se lançará na praça de Londres".⁽⁶²⁾

O crescente processo de mercantilização da cidade com a generalização das formas capitalistas de produção, teriam definido perspectivas de mudanças, por parte de grupos ligados ao comércio, à indústria nascente,

(61) Foi importante o empenho de Epitácio Pessoa, antes e já na Presidência, em propiciar os recursos para as modernizações necessárias (Estrada de Ferro, Prensa de Algodão, Telégrafo, etc.).

(62) O Século: nº 5. 18 de agosto de 1928. p. 4.

às profissões liberais, etc... que exigiam novas práticas econômicas e modificações no antigo sistema coronelístico.

As críticas mais contundentes destes setores se referiam às péssimas condições das estradas de rodagem mostrando-se a necessidade de ampliação do sistema rodoviário, ao sistema de crédito do Banco do Brasil que não estaria atendendo às necessidades crescentes do mercado algodoeiro e às condições precárias de iluminação. Com relação ao sistema de poder, registra-se um nítido descontentamento com relação ao governo de Ernani Lauritzen, falando-se inclusive em golpe de município contra o mesmo. (63)

Configurava-se a necessidade de reformulações administrativas e de uma articulação mais efetiva com as esferas estaduais e federais, com o objetivo de dinamizar a economia principalmente a algodoeira. O repúdio ao governo Lauritzen, por parte dos setores considerados mais progressistas, é indicativo, de que começavam a se contestar as práticas políticas vigentes, ligadas ao antigo epitacismo, que propiciando as querelas locais, não promovia as mudanças que o desenvolvimento da economia requeria.

Desta forma, a competição entre os componentes da ordem coronelística, impedia que se concretizassem as medidas reformistas, necessárias para que a crise fosse contornada.

Na realidade, em 1928, eram precárias as condições da Paraíba, com o mercado de algodão em baixa, recrudescimento do surto de cangaceirismo, declínio de rendas públicas e aumento de despesas.

João Pessoa, que assume o governo, não representa uma ruptura com a antiga forma de dominação. Na realidade ele sai das ordens epitacistas e tem como base de apoio mais importante a estrutura coronelística já montada. Entretanto frente às transformações que continuam a se processar

(63) Estas observações estão baseadas nos editoriais do Sécuro nº 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 14 respectivamente editados em 11 de agost. 1928, 18 agost. 1928, 25 agost. 1928, 1 set. 1928, 6 set. 1928, 8 set. 1928, 15 set. 1928, 22 set. 1928, 29 set. 1928.

no campo e às modificações mais gerais decorrentes da nova divisão nacional e internacional do trabalho, propõe-se a estruturar o poder de forma a legitimar a ordem coronelística nesta fase.

Diz-nos Humberto Mello que João Pessoa pretendeu implantar sua mentalidade no Estado, criar uma nova base de poder, firmar os alicerces de uma política renovada e renovadora que via como condição de sobrevivência de sua classe diante das novas perspectivas que se anunciavam. A administração foi o instrumento de que para isso se serviu. Longe de procurar, consciente ou inconscientemente, destruir, por destruir, o comando de sua família e de sua classe, ele queria reafirmá-lo, sobre novos fundamentos.⁽⁶⁴⁾ Propunha-se a alcançar os seus objetivos, intensificando o intervencionismo estatal em áreas até então dominadas pelo coronel, subordinando o fisco e a polícia diretamente as suas ordens e promovendo a administração direta e fiscalização pelo governo, das obras públicas empreitadas pelos coronéis, etc..

Outro objetivo de sua administração seria o de articular diretamente a Paraíba ao mercado interno e externo tentando contrapor a hegemonia de Recife à de João Pessoa. Para conseguir o seu objetivo, enceta a Reforma Tributária, instituindo a Lei 673 de 17/11/1928 criando o novo imposto de incorporação ou de barreira (a incorporação era uma espécie de registro de chegada ao porto) regulando a exportação e importação.

As mercadorias exportadas e importadas através das praças comerciais do interior, passaram a pagar uma taxa mais alta do que às importadas e exportadas através da capital. As diferenças das taxas de exportação, relativamente pequenas (variavam entre 2% e 4%), não alteravam significativamente a saída de mercadorias através dos centros comerciais do interior para as praças vizinhas. O que provocou o descontentamento dos comerciantes do

(64) MELLO, Cavalcante de Mello. A administração do Presidente. In: João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 30. Exposição e Debates do IIº SPCB. João Pessoa, Secretaria de Educação e Cultura, 1979. p. 244.

interior, como os de fora do Estado, foi o tributo sobre a importação, pois as mercadorias que entravam pela Capital, pagavam uma taxa que correspondia em média, a um quarto das que eram comercializadas pelo interior, o que onerava escandalosamente os produtos, João Pessoa assumia, portanto, a condição de coronel que protege os interesses locais.

Campina Grande, que tinha a posição de centro mercantil, facilitada pela sua ligação, através da Estrada de Ferro, com os pólos escoadores da produção algodoeira, como Recife, foi uma das cidades mais prejudicadas pelas novas medidas. Inconformados com a elevada tributação para os gêneros que se destinavam ao interior, os comerciantes campinenses subscreviam telegramas de protesto contra a situação. Como esclarece o professor José Otávio:

"Pelo Jornal do Comércio, cento e treze empresas do comércio serrano dirigiram-se a João Pessoa para que 'seja cobrado o imposto de incorporação na mesma base em que é cobrado na capital do Estado', mas A UNIÃO minimizava tais protestos ressaltando que, dos signatários, apenas quarenta e dois achavam-se registrados na Associação Comercial de Campina Grande (ACCG)". ⁽⁶⁵⁾

A posição até certo ponto divergente dos dois jornais, prende-se à ligação dos mesmos com os grupos em disputa. O primeiro ligado à poderosa firma dos irmãos Pessoa de Queiroz, muito prejudicados pela reforma tributária, e o 2º procurando defender a posição do governo do Estado. O que fica patente é a indignação dos comerciantes, diante da intenção de João Pessoa, de promover o desenvolvimento econômico da Capital às custas de acumulação do capital comercial, de Campina Grande. Entretanto não atingira um nível, que propiciasse a ruptura com o poder estadual. Nesse particular, a própria ACCG prevenia para a circunstância de que, das firmas subscritoras do exaltado

(65) MELLO, José Octávio Arruda. A Revolução Estatizada. Um Estudo sobre a a Formação do Centralismo em 30. Fundação Guimaraes Duque. Mossoró, 1984. p. 221.

telegrama de abril de vinte e nove, apenas seis pertenciam a seus quadros um número evidentemente inexpressivo diante da quantidade de signatários, bem como comparando-se ao total dos componentes deste sodalício. (66)

É evidente, que dado o nível de mercantilização que a cidade tinha atingido, era impossível uma radicalização, que poderia levar à ruptura com os canais oficiais necessários ao bom desempenho de sua economia. Passado o primeiro impacto, aceitam as mudanças desde que sejam mantidas as estruturas necessárias ao sistema de dominação. Reconheciam que as transformações nas relações do campo neste período, o surto de cangaceirismo e banditismo e as arbitrariedades de alguns chefes políticos exigiam um tratamento que estava além das possibilidades do sistema coronelístico vigente.

No sertão, região que vai se opor de maneira mais ferrenha, às modificações administrativas propostas pelo Presidente João Pessoa, as estruturas não assumiram forma nitidamente capitalista, isto se dando em parte porque a atividade produtiva, exclusivamente agro-pecuária, requeria um mínimo de capital nos moldes em que foi iniciada, nas grandes extensões de terra para a criação extensiva do gado e a agricultura consorciada. Conseqüentemente, as relações de trabalho se estabeleceram em termos de pagamento por espécie e permissão ao trabalhador para manter roçado de subsistência e posteriormente consorciado com o algodão, o que condiciona que a propriedade continua dispondo de vastas terras não utilizadas para a agricultura de mercado. O proprietário ao agir desta forma, procura manter a dependência dos que trabalham em suas terras e diminuir-lhes a sua autonomia. Dada a condição de não se estabelecer totalmente uma economia de mercado, as cidades sertanejas, nesta fase, além de simples entrepostos comerciais, são também os locais onde os coronéis em época de safra, vão buscar a mão-de-obra que necessitam para as lidas do campo ou jagunços que utilizam para resolver as

(66) Idem, Ibidem.

suas querelas quando se acirram os antagonismos. Dentro desta perspectiva, torna-se mais consistente, a compreensão do processo de radicalização de Princesa. (67)

Entendemos que a tentativa de João Pessoa de implantar uma política modernizante no sentido de concentrar rendas na Capital e se adequar aos interesses do imperialismo, choca-se com a heterogeneidade das estruturas da Paraíba na época, impossibilitando-o de redistribuir o poder de forma a atender às diversas facções. Quebrando-se o jogo de compromisso entre algumas facções coronelísticas e as esferas estaduais e federais, configura-se o desequilíbrio do sistema.

João Pessoa tentou fazer o jogo do imperialismo dentro da Paraíba, mas isso se chocou com outros grupos que já mantinha essa articulação (via Recife-Campina Grande) pois o coronel sertanejo, mesmo estribado em formas "arcaicas" de reprodução, estava nessa articulação também.

Eram contraditórias as formas utilizadas por ele para concretizar os seus objetivos. Por exemplo, a criação de barreiras alfandegárias, contrariava as necessidades do capitalismo nesta fase que necessitava de homogeneizar o espaço nacional para a sua ampliação. Os obstáculos à concretização desta política seriam superados com a Revolução de 30 e o Estado Novo.

A Constituição de 1937, denominada Polaca, estabelecia em seu artigo vinte e cinco:

"O território nacional constituirá uma unidade do ponto de vista alfandegário, econômico e comercial, não podendo no seu interior estabelecer-se quaisquer barreiras alfandegárias ou outras limitações ao tráfego, vedado assim aos Estados como aos Municípios, cobrar sob qualquer denominação, impostos inter-estaduais,

(67) Para uma compreensão mais acurada da Guerra de Princesa ver CAMINHA, Inês. A Revolta de Princesa. Uma contribuição ao mandonismo Local. (Paraíba-1930).

inter-municipais de viação ou de transporte, que gravem, a livre circulação de bens ou de pessoas e dos veículos que os transportarem". (68)

É a partir do governo de Vargas que o Estado começa a intensificar a sua intervenção na região, processo que se acentua no último pós-guerra. Paulatinamente, o poder central atinge as áreas interioranas, como Campina Grande, onde o Estado só chegava mediatizado pela figura do chefe local.

Em 1935 assume o governo do Estado, Argemiro de Figueiredo, filho de Salvino Figueiredo, principal opositor, em Campina Grande, dos Lauritzens e do Epitacismo durante a República Velha. Em 1937, continua no cargo como interventor, nomeando para prefeito de Campina Grande, o seu irmão, Bento Figueiredo. Durante o seu governo foram adotadas medidas que beneficiaram os setores algodoeiros, como, por exemplo, o decreto que criou o Serviço de Classificação do Algodão e a abertura de crédito para a compra de máquinas agrícolas, a distribuição de sementes selecionadas, etc.. Paradoxalmente, ao lado destas medidas consideradas modernizantes, estruturou o sistema coronelístico, distribuindo os coronéis por zonas de influência. A disciplina que mantinha era tão rígida, que uns não poderiam intervir nas zonas dos outros, que configura a essência da estrutura de poder existente; modernizar para continuar a dominar.

A conjuntura engendrada pela 2.^a Guerra Mundial, foi excepcionalmente pródiga para Campina Grande. O período de 40-45, que correspondeu ao governo de Vergnioud Wanderley, foi importante, processando-se transformações infra-estruturais que possibilitavam o desenvolvimento posterior. Empresas de aviação passaram a operar no aeroporto local, casas comerciais e empreendimentos industriais foram implantados, entidades culturais e assistenciais se organizaram. Em 1940, inicia-se a construção da Rodovia João Pessoa-Campina Grande. Verifica-se a implantação de estabelecimentos bancários, a construção

(68) Apud, MELLO, José Otávio Arruda. Op. cit. p. 363.

do Quartel do Exército, a instalação da sede da Divisão do Fomento Mineral, funda-se a Associação de Proteção e Assistência a Infância, inaugura-se o Grande Hotel.

Ao mesmo tempo em que se estruturavam novos bairros como a Prata, que seriam ocupados por industriais e comerciantes, recém-chegados à cidade, levantavam-se bairros ocupados pelos comerciários e operários como José Pinheiro, Bodocongô e Liberdade.

Ao lado da classe latifundiária, que dominava econômica e politicamente a região através do poder patriarcal das grandes famílias, alinham-se os grandes comerciantes, que controlam o comércio grossista, tanto relativo à exportação quanto à distribuição de produtos vindos de outras praças para o mercado regional, vinculando-se ao capital monopolista e ao imperialismo.

O comércio não grossista, que vive do consumo citadino, formava o estrato inferior da burguesia local, ao lado dos profissionais liberais. A sua posição política, vacila em torno do liberalismo. Estes últimos, por orientarem ideologicamente a produção intelectual local, refletem mais ou menos a substância da ordem conservadora.

Neste período, o processo de separação do camponês, de suas condições objetivas do trabalho que opera na região, já anteriormente enfatizado, contribui para que grande parte da população do campo seja obrigada a emigrar para às cidades. Os que conseguem se enquadrar na ordem estabelecida pelo capital vão ser artesãos, pequenos produtores, trabalhadores de comércio, funcionários públicos, pequenos comerciantes, vendedores ambulantes, feireiros e outras categorias do mesmo nível, além dos que conseguem trabalhar nas poucas fábricas locais. Os que não conseguem se enquadrar, transformam-se em lupen-proletariado sofrendo as violências da polícia local. A sua subordinação à ideologia dos proprietários rurais, constituiu-se, ao longo do

processo de evolução política da cidade, uma prática quase que constante. A razão primeira e última desse caráter das massas populares de uma cidade como Campina Grande reside no fato de que a riqueza que aciona a sua vida econômica, procede da mais-valia e da renda fundiária extraída no processo de produção mercantil no campo que compõe a região da qual Campina Grande é o pólo mercantil dirigente. (69)

Frente às modificações que se verificam na estrutura da sociedade campinense, o sistema de poder também sofre modificações, com formas antigas coexistindo com novas.

No processo de redemocratização que se instaura, pós-45, foi intensa a política partidária em Campina Grande.

O P.S.D. nasceu, logo após a queda da ditadura de Vargas, do agrupamento de indivíduos que permaneceram fiéis ao interventor Rui Carneiro, sendo o seu núcleo instalado em Campina Grande pelo Dr. José Joffily. Apresenta-se em Campina Grande como o partido que vai contar com o maior número de representantes da burguesia industrial e comercial, embora o apoio dos grandes proprietários rurais seja imprescindível para a concretização de suas vitórias.

A U.D.N. se formou nos embates políticos contra a ditadura de Vargas. Tradicionalmente, os seus representantes mais ilustres estariam ligados à burguesia-algodoeira e exportadora, sendo expressiva a sua base rural. Inicialmente, reuniu a maior força eleitoral do Estado, ao congregar os dois maiores líderes paraibanos: José Américo de Almeida e Argemiro de Figueiredo, ambos provenientes da antiga Aliança Liberal, posteriormente do Partido Progressista, ligados durante certo tempo ao Presidente Vargas, rompendo posteriormente com o mesmo.

(69) Os subsídios para a elaboração desta sucinta estrutura de classe da sociedade campinense no período foram retirados, em parte, do trabalho de CAVALCANTI, Waldomiro e SÁ, Maria Braga de. Op. cit. pgs. 33,34 e 35.

O P.T.B., estaria aqui representado por poucos getulistas fanáticos, tendo como base de apoio comerciários, funcionários públicos, bancários, etc..

O P.S.B., Partido Socialista Brasileiro, apresentava uma boa representação dos profissionais liberais e um representante das minorias religiosas.

O Partido Comunista do Brasil, o PCB, surgiu na Paraíba, com o nome da União Socialista da Paraíba, sendo criado um núcleo em Campina Grande, documentado pelo jornal "A Voz do Dia" de 24/05/1945, cujo primeiro período^o estava assim redigido:

"O povo de Campina Grande não podia permanecer alheio à renovação política nacional e mundial, oriunda da derrota do fascismo e da crescente importância das massas na vida dos povos. Por isso mesmo, acaba de organizar-se o núcleo local da União Socialista da Paraíba, com o fim de oportunamente filiar-se ao Movimento Socialista Nacional, liderado por Luís Carlos Prestes". (70)

Entre seus componentes, contava-se um percentual representativo da pequena burguesia.

Baseamo-nos para a avaliação da composição social dos Partidos Políticos de Campina Grande, nesta fase, na observação da origem social dos candidatos à Câmara dos Vereadores nas eleições de 1947. (71) É claro que a caracterização dos partidos políticos não poderia se reduzir à perspectiva sócio-econômica. A estrutura partidária formou-se em grande medida por fatores conjunturais como anti ou pró-varguismo, ligações familiares, orientações valorativas das classes dominantes em razão da oposição ou conciliação dos seus interesses, etc.. Ao destacarmos a relação partidos-classes sociais o nosso objetivo é mostrar que depois do período do Estado

(70) SILVESTRE, Josué. Lutas de Vida e de Morte. Fatos e Personagens da História de Campina Grande (1949/1953). Brasília, Senado Federal, 1982. p. 28.

(71) SILVESTRE, Josué. Op. cit. pgs. 157, 158 e 159.

Novo, a sociedade civil começa organizar-se. A partir deste momento, as classes dominantes são obrigadas a utilizar novas formas para manter a sua hegemonia. (72)

A U.D.N. tinha se constituído no principal partido da Paraíba, conseguindo que fizessem parte dos seus quadros inimigos de ontem. Entretanto, passada a campanha para a presidência da República, começaram a aflorar as oposições entre os seus membros. Através desse pleito, quatro políticos com atuação efetiva em Campina Grande foram eleitos para a Assembléia Nacional Constituinte: o Senador Vergnioud Borborema Wanderley e os Deputados Federais Argemiro Figueiredo e Plínio Lemos pela U.D.N. e José Joffily pelo P.S.D..

Na esfera Nacional, a vitória do P.S.D. com a ascensão do General Eurico Dutra à Presidência da República, possibilita a volta de Rui Carneiro à presidência do Estado da Paraíba. Os resultados das eleições provocaram um realinhamento político partidário no Estado. É indicativo do processo de mudança da sociedade que os candidatos do P.C.B. para presidência e para o Senado tivessem uma votação expressiva, Yeddo Fiuza, 1.454 votos e João S. Cruz, 1.494, Félix Araújo, candidato à Constituinte na chapa de deputados federais, obteve 727 votos em Campina Grande e 786 em todo o Estado.

Passado o pleito, para a presidência, a disputa pela liderança da U.D.N., entre os Srs. Argemiro e José Américo se aprofunda. A escolha de Oswaldo Trigueiro, para candidato udenista a governador do Estado, encontrou resistência, por parte de José Américo que tentou afastá-la com a sua própria, ou forçando conciliação estadual em torno de Alcides Carneiro, seu genro e

(72) Ao utilizarmos o conceito de sociedade civil, baseamo-nos em Antonio Gramsci que faz uma distinção tão sutil quanto complexa entre sociedade civil e sociedade política no Estado de Classes. O Estado seria a "sociedade política e representaria o momento da força e da coerção, enquanto que a sociedade civil conformaria uma rede complexa de funções educativas e ideológicas aquilo em função de que a sociedade é não apenas comandada, mas também dirigida... A necessidade de direção da sociedade, implica na utilização, por parte das classes no poder da utilização dos aparelhos ideológicos para exercer a sua direção e manter sua liderança ideológica sobre a sociedade. Ver MACCIOCCHI, Maria Antonieta. A Favor de Gramsci. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, pgs.150-151.

candidato do P.S.D.. A ala argemirista consegue sustentar o seu candidato, conseguindo o mesmo se eleger governador com uma larga diferença de votos ao seu opositor, Alcides Carneiro.

As eleições de 45 e 47, evidenciaram as transformações que vinham se processando na cidade. Numerosos grupos de pessoas e conseqüentemente de eleitores chegavam de outros municípios e também de outros Estados, sem nenhuma vinculação com as tradicionais correntes políticas locais e sem ligação com os grupos familiares em que se fundamentava a sociedade campinense.

O título passa a ser valorizado como documento de identificação e como instrumento de conquista de favores, o aumento de contingentes de alfabetizados e do trabalho de aliciamento desenvolvido pelos cabos eleitorais, eram fatores de desequilíbrio para as chefias estratificadas. Em 1930, o eleitorado campinense se resumia a algumas centenas de privilegiados. Para o pleito de 1947, estavam inscritos 23.383 eleitores. (73)

A dissidência entre José Américo e Argemiro se agravava, quando se iniciam as diligências para a escolha do candidato da U.D.N. à prefeitura de Campina Grande. Fiel ao antigo esquema de escolher um amigo, e se possível um parente, que lhe garantisse os votos da cidade nos futuros pleitos, Argemiro se fixou no nome de seu cunhado Veneziano Vital do Rêgo.

A irredutibilidade de sua decisão, precipitou o racha entre as alas americista e argemirista da U.D.N.. Aproveitando-se desta dissidência, a oposição se articula com a ala americista, na procura de um nome que conseguisse o consenso tanto da oposição, como da ala americista da U.D.N.. A escolha se fixou no nome do médico Elpídio de Almeida. A indicação revelou-se acertada, desde o início da campanha até a concretização da vitória. Com a escolha do nome de Elpídio, evitaram-se entre os pessedistas, os ressentimentos de algum candidato preterido. Quanto aos udenistas dissidentes agradava-lhes que

(73) SILVESTRE, Josué. Op. cit. pg. 72.

disputasse a prefeitura um nome saído de suas fileiras.

Médico, com atuação na cidade há várias décadas, o Dr. Elpídio tinha uma boa penetração nos meios populares. Por outro lado, a sua formação liberal aparecia para as camadas urbanas da cidade (comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais, comerciários, etc.) como condição importante para promover as mudanças que pretendiam, ligadas a uma maior racionalização da administração municipal. Para atingir os redutos mais populares, a estratégia foi a utilização de pessoas identificadas, com as classes despossuídas e que fossem capazes de dirigi-las e organizá-las no sentido de aceitarem as propostas da burguesia citadina, como se fossem as deles. Era necessário que acreditassem, que agora poderiam influir no processo de escolha de seus representantes. A escolha recaiu em Félix Araújo e no Capitão Rodembusch.

O primeiro, antigo pracinha, egresso das fileiras do P.C.B., em cuja legenda tinha conseguido uma suplência de deputado estadual em 1946, gozava da simpatia dos intelectuais da terra e possuía uma razoável penetração popular.

O Capitão Rodembusch foi escolhido para vice, na chapa de Elpídio de Almeida, com a finalidade de legitimar a sua candidatura junto às classes mais pobres da população.

Antes mesmo do lançamento do seu nome como vice na chapa de Elpídio, já desenvolvia um trabalho nos bairros, onde era admirado principalmente pela sua condição de militar.

"Assim, ao invés de representar uma barreira, a farda de Rodembusch era um fascínio para a gente simples dos bairros e dos distritos, que se sentia à vontade com o seu candidato a vice-prefeito e também se sentia importante por estar lado a lado com um oficial que na ingenuidade do povo, tanto faz ser capitão como general. Teve estrela é tudo a mesma coisa."⁽⁷⁴⁾

(74) SILVESTRE, Josué. Op. cit. p. 108.

Félix conduziu com inteligência e propriedade o processo eleitoral que propiciou a vitória de Elpídio de Almeida. Verificando a possibilidade de se afirmar politicamente em Campina Grande, investiu profundamente na campanha da Coligação (era como se denominava a aliança dos partidos e alas que apoiaram a candidatura de Elpídio de Almeida ao governo do município).

A possibilidade de participar mais ativamente do processo político estava despertando o entusiasmo de jovens e adultos. Félix soube, como ninguém, catalisar este desejo de participar das massas populares, para conseguir os seus objetivos.

O ponto alto da campanha política, constituiu-se nas passeatas organizadas por ele, que proporcionavam um ambiente de alegria e entusiasmo, com a inclusão de bandas de música, lenços que simbolizavam a cor partidária, promoções especiais como as passeatas das mulheres, etc.. O hino oficial da campanha criado por ele, era apelativo no sentido de relacionar os problemas das classes mais pobres com uma solução por parte do seu candidato. Utilizava a categoria Povo numa tentativa de homogenizar todas as reivindicações, dos que apoiavam Elpídio de Almeida.

Vejamos algumas estrofes:

*O Dr. Elpídio de Almeida
Vai vencer as eleições
Pelo voto independente
Dos sinceros corações.*

*De pé, ó pobres! Ó vítima da sorte!
Com Deus e o Povo, contra a opressão
Elpídio de Almeida é o candidato
Da pobreza e da Religião.*

*Pelo povo - contra a fome!
Se levanta um grande nome!
Pelo povo contra a fome
Se levanta um grande nome!*

As eleições de 1947 marcam definitivamente, a nova estratégia das classes dominantes, para conseguir se perpetuar no poder. Diante da emergência de forças populares que não podiam ser cooptadas de maneira tradicional, tornou-se necessária a utilização formal da democracia e do liberalismo.

O candidato derrotado não compreendeu que, historicamente, as bases do antigo sistema de dominação começavam a se decompor; exigindo que se redefinisse a estrutura do poder. Esclarece Josué Silvestre que:

"Com relação às bases rurais, em que imperava ainda a estrutura coronelística, a votação dos dois candidatos se equivaleu. Foi a cidade que decidiu o resultado do pleito político". (75)

Após as eleições de 1947, concretizava-se o afastamento de José Américo da U.D.N. passando o mesmo a se articular com o P.S.D., reeditando a coligação para o pleito de 1950.

Acusações de traição de lado a lado agrava o clima de animosidade entre os líderes José Américo e Argemiro e os seus partidários. A candidatura de ambos ao governo do Estado em 1950, transforma em verdadeira guerra o processo eleitoral. Nos discursos, cartas abertas à população e manifestos, dava-se ênfase ao que se considerava, o ponto mais fraco do adversário. Na carta de Oswaldo Trigueiro, publicada pela União em 8 de julho de 1950, é elucidativo este trecho:

"Chefiando dentro da U.D.N. estadual uma minoria inconformada, compreendesse que, como frequentemente ocorre, o senador José Américo se tornasse dissidente e até hostil ao partido que ajudou fundar. Mas o que não é possível censurar é a conduta dos udenistas não argemiristas que ficaram fiéis ao partido. Para estes o dilema era ficar na U.D.N. com Argemiro ou passar para o P.S.D. com o Senador José Américo".

(75) SILVESTRE, Josué. Op. cit. p. 150.

Nas palavras do governador da Paraíba, encontrava-se implícita a crítica à conduta de José Américo, capaz de utilizar qualquer forma de composição, para não perder a liderança do Estado.

Os discursos de José Américo enfatizavam a antiguidade da política de Argemiro relacionando-a com o antigo coronelismo:

"São duas épocas. A forma mais simples de julgar são os confrontos. Julgai comparando: a inércia e a eficiência, a ação e o exemplo, a velha mentalidade e a inovação criadora, as exigências pessoais e a renúncia. E eu perguntaria aos campinenses: Quereis voltar ao passado, dando a quem vos negou tudo, com administrações inexistentes, um poder ainda maior ou preferis continuar de braços dados com os que estão fazendo a vossa felicidade ?".⁽⁷⁶⁾

A parte final é uma clara alusão ao governo de Elpídio de Almeida, que estava conseguindo racionalizar a administração e numa atitude inovadora prestava contas da aplicação do dinheiro público.

Durante o seu governo, Elpídio, atendendo às reivindicações das camadas médias urbanas, propiciou a modernização da estrutura urbana, desapropriando terrenos e casas para atender a esta finalidade, racionalizou o sistema tributário do município e regulamentou o imposto sobre indústria e profissões, que seria arrecadado pela prefeitura. Atendeu antiga aspiração dos servidores municipais, instituindo o salário família para os mesmos e o abono natalino. Inicia diligências para dotar de luz elétrica as sedes dos distritos, atendendo reivindicação de políticos com base nestas sedes, constrói a Maternidade Municipal, atendendo às necessidades das camadas mais pobres. Estabelece uma relação amistosa com as formas organizativas que começam a aflorar, insentando de imposto predial o prédio do Sindicato dos Empregados do Comércio de Campina Grande a autoriza subvenções ao Centro

(76) ALMEIDA, José Américo de. Discursos da Primeira Jornada Democrática. Edição d'O Norte. João Pessoa. 1950. p. 20.

Estudantil Campinense, e dispensa a dívida do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários. Incentiva as obras assistencialistas aumentando a subvenção de São Vicente de Paulo e doa terreno para a construção da casa Dr. João Moura. Procura atender às necessidades de obras infra-estruturais, do Comércio e da Indústria, contraindo empréstimo para remodelar o serviço de energia elétrica. Cria o Serviço de Estradas e Caminhos (SEC), órgão técnico subordinado diretamente ao Prefeito. (77)

A administração Elpídio de Almeida correspondeu à necessidade de modernização que a burguesia citadina exigia. Depois do período do Estado Novo, estabeleciam-se novas formas de relacionamento entre o Poder Público e a sociedade civil, procurando-se atender, dentro dos limites impostos pelas classes dominantes, as várias facções da burguesia, atenuando-se o elitismo anterior e o mandonismo da fase coronelística. Este período representa a transição entre as antigas e as novas práticas políticas. Quando as contradições se aguçavam muitas das velhas práticas eram reeditadas. O processo eleitoral de 1950 é um exemplo disto. A rivalidade entre os setores dominantes, americistas e argemiristas, acabaram por levá-los ao confronto direto, reeditando a velha tática coronelística. No encontro de passeatas rivais, deflagra-se conflito armado. O saldo: 3 vítimas fatais (um bancário e dois operários). As camadas mais pobres é quem acabaram por pagar, pelos desmandos das elites.

Após o fatídico 9 de julho, as forças políticas, até então equilibradas, pendem para o lado de José Américo, que consegue contabilizar a seu favor as mortes da Praça da Bandeira, culpando os seus opositores pelo início do confronto armado.

A vitória de José Américo é um marco, das mudanças que estão se processando e que promovem uma maior interdependência entre os 3 níveis de

(77) Os subsídios para estas observações foram colhidos nos livros de ata de Projetos da Prefeitura. Anos: 1947 e 1948.

poder: o local, o estadual e o nacional. Marca também a alteração no papel do Estado, que de simples mediador dos processos políticos passam a agente ativo do processo. A partir deste momento, o governo estadual e nacional, passam a interferir mais diretamente no processo político municipal, concretizando-se na ajuda às administrações municipais.

Campina Grande representava até o final do período em estudo: 1945-1954, a força decisiva nos processos sucessórios. (78)

Depois começa a perder a sua posição, sendo preterida, nas decisões mais fundamentais. As eleições para Prefeito em 1951, confirmam a hegemonia de José Américo, com relação à política estadual. O seu candidato, Plínio Lemos, consegue vencer, mesmo enfrentando Argemiro de Figueirêdo que jogou todo seu prestígio político, nesta cartada decisiva.

O governo de Plínio Lemos, é marcado pelo aprofundamento das transformações da sociedade civil campinense. Nota-se, neste período, o aceleração do processo organizativo da sociedade, atuando várias entidades de caráter associativo como: a associação dos professores secundários de Campina Grande, Associação dos Ex-Combatentes, União dos Marceneiros e classes anexas, Sociedade Beneficente do Lar Maria das Mães e Infância Desamparada, Instituto de Proteção aos Cegos, Associação de Cultura Franco-Brasileira, Associação dos Comerciantes, União dos Moços Católicos, União dos Universitários Campinenses, Associação de Proteção e Assistência à Infância de Campina Grande entre outras. (79)

Provavelmente, em razão destas transformações, o seu governo é muito contestado. O ex-prefeito, Elpídio de Almeida, retira-lhe o seu apoio e Félix Araújo, que tinha sido um dos que mais contribuíram para a sua eleição, era agora seu opositor e o que críticas mais contundentes lhe fazia.

(78) Em 1954, Campina Grande constituía-se no maior núcleo eleitoral do Estado com 55.774 votantes, enquanto João Pessoa contava com 25.575 eleitores.

(79) Os subsídios para estas citações foram colhidos nos livros de Ata de Projetos da Prefeitura. Anos: 1951-1952.

A oposição de Félix Araújo, deve-se em parte, à atitude de José Américo, que o preteriu nas suas pretensões de fazer parte dos escalões de mais importantes do seu governo, sob alegação de que era comunista. Passada a febre das campanhas políticas, a antiga ligação de Félix com o partido comunista, que na fase do processo eleitoral, aparecia como um elemento de mobilização popular, transformava-se em estigma. Não adiantou a circunstância do mesmo está desligado do Partido e do Bispo de Campina, D. Anselmo Pietrulla, atesta a sua idoneidade de bom católico e seu "repúdio ao credo vermelho" em uma carta ao Diretor Municipal de Educação.⁽⁸⁰⁾ Tendo cumprido a sua função de ajudar à classe dominante a manter sua posição numa fase de transição, foi eliminado. A morte de Félix Araújo é uma volta aos antigos métodos de coerção.

José Américo não completa o seu mandato de governador, sendo convidado a integrar a equipe de Ministros de Getúlio Vargas, para a pasta de Aviação e Obras Públicas. Concretiza-se cada vez à sua preponderância política dentro do Estado. Estava-se na fase de consolidação de um Estado Nacional Unificado, que o Capitalismo em sua fase monopolista exigia. As reivindicações das classes dominantes cada vez mais exigem decisões que emanam do poder central.⁽⁸¹⁾

Ao mesmo tempo, nota-se uma tentativa de oposição a este processo de concentração. Entre as conclusões e deliberação do Congresso Municipalista, que lançou as bases de um plano de investimento e realização no interior,

(80) SILVESTRE, Josué. Op. cit., p. 321.

(81) As reivindicações que com mais frequência a imprensa do período deixa entrever ligam-se à urgência da instalação do Banco do Nordeste, incentivo para o incremento do comércio importador, necessidade de pavimentação por parte do Governo Federal da rodovia mais importante, necessidade de financiamento para se conseguir preços competitivos para o algodão e o sisal à serem exportados. Melhorias para transportes ferroviários; Necessidade de crédito agrícola. Abastecimento e eletrificação das cidades. Necessidade de criação de Universidades de Ensino Superior. Fixação de preços mínimos para os produtos agrícolas. Protesto contra a elevação das taxas de redescontos pela SUMOC.
OBS: Os subsídios para estas citações encontram-se nas Manchetes e Editoriais do Jornal a União de janeiro a novembro de 1954.

destacamos, por demonstrar a não concordância com a descapitalização regional, a seguinte:

"Considera que o homem do campo conhece o governo federal e estadual sobretudo sob a figura do agente do fisco, pois no interior é que buscam recursos consideráveis, que não lhes são devolvidos em serviços e realizações senão em pequena escala. Se investigarmos as causas primeiras de alguns aspectos negativos da conjuntura nacional, entre os quais a fuga do campo, o desequilíbrio entre a economia urbana e rural, vamos encontrá-las na anemia financeira das massas comuns do interior e na centralização administrativa inadequada a um país de tão extensa base física e tão vário e complexo sob os aspectos geo-econômicos". (82)

Historicamente, apelos deste tipo estariam superados. A divisão internacional do trabalho utiliza o Estado para a organização do espaço de sua atuação, contribuindo para a concentração e centralização de recursos, que começam a se concretizar no período posterior.

(82) A UNIÃO. 1 jun. de 1954. p. 6.

CAPITULO II - OS PERCALÇOS DA EVOLUÇÃO POLÍTICA NACIONAL NO CONTEXTO DA EXPANSÃO DO CAPITAL MONOPOLISTA

2.1.0 - DE CAFÉ FILHO A JUSCELINO: DO PESADELO AO DELÍRIO

2.1.1 - As águas turvas da movimentação política pré-Juscelino

Com o suicídio do Presidente Getúlio Vargas, aprofundam-se os antagonismos que envolvem a crise do poder político brasileiro. Nesse período, o Brasil foi governado pelo Vice-Presidente, João Café Filho, o Presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz e o Presidente do Senado, Nereu Ramos. Esta situação, portanto, já era um reflexo do agravamento dos antagonismos políticos e das contradições entre as classes que se desenvolviam desde 1945.

Conforme já vimos, nas décadas anteriores, a sociedade brasileira havia passado por transformações profundas. A crise da economia exportadora, a industrialização, baseada na substituição das importações, a expansão do setor terciário, o crescimento dos núcleos urbanos e as migrações do campo para a cidade repercutiram nas condições reais de existência e no modo de pensar de grandes parcelas da sociedade brasileira.

O processo político se desenvolve, na medida em que os vários interesses pressionam, ou não, essas mudanças. Por isso, uma questão se coloca, sobre a natureza e o alcance dessas mudanças. Que classe conseguiu impor a sua hegemonia, tendo em vista, a organização e desenvolvimento da economia do País ?

As opiniões a esse respeito são bastante divergentes. O professor Edgard Carone, por exemplo, afirma que:

"a burguesia desde a sua origem representa o apêndice do sistema do poder, sustentáculo de uma estrutura que quase nada lhe exige, a não ser neutralidade aquiescência à realidade existente... Com a redemocratização de 1945, mesmo com a crise do sistema oligárquico e o crescimento econômico da burguesia, esta não tem condições nacionalmente e nem forças para a conquista de seu espaço político, para, dessa maneira, poder defender por conta própria os seus interesses junto ao governo ou face aos partidos políticos representativos da classe oligárquica, das classes médias e da própria classe operária. Este vácuo é tão grande que cabe aos grupos defensores das idéias nacionalistas - de tendência operária e de classes médias, além dos partidos de esquerda principalmente o PCB - o poder de guardiães e incentivadores desta burguesia, denominada por elas de burguesia nacional ou burguesia progressista... Desta maneira, o crescimento da burguesia não representa até 1964, ameaça política para o domínio da oligarquia ou para a composição de poder existente no plano federal. (83)

Adotando uma perspectiva diferente, Boschi afirma que a ação independente dos empresários industriais efetivamente contribuiu para o estabelecimento de determinados formatos institucionais no decorrer do tempo. Esses formatos institucionais se expressam nas maneiras pelas quais os grupos industriais mediarão seus interesses em relação ao Estado, o que, em última análise, contribuiu para o fortalecimento da burocracia pública e de uma classe política relativamente autônoma...

Os empresários industriais foram, também, muito ativos, revelando capacidade de iniciativa na condução de uma série de medidas levando à integração do mercado interno, à criação de fontes de crédito, à garantia de um espaço de negociação direta com a burocracia estatal. (84)

(83) CARONE, Edgard. A República Liberal I: Instituições e Classes Sociais (1945-1964). São Paulo, DIFEL, 1985. pp. 141, 142 e 143.

(84) BOSCHI, Renato Raul. Elites Industriais e Democracia. Rio de Janeiro, Graal, 1979. pp. 94, 98 e 99.

No nosso entender, a questão fundamental não passa pela antítese burguesia industrial, grupos oligárquicos ou burguesia agrária. Na realidade, o Estado neste período era um complexo sistema de poder que não pertencia exclusivamente à burguesia industrial mas representava também os interesses dos grupos agrários/exportadores/importadores e outros grupos. O mais importante é deslocar o centro da análise para a compreensão de como as classes dominantes, neste período, conseguem se perpetuar no poder, utilizando a mobilização das "classes médias" urbanas e da classe trabalhadora na vida política do país, para se legitimarem e se fortalecerem.

Nesta fase, quem mais se beneficiava com a industrialização do tipo monopolista, que a divisão do trabalho internacional impunha, era a grande burguesia industrial, ligada à produção de bens de consumo tradicional, começando a se vincular a bens de consumo mais sofisticados modernos. Composto-se com os setores agro-pecuários, tradicionais e modernos, começaram a utilizar a política de formação de grupos econômicos, que se ligavam à diferentes setores produtivos. Aceitam a interferência do Estado, desde que exerça a função de suplementar os empreendimentos particulares e combatem as medidas nacionalistas que implicassem em resistência ao capital estrangeiro. Começam a se associar com a grande burguesia internacional e a dominar o setor de serviços. O suicídio de Vargas e a conseqüente política econômica que se instaura, corrobora com as suas perspectivas de desenvolvimento.

A média burguesa industrial, ligada à produção de bens de consumo tradicionais, dependendo do mercado interno, era nacionalista, apoiava toda espécie de protecionismo e aceitava o intervencionismo estatal como uma forma de sobrevivência, diante da tendência à monopolização que começava a caracterizar a economia brasileira.

As chamadas "camadas médias" inclinavam-se por soluções do tipo nacionalistas e, também, aceitavam o intervencionismo desenvolvimentista do poder público. Ao mesmo tempo temerosas da proletarização e das mudanças

radicais, eram influenciados por campanhas anti-populistas, que pregavam ser necessário acabar com a "desordem", a agitação social e o comunismo. Entretanto, não fugindo a sua tendência histórica, de ora se inclinarem para as classes dominantes e ora adotarem o ponto de vista do proletariado. Alguns segmentos, como esclarece Carone:

"lutam por reformas da sociedade e tomam posição em favor dos movimentos de esquerda, conjunto que abrange desde os que procuram soluções mais revolucionárias. É neste leque que se apresenta a maior vitalidade da classe. De suas fileiras saem lideranças e militantes que trabalham em favor de movimentos nacionalistas, na luta cujo Slogan é o 'petróleo é nosso' ou contra o capital estrangeiro". (85)

A classe operária passou por profundas transformações após a II Guerra Mundial, começando a representar uma força nova no processo político nacional. Apesar de, em grande parte, continuarem sendo controlados, pelos mecanismos institucionais, como o Ministério do Trabalho e o PTB, os trabalhadores iniciam movimentos em favor da liberdade sindical. De maneira geral, os trabalhadores eram favoráveis à industrialização, ao protecionismo governamental e às soluções nacionalistas.

No nosso entender, mais do que um conflito entre os setores agro-industriais e industriais, a problemática maior referia-se à contradição do padrão vigente de acumulação do capitalismo brasileiro que, como já vimos anteriormente, se fazia transferindo parte do excedente da produção cafeeira para o setor industrial, sem contudo poder esvaziar aquele setor, já que era o único a proporcionar os meios de pagamento internacionais indispensáveis ao suprimento de oferta de bens de capital.

A crise se aprofunda pelas limitações que o próprio modelo de

(85) CARONE, Edgard. Op. cit., p. 170.

substituição de importações impõe.⁽⁸⁶⁾ Como esclarece Boschi, o modelo de substituição de importações muito cedo se revelaria limitado, no sentido em que a produção interna de bens de consumo acarretava volumosos e pesados investimentos de capital que não poderiam ser suprimidos internamente, seja em termos de tecnologia ou mesmo de recursos financeiros.⁽⁸⁷⁾

Entretanto, a estruturação da sociedade brasileira, neste momento, encorajava a resistência a uma integração mais efetiva ao capital internacional. Embora não seja fácil identificar a posição das classes e dos grupos sociais com relação às perspectivas de desenvolvimento, pois na prática existia dubiedade com relação a estas posições, de uma maneira geral, podemos concluir que a grande burguesia industrial, setores agro-exportadores e a burguesia internacional apoiavam uma maior interrelação com o capital externo.

A pequena e média burguesia, e o operariado, reconheciam a necessidade da utilização do capital estrangeiro para o desenvolvimento industrial, mas sob controle do Estado, que deteria, também, o monopólio dos recursos naturais.

A proposta de uma ruptura total, com o capitalismo internacional, era defendida por reduzidos segmentos burgueses, pelas camadas médias e a classe operária, que se prendiam à política da substituição de importações feitas às custas, exclusivamente, do capital nacional, considerando que a industrialização baseada na associação com o capitalismo prejudicaria a economia do país. Uma minoria dos que apoiavam esta última perspectiva, composta, principalmente de comunistas e de intelectuais marxistas, é que já propunham uma ruptura com o sistema vigente, sendo adeptos da socialização dos meios de produção.

(86) A industrialização ocorreu aproveitando-se o mercado interno já existente, para produtos industriais importados, que eram substituídos por produtos fabricados no País, reduzindo-se drasticamente o coeficiente de importação que baixou de 12,6% no período 50-54 para 8,6% no período 55-61.

(87) BOSCHI, Renato Raul. Op. cit. p. 77.

O período que sucede à morte de Vargas é considerado de transição, pois as classes no poder não conseguem estabelecer uma estratégia definida com relação aos mecanismos do poder, visando minimizar as oposições entre os setores dominantes. Neste período, verifica-se a progressiva internacionalização da economia brasileira e qualquer manifestação na definição de uma política que beneficiasse às classes trabalhadoras foi recusada.

O Vice-Presidente, João Café Filho, embora filiado ao Partido Social Progressista, assumiu o poder apoiado principalmente pela UDN. De acordo com Ricardo Maranhão:

"o governo Café Filho considerado pelo menos no plano dos fatos políticos e das aparências como um governo frágil, não quer dizer necessariamente um Estado que não intervenha decisivamente nos rumos da economia. Eugênio Gudin (Ministro da Fazenda), conservador no plano político, udenista e favorável às medidas 'monetaristas' preconizadas pelo FMI, utilizou uma política de uma forte restrição de crédito e de contenção de gastos públicos. A sua política sofreu sérias contestações por parte dos nacionalistas, como também dos empresários das indústrias, de bens de capital dependentes do crédito do Estado, dos cafeicultores que não aceitavam suas idéias de acabar com o programa de apoio ao café e, finalmente, dos bancos comerciais que não aceitaram sua exigência de que metade dos novos depósitos fossem recolhidos na SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito)". (88)

Os alvos mais atacados pelos nacionalistas foram a ligação do novo governo com o FMI e a decretação da resolução 113 da SUMOC, que permitia investimentos estrangeiros diretos sem cobertura cambial, assegurando ao

(88) MARANHÃO, Ricardo. O Estado e a política "populista" no Brasil (1954-1964), in: FAUSTO, Boris. (org.) História Geral da Civilização Brasileira - Tomo III - Brasil Republicano - Sociedade e Política. Difel, 1983. V. 10. p. 262.

investidor estrangeiro, ou aos que com eles se associavam, muitas facilidades.

A partir deste momento, concretiza-se a instalação da indústria de bens de consumo duráveis ampliando-se a de bens de produção como setor decisivo da economia brasileira. A contestação a sua política econômica reflete-se nas articulações políticas. A trama política esteve em banho maria, apenas no primeiro mês do novo governo. Logo, os udenistas tentaram, de toda maneira, transferir as eleições presidenciais, enquanto procuravam um candidato de união nacional.

O PSD foi o primeiro partido a lançar candidato: o governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek. Surgiram rumores, que depois se concretizaram, sobre a composição com João Goulart, realizando-se, mais uma vez, a aliança PSD-PTB. Os anti-getulistas começaram a se movimentar. Em oposição, a UDN lançara a candidatura de Juarez Távora, apoiado por Ademar de Barros (PSP) e Plínio Salgado (PRP).

O período da campanha eleitoral foi todo ele agitado pelos políticos mais conservadores da UDN, sobressaindo-se Carlos Lacerda, que desejavam impedir que os getulistas voltassem ao poder através do voto popular. A pregação favorável ao golpe militar para instituir um governo de emergência enquanto "reorganizariam" o país foi a tônica da campanha publicitária desencadeada, utilizando-se de falsos apelos, como a Carta Brandi, forjada por Lacerda, para provar as articulações da política sindical de João Goulart.⁽⁸⁹⁾

Juarez Távora, durante a sua campanha eleitoral, enfatizou apelos moralistas, mas prometia conservar as leis, que representavam ganhos sociais e respeitar a escolha popular.

(89) Neste documento, Lacerda tenta provar que Goulart havia comprado armas de Perón em 1953, a fim de equipar milícias operárias.

A plataforma eleitoral JK-JG apresentava-se em duas línguas, utilizando-se a estratégia de apelar para o pessedismo e suas bases rurais através de Juscelino e de reivindicar o apoio das classes populares urbanas, pelo discurso de Goulart. Entretanto, o que mais diferenciava os dois candidatos, a presidente, eram os discursos sobre a política econômica. JK declarava-se francamente favorável a uma política econômica de incentivo à industrialização enquanto Juarez mostrava-se cauteloso. (90)

O processo político brasileiro desenvolvia-se a partir do relacionamento dialético entre as classes, grupos e setores de classe citados. Juscelino Kubitschek compreendeu melhor este processo, optando por uma política que daria continuidade ao processo de monopolização e integração que o capitalismo exigia, representando, desta forma, o novo, em contraposição à perspectiva de Juarez, que insistia em manter um equilíbrio entre o antigo processo de acumulação de capital e o novo processo de industrialização.

A ala mais radical de direita da UDN, apoiada por organizações políticas menores, Cruzada Democrática, Movimento Anti-Comunista, Movimento de Agosto, etc., desencadeou forte campanha, através dos meios de comunicação de massa, tentando obter o apoio geral dos militares, dos políticos profissionais e da opinião pública para impedir a posse dos eleitos.

A facção legalista do governo, liderada pelo General Lott, não permitiu nova interrupção no processo democrático, em curso, e garantiu a posse dos eleitos.

(90) SKIDMORE, Thomas E. Op. cit., p. 186.

O episódio de 11 de novembro de 1955, entre Carlos Luz e Henrique Teixeira Lott, demonstra a continuidade de um componente decisivo da política brasileira: O Poder Militar. (91)

Os militares vêm-se reforçados porque constituem a única força organizada na sociedade capaz de reduzir o nível de conflito que, se ampliando, poderia levar à destruição mútua dos principais atores envolvidos. No decorrer do processo político brasileiro, as classes dominantes apoiam e são apoiadas pelas forças militares, principalmente nas situações de crise, quando as classes no poder não conseguem reduzir os conflitos aos limites desejados por elas.

No caso da posse de Juscelino, o General Lott, preferiu não tomar o poder, pois as tendências civis, de apoio ao intervencionismo militar ainda não eram consensuais a nível das classes dominantes.

Segundo Maria Vitória Benevides, o governo JK fez da aliança com o comando militar um importante fator de estabilidade política. Lott foi o artífice desta aliança. (92) Com a saída de Carlos Luz, no mesmo dia, 11 de novembro, o Congresso reuniu-se e votou no presidente do Senado Nereu Ramos para assumir a presidência da República. O impedimento constitucional de retorno de Carlos Luz à presidência da República foi estendido a Café Filho, que tinha se afastado por motivos de saúde. O Congresso concedeu o estado de sítio e a censura foi mantida discretamente até 31 de janeiro de 1956, quando Nereu Ramos transmitiu a presidência a Juscelino Kubitschek.

Configura-se o paradoxo político brasileiro. As práticas de

(91) O presidente da Câmara udenista, é acusado por Lott, Ministro da Guerra, de tramar um golpe para impedir a posse de Juscelino. Lott comandou um movimento que ele classificou como de retorno à legalidade constitucional, que obrigou Carlos Luz a fugir no Cruzador Tamandaré. Acompanharam-no políticos comprometidos com o projeto de golpe, entre eles, Carlos Lacerda, o Almirante Pena Botto, chefe da Cruzada Anti-Comunista, etc.

(92) BENEVIDES, Maria Vitória. O Governo Kubitschek. Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política. Rio, Paz e Terra, 1976. p. 147.

caráter populista são respaldadas por atitudes anti-liberais, de imposição, de força, por outro lado, seus adversários, apesar de afirmarem-se liberais, duvidavam da eficácia das teses liberais, lançando sempre mão de recursos que nada tinham a ver com o liberalismo democrático. O processo de modernização que se instaurava não consegue eliminar totalmente as barreiras à expansão capitalista, nesta fase, possibilitando, assim, que o sistema político conservasse traços autocráticos, reforçando, em última análise, as soluções arbitrárias para conter as forças sociais em luta.

2.1.2 - A Expansão do Capital Monopolista na Época de Juscelino

Juscelino Kubitschek subiu ao poder, tentando desenvolver a estratégia do "nacionalismo desenvolvimentista". O seu programa de governo tentava reconciliar as novas tendências de desenvolvimento, baseadas no capital estrangeiro, e a dimensão nacional, mais moderada sobrevivente do período Vargas.

Procurando, portanto, conciliar os interesses desiguais da burguesia, instituiu um programa de planejamento e desenvolvimento denominado "Plano de Metas".

As necessidades de reprodução do capitalismo mundial nesta fase explicam, em parte, as modificações nas condições do desenvolvimento econômico no Brasil. Depois do sucesso do Plano Marshall, dos experimentos da Doutrina Truman e do término da Guerra da Coreia, o capitalismo mundial, sob a hegemonia do capital norte-americano, precisava encontrar novas fronteiras de expansão como esclarece Ianni:

"quando os Estados Unidos, consolidaram a sua hegemonia sobre a Europa e o Japão, o governo e empresas mais poderosas norte-americanas puderam reformular as suas relações econômicas, políticas e militares

com os povos coloniais e dependentes". (93)

Entretanto, não podemos esquecer que o Programa de metas atenderia às condições específicas da sociedade brasileira, que já se encontrava razoavelmente preparada para pôr em prática uma política econômica de maior integração nacional e necessitava que o Estado redirecionasse a economia, com o objetivo de intensificar o crescimento industrial, mas sem alterar essencialmente o funcionamento dos setores econômicos pré-existentes. Para o êxito desta política, era necessária a manutenção do precário equilíbrio entre os vários interesses dos setores produtivos, procurando não se alterar a correlação de força que permitiria reduzir os conflitos sociais, ao nível desejado pelos que implementavam a nova política desenvolvimentista.

Segundo Manuel Maurício;

"o Plano de Metas consistia em um conjunto de trinta e uma metas globais com o fim de atingir certo índice mínimo de produção em seis setores estratégicos da economia: energia, transporte, alimentação, indústria básica, educação e um plano especial, a construção da nova capital, Brasília". (94)

Atuando especificamente em vários setores, mas sem perder de vista a interrelação geral, a perspectiva maior era ordenar o crescimento da economia brasileira, evitando os possíveis pontos de estrangulamento, por meio de investimentos infra-estruturais, a cargo do Estado, quando estes investimentos não atraíssem o setor privado.

Durante os anos de execução das metas do programa governamental, criaram-se setores industriais novos e expandiram-se e modernizaram-se outros mais. Esclarece Manuel Maurício;

(93) IANNI, Octávio. Estado e Planejamento. p. 145.

(94) ALBUQUERQUE, Manuel Maurício de. Op. cit. p. 619.

"que o Plano de Metas intensificou o processo de substituição de importações de tal forma que a taxa de crescimento industrial se elevou de 8,8% no período de 1947-53, para 10,4% entre 1956-60. A instalação de um setor industrial moderno revelou-se na diferença dos índices atingidos com referência às etapas precedentes. O índice industrial saltou de 162,3 em 1955 para 266,3 em 1960. Ao mesmo tempo, o PNB aumentou em 41,1% per capita e o crescimento fabril foi ainda 145,5% mais alto do que a elevação verificada no PNB". (95)

Esta política levou, necessariamente, a uma nova redefinição do papel do Estado modificando-se sua posição com relação à economia. As mudanças que se processaram foram profundas, atingindo o próprio modelo de acumulação de capital do país, verificando-se uma maior associação com o capital externo.

Com ênfase Octávio Ianni;

"a mudança qualitativa não se caracteriza apenas pelo aprofundamento da ação do poder pública, nem somente pela multiplicação de suas funções. O que explica a transformação qualitativa do Estado, durante o Governo Kubtschek é a opção política adotada pelos governantes. O que é essencial, para a compreensão desse governo e de sua política econômica, é que se adotou, então uma estratégia política de desenvolvimento que acabou por consolidar a expansão do capitalismo dependente, ou associado, segundo a perspectiva do governo da época". (96)

Inicialmente, o Estado começou por ampliar a sua presença no sistema econômico: Passou a interferir mais diretamente no setor energético, a controlar a exportação e o mercado cambial, através do Banco do Brasil

(95) ALBUQUERQUE, Manuel Maurício de. Op. cit., pp. 619/620.

(96) IANNI, Octávio. Op. cit. p. 149.

começou a participar mais efetivamente do mercado financeiro, fixando as taxas de juro, concedendo crédito ao setor privado, principalmente agrícola. Fixou os preços dos principais gêneros alimentícios e se preocupou com a armazenagem e comercialização destes bens, etc..

Afirma Dreifuss que:

"apesar da expressiva presença do Estado na economia ele não 'orientava' a nova estrutura de produção. Pelo contrário, era o capital transnacional que, tendo penetrado os setores dinâmicos da economia, controlava o processo de expansão capitalista". (97)

As transformações no processo produtivo, são demonstrativas da integração industrial, existindo a tendência de formação de grupos econômicos que passam a competir, com vantagem, com as empresas isoladas. Além disso, há uma franca propensão à maior participação dos grupos estrangeiros em atividades industriais principalmente na indústria de base e na indústria de bens de consumo durável como demonstram as tabelas I e II a seguir:

(97) DREIFUSS, René Armand. Op. cit., p. 35.

TABELA I - DISTRIBUIÇÃO DOS GRUPOS BILIONÁRIOS POR
SETOR DE ATIVIDADE E POR TIPO DE CONTROLE

SETORES DE ATIVIDADES		NACIONAIS		ESTRANGEIROS	
Não industriais; (exportação, importação, bancos, seguros, serviços industriais, investimentos)		19	35,2%	4	13,8%
INDUSTRIAS	a) Consumo não durável	20	37,0%	9	31,0%
	b) Consumo durável	7	13,0%	5	17,2%
	c) Mecânica pesada	3	5,5%	5	17,2%
	d) Indústria de base	5	9,2%	6	20,7%
SUB-TOTAL		35	64,8%	25	86,2%
TOTAL		54	100%	29	100%

FONTE: F. H. Cardoso. Revista Civilização Brasileira, nº 17, 1968. p. 82⁽⁹⁸⁾

- (98) CARDOSO, Fernando Henrique. Hegemonia Burguesa e Independência Econômica: Raízes Estruturais da Crise Política Brasileira, in Revista Civilização Brasileira, Rio de Janeiro nº 17. p. 82.
Segundo o autor, o mesmo baseou-se nos estudos sobre grupos econômicos no Brasil, realizados em 1962 e na Revista do Instituto de Ciências Sociais, Vol. II, nº 12, Rio de Janeiro, 1965, onde encontram-se os seguintes trabalhos que analisam os resultados dessas investigações:
a) VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. Os Grupos Multibilionários. p. 47-48.
b) MARTINS LUCIANO. Os Grupos Bilionários Nacionais. p. 79-116.
c) QUEIROZ, J. A. Pessoa de. Os Grupos Bilionários Estrangeiros. p. 117-186.

TABELA II - DISTRIBUIÇÃO DOS GRUPOS MULTIBILIONÁRIOS POR SETORES DE ATIVIDADES E POR TIPO DE CONTROLE

SETORES DE ATIVIDADES		NACIONAIS		ESTRANGEIROS		MISTAS
Não industriais: (exportação, importação, bancos, seguros, serviços industriais e investimentos).		8	33,4%	6	21,8%	1
INDUSTRIAIS	a) Consumo não durável	8	33,2%	5	17,2%	-
	b) Consumo durável	1	4,2%	7	24,1%	-
	c) Mecânica pesada	1	4,2%	4	13,8%	-
	d) Indústria de base	6	25,0%	7	24,1%	-
SUB-TOTAL		16	66,6%	23	79,1%	1
TOTAL		24	100%			2

FONTE: F. H. Cardoso. Revista Civilização Brasileira, nº 17, 1968. p. 81⁽⁹⁹⁾

A análise destas tabelas, também nos permite concluir que há um processo de concentração e integração maior, entre as indústrias estrangeiras. Por exemplo, no caso dos grupos bilionários, os grupos industriais estrangeiros em número de 25, controlam 86,2% dos investimentos, enquanto os nacionais em número de 35 controlam 64,8% dos investimentos.

(99) Ibidem, idem. p. 81.

Além disso, é importante verificar, com relação aos grupos econômicos que aparecem como nacionais, a associação com grupos estrangeiros. Esclarece Fernando Henrique Cardoso que, no caso dos multibilionários, 62,8% dos grupos nacionais apresentam ligações (variáveis) com grupos ou empresas estrangeiras, enquanto no caso dos grupos bilionários 46% mantinham algum tipo de associação acionária com grupos de empresas estrangeiras em alguma de suas empresas. (100)

Em consequência da internacionalização da economia brasileira, muitas decisões deveriam ser tomadas em combinação com as matrizes, o que significaria uma ingerência indevida na economia brasileira. (101)

A adoção do Programa de Metas significou, portanto, que os governantes optaram por um programa de maior interdependência e associação com o capital internacional. A intervenção do Estado na economia, não tem mais o objetivo, de promover a industrialização com base no capital nacional, atenderia agora às necessidades de reprodução do Capital Externo.

Esta redefinição das relações entre o Estado e a Economia significa uma crescente participação do poder público no sistema econômico, formando-se empresas mistas, isto é anônimas, cuja maioria é controlada pelo governo como demonstra a tabela III.

Isto não significa, entretanto, uma estatização da economia. A ação governamental, em seu conjunto, deveria criar melhores condições econômicas, financeiras, sociais e políticas para o crescimento da economia privada. A esse respeito, assim se expressou o Presidente Juscelino:

"Creio que o desenvolvimento orientador da nossa economia não deve ser consequência do propósito único de aumentar o grau de intervenção

(100) CARDOSO, Fernando Henrique. Op. cit., p. 83.

(101) A associação com as empresas estrangeiras, criaram facilidades para a entrada de tecnologias mais sofisticadas e neste sentido certas inovações Know-how e de moda (estilos), etc., passaram a ser função direta ou indireta das decisões tomadas pelas matrizes.

TABELA III - PARTICIPAÇÃO DOS SETORES PÚBLICOS E PRIVADO NA FORMAÇÃO DO CAPITAL FIXO

A N O	SETOR PÚBLICO	EMPRESAS MISTAS	SETOR PRIVADO	T O T A L
1947	15,8%	-	84,2%	100%
1948	23,3%	-	76,7%	100%
1949	29,4%	-	70,6%	100%
1950	35,1%	-	64,9%	100%
1951	25,0%	-	75,0%	100%
1952	26,8%	-	73,2%	100%
1953	29,4%	-	70,6%	100%
1954	24,3%	-	75,7%	100%
1955	24,0%	-	76,0%	100%
1956	24,8%	3,1%	72,1%	100%
1957	37,0%	4,1%	58,3%	100%
1958	40,8%	5,5%	53,7%	100%
1959	32,3%	6,0%	61,7%	100%
1960	38,2%	8,0%	53,6%	100%

FONTE: Fundação Getúlio Vargas, estimativas baseadas em dados da Revista Brasileira de Economia, março de 1962. Citado por F. H. Cardoso, Revista Civilização Brasileira, nº 17, 1968. p. 85. (102)

(102) Segundo o autor, o quadro foi extraído de Werner Baer. A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil, tradução de Paulo de Almeida Rodrigues. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1956.

do Estado, mas deve visar, antes a substituir a intervenção esporádica e descoordenada do Estado pela formulação de um programa orgânico dentro do qual a iniciativa privada conheça as metas gerais que o desenvolvimento econômico exige e os incentivos que o Estado está disposto a proporcionar. Com esse fim, o programa de Governo que me proponho realizar prevê, inicialmente a adoção de um Plano Nacional de Desenvolvimento, no qual se determinam os objetivos e as condições necessárias para que a iniciativa privada nacional, com o auxílio do capital estrangeiro e a eficaz assistência do Estado, possa realizar a grande tarefa de nosso progresso e emancipação". (103)

As inversões, quer do setor público, quer do privado, se originam em grande parte, de recursos subtraídos dos consumidores através do processo inflacionário estimulado pelo próprio governo.

Afirma IANNI que, em 1956, a taxa de inflação alcançava o nível de 19,2, ao passo que, o nível de 1960 em 30,9. Nos anos seguintes ela se acentuou. No período 1956-1960, todavia, a inflação não atingiu níveis inconvenientes para a realização do programa de Desenvolvimento. Se é verdade que ela provocou algumas distorções na estrutura de investimentos (por exemplo, teria estimulado os negócios imobiliários), também é verdade que ela se manteve mais na condição de inflação dos lucros. Por isso, ela funcionou como uma técnica de poupança monetária forçada ou melhor, como uma técnica de confisco salarial. (104)

A obtenção do capital para que Juscelino realizasse o seu ambicioso Projeto de Metas, se fez, portanto, em grande parte às custas dos assalariados. As fontes externas que propiciaram o capital para o desenvolvimento industrial, desempenharam uma função qualitativamente limitada, na medida em que só investiam em setores que atendessem às necessidades da reprodução do capital nesta fase, ou seja, naqueles que oferecessem possibilidades de concentração

(103) ALBUQUERQUE, Manuel Maurício de. Op. cit., p. 621.

(104) IANNI, Octávio. Op. cit., p. 170.

aparecer, diante das forças sociais em conflito, como se mantivesse uma "autonomia relativa". (108)

Era necessário manter o delicado equilíbrio das alianças entre as classes trabalhadoras. Ao mesmo tempo que se mantinha a mística de uma "burguesia nacional" progressista, desejosa de se aliar às camadas médias e à classe operária, com o objetivo de prosseguir com o projeto de industrialização nacional, grande parte dos grupos industriais encontravam-se suficientemente diferenciados no sentido de atuarem, independentemente, em termos da FIESP e de organizarem associações paralelas como o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento), CACEX (Carteira de Comércio Externo), CPA (Conselho da Política Aduaneira), etc.. Esclarece DREIFUSS que:

"eles formavam uma 'administração paralela' coexistindo com o Executivo tradicional e duplicando ou substituindo burocracias velhas e inúteis. Essa administração paralela, composta de diretores de empresas privadas e empresários com qualificação profissionais, os chamados técnicos, e por oficiais militares, permitia que os interesses multinacionais e associados ignorassem os canais tradicionais de formulação de diretrizes políticas industriais que permitiriam a coexistência do capital local e multinacional. E mais ainda, os novos interesses evitariam os mecanismos de controle e autoridade populista, como o Congresso e a crítica pública que poderia ser dirigida aos interesses multinacionais e associados por parlamentares da oposição". (109)

O processo de monopolização, da década de cinquenta ressaltou, para os empresários multinacionais e associados, a necessidade de estabelecer

(108) O Estado adquire um grau importante de autonomia, colocando-se acima e além da sociedade política e civil. Tal autonomia, no entanto, é decorrente dos estratos sociais mais importantes que são a base do pacto de dominação. Portanto, a autonomia não pode ser vista como dissociada da sociedade. O poder estatal decorre ao mesmo tempo de sua capacidade organizacional frente às forças sociais conflitantes e da base de apoio que tais forças representam. Ver, PORTELLI, Hugues. Gramsci e o Eloco Histórico. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. pp.76-80.

(109) DREIFUSS, René Armand. Op. cit., p. 35.

canais apropriados para a sua penetração e organização. Procurando estender a sua área de influência estabelecem alianças efetivas com os outros setores burgueses, numa tentativa de compartilhar o governo com as forças políticas tradicionais. A sua estratégia consistiu em promover uma política modernizante, sem alterar essencialmente os padrões de funcionamento dos setores econômicos pré-existentes e nem a correlação de forças entre os setores dominantes.

A base para o acordo, seria a marginalização das classes trabalhadoras do processo político, embora utilizassem a ideologia do desenvolvimento industrial para se legitimar.

A nível das classes dominantes consolida-se portanto, a "política de compromisso" que permitiu a reprodução ampliada do capital monopolista e a divisão do mercado interno. As possíveis divergências do chamado "setor industrial-financeiro" com o muitas vezes impropriamente chamado "setor tradicional latifundista exportador", foram em parte resolvidos graças à exclusão total da massa rural e, em certa medida, das populações trabalhadoras urbanas, dos possíveis benefícios de uma política desenvolvimentista.

Como já vimos anteriormente, o equilíbrio foi mantido enquanto houve expansão do sistema produtivo. Como a crescente inflação e a necessidade de se aplicar um plano de estabilização, de caráter anti-inflacionário, as agudas contradições do desenvolvimento vêm à tona. Como explicita Florestan Fernandes referindo-se à influência do capital monopolista sobre as economias dependentes:

"Ao adaptar-se às estruturas e dinamismo de economias capitalistas dependentes e subdesenvolvidas, ele se associa a velhas iniquidades econômicas e gera, por sua vez, iniquidades econômicas novas, atraindo para si velhos e novos descontentamentos sociais e políticos". (110)

(110) FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. São Paulo, Zahar, 1975. p. 270.

Em consequência, aumentam as disparidades regionais, as desigualdades de rendas, agravam-se as misérias disseminando-se os focos de tensões.

Os grupos burgueses menos beneficiados com a nova fase monopolista do capital, principalmente os ligados a bens de consumo imediato, procuram defender-se, apelando para a antiga ideologia nacional-desenvolvimentista. Mesmo os que participam do processo em termos hegemônicos recusam qualquer medida que implique diminuição dos lucros. Por exemplo, tentativas de limitação do crédito industrial levantaram protestos entre os empresários de São Paulo, que reagiram afirmando que o crédito para o setor público, estava visivelmente mais disponível que para o setor privado. Quando, em 1958, o Ministro da Fazenda, Lucas Lopes, substituiu a política de compra de excedentes por um programa mais limitado de apoio ao café, levantou-se, também, um clamor desesperado por parte dos cafeicultores. (111)

Com relação às classes trabalhadoras, o processo de monopolização da economia, acarretando o crescimento da inflação e a alta do custo de vida, estimularam o descontentamento e as reações de protesto da pequena burguesia, do operariado e do campesinato. A insatisfação dos trabalhadores agrícolas, se torna patente, quando as Ligas Camponesas, organismos que haviam aparecido na década de cinqüenta e que mobilizavam os camponeses, numa primeira tentativa de sindicalização, intensificam a sua organização.

O proletariado urbano começa a se libertar do domínio imposto pelo Ministério do Trabalho, e demonstra o seu descontentamento em numerosas greves, como o comprova a tabela seguinte.

A partir do aumento do poder de pressão da classe operária, esta não pode ser mais ignorada e, embora continue a não participar do sistema de poder, começa a ter um papel importante nas transformações em curso, tentando impor os seus próprios interesses em contraposição aos das classes no poder.

(111) SKIDMORE, Thomas. Op. cit., p. 219-220.

TABELA IV - NÚMEROS DE GREVES POR ANO (1945-1964)

N O S	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63
TOTAL DE GREVES	28	98	16	39	17	9	20	14	19	9	15	14	35	29	88	67	110	141	159
METALÚRGICOS	1	22	1	3	-	-	1	-	1	-	2	1	3	-	4	3	5	22	12
CONSTRUÇÃO CIVIL	-	3	-	-	-	-	-	1	1	1	2	-	-	1	5	-	4	4	6
CONDUTORISTA DE ÔNIBUS	6	9	1	4	1	-	3	4	-	2	-	4	2	10	11	9	23	20	23
OUTROS OPERÁRIOS	19	59	11	25	16	5	7	8	14	5	8	7	27	15	57	50	48	76	67
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	2	1	3	1	-	2	3	-	1	1	1	-	-	1	4	2	6	10	17
OUTROS TRABALHADORES	-	4	-	6	1	2	6	1	2	-	2	2	3	2	7	3	14	9	34

Fonte: Francisco Teffort. Sindicato e Política. São Paulo, 1972. (Tese de livre docência apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo).⁽¹¹²⁾

12) Coleção Retrato do Brasil. Editora Política São Paulo, Fascículo 36. p. 212.

Iniciam-se movimentos para superar o enquadramento sindical, imposto pelo Ministério do Trabalho, com a finalidade de se constituírem organizações mais livres. A atuação do Partido Comunista foi importante, na medida em que, entrando em contato com as entidades sindicais, contribuíam para uma maior independência dos movimentos operários. O número de congressos que se realizaram, neste período, indicam as transformações do movimento trabalhista. Entre outros, podemos citar: 1º) Congresso Operário de Pernambuco (1956), 2º) Iº Congresso de Trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro, 3º) Congresso Nacional dos Trabalhadores Têxteis (1958), etc.. Ao lado desses Congressos esporádicos, temos uma reunião mais instável, que consegue se afirmar anualmente com a Conferência Sindical Nacional. A primeira é de 1958, a segunda, de 1959. (113)

A concentração fundiária, neste período, estimula a radicalização dos movimentos sociais no campo. As Ligas Camponesas começam a ser consideradas importantes, principalmente pela ameaça em potencial que representavam para os proprietários rurais, devido às reivindicações dos camponeses por terra e maiores salários.

Diante dos conflitos inter e entre classes, Juscelino adota uma atitude cautelosa. Divide-se entre a necessidade de promover uma maior abertura política, como forma de enquadrar os novos interesses políticos e a vontade de continuar utilizando a sua política de conciliação, que tinha como objetivo principal a eliminação dos conflitos sociais, adotando medidas paliativas, que objetivam criar condições para minimizar as contradições sociais, sem ser necessário abolir radicalmente as instituições obsoletas. A criação da SUDENE enquadra-se dentro destes princípios. Propondo desenvolver um programa intensivo de industrialização na Região Nordeste, objetiva evitar os conflitos, diminuindo a pressão sobre a terra, pela oferta de mais empregos na cidade.

(113) CARONE, Edgard. A República Liberal. p. 191.

Com relação à política externa, temendo continuar com uma política recessiva de estabilização e comprometer as suas metas desenvolvimentistas, acirrando ainda mais as contradições, acaba por romper com o FMI, sob o protestos dos udenistas. Segundo Ricardo Maranhão:

"sem revolver os problemas financeiros, Kubitschek, que havia escancarado as portas ao capital externo, passou como nacionalista e faturou alto em prestígio popular, enquanto a UDN ficava como entreguista". (114)

Na medida em que o rompimento com o FMI não representou um corte brusco com a política de associação ao capital internacional, as contradições não resolvidas vão implodir no período posterior. Uma definição, com relação à política econômica, seria exigida pelo capital internacional e pelos segmentos burgueses interessados no modelo de acumulação capitalista associado ao capital externo. Diante da ameaça de composição de forças sociais que poderiam se opor à continuidade desta política, apelam para medidas extra-legais, configurando-se o golpe de 1964.

O sistema partidário procurava atender aos interesses diversos das classes dominantes, mediando os conflitos sociais, sem se constituir, entretanto, em canal efetivo através do qual, as classes trabalhadoras pudessem expressar os seus interesses.

O Governo Kubitschek, fundamentava-se nos interesses representados na aliança PSD-PTB que no Congresso garantia a continuidade do mandato político e da legitimação do poder. O PSD controlava a política financeira, o que possibilitava aos deputados da aliança dominante:

"fazer passar projetos de lei favoráveis às suas bases regionais, quanto de frequentar gabinetes ministeriais para assegurar obras, empregos e mais votos nas eleições futuras". (115)

(114) MARANHÃO, Ricardo. Op. cit., p. 281.

(115) MARANHÃO, Ricardo. Op. cit., p. 274.

Durante este período, as medidas consideradas inovadoras e progressistas, que se referiam à estrutura agrária, foram recusadas. A aprovação de leis trabalhistas para o campo e a perspectiva da criação de Sindicatos Rurais, amedrontavam as elites agrárias rurais, principalmente a dos Estados, situados em regiões mais pobres, como o Nordeste, que temiam perder a estabilidade política e econômica. Dessa forma o projeto de criação de Sindicatos rurais de 28 de julho de 1957, é fragorosamente derrotado por 106 votos contra 62. A bancada que menos compareceu foi a do PTB, com 54% de abstenção, 15 deputados do PSD votaram a favor; segundo o Estado de São Paulo. 07.07.1957. (116)

É dentro desta perspectiva de mudança, sem alterar a ordem estabelecida pelas classes no poder, que Juscelino prefere, por exemplo, abandonar os seus compromissos com o Estatuto do Trabalhador e comandar a execução do projeto da SUDENE. Era importante não dividir a sua base de apoio, o PSD, e evitar criar atritos com a maioria de sua bancada, composta por representantes das elites rurais.

O estabelecimento de uma "administração paralela", neste período, permitiu-lhe agilizar as reformas necessárias à sua política desenvolvimentista, requerida pelo capital monopolista, mantendo ao mesmo tempo, a velha máquina clientelista, controlada pelo PSD. Estas medidas, se asseguravam o crescimento de sua autonomia político-administrativa, evitavam, por outro lado, mudanças que poderiam fortalecer a sociedade civil e a institucionalização de uma ordem burguesa mais democrática.

O PSD representava, portanto, a estabilidade e a segurança para as classes conservadoras e "produtoras". Com a colaboração do PTB, conseguiu eleger os presidentes Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas e Juscelino

(116) CAMARGO, Aspásia Alcântara. A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base, (1930-1945) In FAUSTO, Boris (org.) História Geral da Civilização Brasileira, III - O Brasil Republicano; Vol. 10, São Paulo, Difel, 1983. p. 157.

Kubitschek. Apesar de, como outros partidos de base agrária, apresentar uma tendência a um decréscimo na sua representação na Câmara Federal, inegavelmente é o articulador mais importante do período, na medida em que consegue manter as mudanças nos limites desejados pelas classes que representa, permitindo, assim, que se perpetuassem no poder.

O PTB, através dos seus programas, procurou atrair os contingentes da classe média e do operariado, defendendo, pontos de vista em favor de mudanças na sociedade. A emergência das citadas classes neste período, implicou na ampliação da participação popular na política e importou, segundo Carone:

"em algum grau de efetiva incorporação aos quadros políticos institucionais vigentes, ou seja, significou pressão popular no interior do regime político vigente".⁽¹¹⁷⁾

Partidos, como o PTB que conseguem canalizar para si, os anseios das massas urbanas tendem, portanto, a aumentar a sua representação, como podemos comprovar, pela tabela abaixo:

TABELA V - REPRESENTAÇÃO DO PSD, UDN, PTB, PSP E OUTROS PEQUENOS PARTIDOS NA CÂMARA FEDERAL

PARTIDOS	1945	1950	1954	1958	1962
PSD	151	112	113	117(48)	119(40)
UDN	77	81	74	71(24)	94(39)
PTB	22	51	60	62(16)	116(48)
PSP	2	24	31	26(19)	22(16)
Pequenos Partidos	34	36	48	50(24)	63(46)

NOTA : Os números entre parênteses se referem aos Deputados do Partido eleitos em aliança.

FONTE: CARONE, Edgard. Op. cit., p. 296⁽¹¹⁸⁾

(117) CARONE, Edgard. A República Liberal, p. 222.

(118) Segundo o autor o quadro foi tirado de Lúcia M. Lippi Oliveira, Partidos Políticos Brasileiros: O Partido Social Democrático, p. 21. (Mimeo). Os dados não conferem com os transcritos por Maria do Carmo Campello de Souza. Estados e Partidos no Brasil (1930-1964), p. 144.

A participação mais efetiva do PTB, na estrutura do poder, possibilitava, além de um crescimento contínuo do partido, a legitimação do sistema junto às classes trabalhadoras, já que o PTB se propunha a ser seu porta-voz. Na realidade, não existia uma diferença fundamental com relação à política do PSD, no que se refere à limitação da democracia, já que o petebismo, era uma arma para tentar manipular o movimento operário.

No período que estamos estudando, o discurso da UDN, pode ser considerado, como reacionário ou de direita, embora empregasse sistematicamente, a estrutura do discurso liberal. Apesar de, através de campanhas de apelo moral, como as desencadeadas por Lacerda, atingir alguns setores da classe média, o elitismo de suas posições afastava da agremiação as grandes massas populares. Segundo Ricardo Maranhão, ao longo do governo J.K., a UDN permaneceu minoritária, oposicionista e favorável a um golpe militar. Muitos dos seus dirigentes chegaram a apoiar as revoltas de Aragarças e Jacareacanga, embora esse radicalismo esbarrasse sempre na aura do populista e hábil do político Juscelino.⁽¹¹⁹⁾ Nesta fase, passa a ser utilizada pela burguesia associada ao capital internacional, que procura articular os setores mais atrasados e conservadores, para através de soluções extra-legais, impor o seu modelo de acumulação capitalista, às custas das classes trabalhadoras.

Os partidos menores, através do sistema de aliança, compartilham em linhas gerais, do comportamento dos grandes partidos, com relação aos critérios de dominação.

Com relação ao Partido Comunista, não compete aos limites deste trabalho, avaliar os acertos ou desacertos de sua política no período. Merece referência pelo trabalho que realizou junto às entidades representativas das classes trabalhadoras, contribuindo para que estas adquirissem uma autonomia relativa.

(119) MARANHÃO, Ricardo. Op. cit., p. 280.

Podemos concluir, que as organizações partidárias, no período, se articularam objetivando a conservação do poder, não oferecendo soluções alternativas, para resolver institucionalmente os problemas sociais, na medida em que suas estruturas fechadas e, até certo ponto corporativistas, impediram que os interesses de outros segmentos sociais fossem incorporados, contribuindo para a construção mais democrática da ordem burguesa. O sistema político passa por um processo de desagregação, o que propiciaria as soluções extra-constitucionais, do período posterior.

2.2.0 - AS TRANSFORMAÇÕES DO NORDESTE

2.2.1 - A SUDENE comanda o Processo

A dominação dos grupos monopolistas no interior da economia nacional, como vimos nos ítems anteriores, produziu transformações, com relação à produção e reprodução do capital, tanto ao nível local, como aos níveis regional e interregional. Na medida em que se processa a intensificação da industrialização do país, sob a égide do grande capital, processa-se, também, uma redivisão inter-regional do trabalho. Como esclarece Chico de Oliveira;

"o Sudeste, que tinha, até um certo momento, toda estrutura produtiva voltada para a agricultura, quando começa a industrializar-se repassa esta tarefa para o Nordeste e o Sul passa a ter como atividade principal a indústria. A partir daí, a tendência é de que o Sul e o Nordeste, em suas relações de troca com o Sudeste, tenham que vender mais produtos primários para comprar produtos industrializados. Ora, é conhecida a deteriorização, em termos de troca, nesse esquema, em detrimento do Nordeste e do Sul". (120)

Esta perspectiva corresponde à intensificação do processo de integração nacional e à inserção do Nordeste na economia capitalista mundial.

O processo de industrialização, nesta fase, configura a necessidade de expansão dos mercados para os produtos manufaturados e depois a transferência do capital acumulado pela progressiva monopolização da economia brasileira. É dentro desta perspectiva que se deve compreender a política de desenvolvimento instaurada no Nordeste. Este processo de interligação da economia regional se dá, portanto, segundo Tânia Bacelar, em dois momentos:

"Inicialmente, pela via comercial, colocando, então, a questão

(120) OLIVEIRA, Francisco de. A Economia da Dependência Imperfeita. pp. 51-52.

da concorrência inter-regional. No segundo instante, o prevalentemente comercial arrefece e a integração inter-regional passa a se fazer crescentemente sob a forma de transferência de capital, reproduzindo sobretudo no meio urbano das regiões, inclusive no Nordeste, a expansão de atividades modernas iniciadas no Sudeste". (121)

A partir deste momento, ampliou-se o grau de complementariedade entre as regiões significando, também, que as indústrias regionais passam a sofrer uma competição por parte de setores industriais, de composição orgânica mais forte, muitas vezes associados ao capital internacional.

Constituíam a outra face deste mesmo processo as transformações que estavam acontecendo no interior da região. As condições de vida dos trabalhadores agrários vinham se deteriorando, a partir da década de 50, em razão do processo já mencionado, de desagregação das relações de produção no campo e do monopólio da terra, além disso, aspectos conjunturais, como as crises de produção ocasionadas pelo retraimento do mercado externo e as secas de 1952 e 1958, contribuíam para o agravamento das contradições sociais. Com relação aos trabalhadores urbanos, a sua condição era desfavorável, principalmente em razão do desemprego ocasionado pelo baixo nível de atividade produtiva, em virtude das condições anteriormente mencionadas.

Segundo Amélia Cohn, em 1958 o número de flagelados que o Governo teve de assistir - 520.000 - foi duas vezes maior do que em 1932. O estudo do ETENE (Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste), sobre a seca desse ano, revela que, em 1932, o número de pessoas afetadas em relação à população da região representava 9% da população total, enquanto em 1952 essa percentagem se reduziu para 1%, elevando-se a quase 13% em outubro de 1958, tendo sido afetados sobretudo os Estados do Ceará, Paraíba e Rio

(121) ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Industrialização do Nordeste: Intenções e Resultados in: A Questão Nordeste. p. 79.

Grande do Norte. Juscelino Kubitschek, em entrevista coletiva à imprensa, afirma ser essa seca a mais terrível que o Brasil conhece em sua história, de aspectos mais graves do que as calamidades do passado. (122)

A seca, apesar de não se constituir no problema básico da região, por atingir grandes parcelas da população, agravava as condições de desemprego e de baixos salários. Entretanto, apesar de a SUDENE ter sido criada com a ocorrência da seca na região, convém ressaltar que a sua criação não visava atender a este problema, mas às condições estruturais da região, objetivando integrá-la ao processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, mantendo as bases da dominação existente, ameaçadas pela mobilização popular, principalmente no campo.

Segundo Raimundo Moreira;

"a necessidade de uma política regional, inseria-se no caráter do próprio movimento populista e na concepção de 'desenvolvimentismo' acentuado da 2.^a metade da década de 50. As pressões sociais das massas geraram também (como reflexo da ideologia nacional) a discussão sobre o sub-desenvolvimento regional. Vários setores de classe; tanto a nível regional, como nacional, mobilizaram-se exigindo soluções, sobretudo a partir de 1958, quando a calamidade da grande seca se contrapunha à euforia do desenvolvimento e do intenso processo de crescimento pelo qual passava a economia do Centro-Sul... a ameaça representada pelas tensões sociais crescia e se somava, num plano, mais amplo, às mobilizações de âmbito nacional em favor destas reformas". (123)

A criação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), como já citamos anteriormente, viria a se constituir uma resposta a estas pressões. Por um lado, atenderia às necessidades de afirmação do capital monopolista e, por outro lado, contribuiria para debilitar o centro das pressões sociais.

(122) COHN, Amélia. Op. cit. p. 68.

(123) MOREIRA, Raimundo. Op. cit. p. 51.

Segundo Francisco de Oliveira;

"colocado nessas condições, o conflito de classes que aparece sob as roupagens de conflitos regionais ou dos 'desequilíbrios regionais' chegará a uma exacerbação cujo resultado mais imediato é a intervenção 'planejada' do Estado no Nordeste, ou a SUDENE. A burguesia industrial do Centro-Sul, caminhando rapidamente para a hegemonia, não tem escolha: é preciso submeter as classes populares do Nordeste ao seu tação, mas numa situação em que suas próprias bases, seu 'populismo', começam a entrar em declínio, ela não atacará diretamente as classes populares do Nordeste, num movimento que visava evitar a confluência de forças populares em escala nacional: submeterá primeiramente sua irmã gêmea no Nordeste, a própria burguesia industrial regional". (124)

O governo cria o GTDN, (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste), com o objetivo de detectar os pontos críticos da economia Nordestina, que impediam uma equiparação com o Centro-Sul. Partia-se, portanto, do pressuposto de desenvolvimento dualista, na medida em que não se considera que as desigualdades regionais são resultado das leis impostas pela divisão social do trabalho dentro de uma mesma totalidade social e que não dependem de medidas tomadas, individualmente, por nenhum dirigente político. Embora reconhecendo a deteriorização da economia Nordestina, o relatório do GTDN parte do pressuposto do desenvolvimento desigual para propor um desenvolvimento autônomo para o Nordeste com a finalidade de equiparar a sua posição ao do Centro-Sul, sem levar em consideração o processo de desenvolvimento global da economia brasileira.

Em termos de estratégia setoriais, o GTDN sugere para o setor agrícola, além da ampliação da fronteira agrícola e a política de irrigação na zona semi-árida, o mais importante de seus componentes, que é a transformação da economia agrária da faixa úmida do litoral. Isto teria como objetivo proporcionar, sobretudo, uma oferta adequada de alimentos a

centros urbanos, para apoiar a industrialização. Na zona Úmida encontravam-se, no entanto, os grandes latifúndios da tradicional economia açucareira. O documento não se refere, contudo, à realização de uma reforma agrária, como o centro de reformas estruturais.

Em relação ao setor industrial, a diretriz básica, segundo o documento, era a seguinte:

"intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste 'um centro autônomo de expansão manufatureiro' ". (125)

O documento apresenta dubiedade, justamente com relação ao mais essencial: que forças sociais apoiariam a nova estratégia? Embora reconheça que a estrutura agrária é um obstáculo ao desenvolvimento da região, omite-se com relação à reforma agrária, o que torna claro que as mudanças não deveriam ultrapassar os interesses das classes proprietárias da região. Entretanto, enfatiza a necessidade de criar:

"uma classe dirigente nova, imbuída do espírito de desenvolvimento, que pudesse se opor aos homens ligados a uma agricultura tradicionalista". (126)

Embora a SUDENE fosse criada como resultado das proposições do GTDN, a execução de sua política diferiu, substancialmente, dos objetivos iniciais, pois, se formalmente corresponderia à institucionalização do planejamento estatal, que proclamava o seu interesse de servir à sociedade e promover o desenvolvimento da região, essencialmente o seu objetivo era legitimar para garantir o sistema de dominação social. Desta forma, deveria articular forças sociais desiguais, com a finalidade de mediar os conflitos, proporcionando as condições necessárias para a dominação burguesa na região.

As principais dificuldades para concretizar os seus objetivos, consistiram, inicialmente, na oposição de setores tradicionais que viam, com

(125) MOREIRA, Raimundo. Op. cit. p. 59

(126) Idem, Ibidem. Op. cit. p. 59.

certa reserva, a implementação de uma política que poderia significar a perda relativa do seu poder.

Nos debates, no Senado, que precederam à institucionalização da SUDENE e à aprovação do 1º Plano Diretor, pode-se comprovar pelos discursos do Senador Argemiro de Figueirêdo, proferidos no Senado, entre 1959-1961, representante da burguesia agrária nordestina, a oposição às propostas reformistas da SUDENE. Os argumentos que utilizava, de contraposição a sua efetivação, enfatizavam a necessidade de priorizar os projetos de irrigação e açudagem, defendendo a política do DNOCS e não de industrialização, invectivava:

"Quando porêm industrializados e eletrificados o Nordeste, eclode nova seca e os Nordestinos aos milhões, desabrigados, famintos e sedentos, virem os seus filhos morrerem, suas lavouras perdidas o que será dos que defendem o plano da SUDENE ?"(127)

Dentro desta perspectiva; mais do que os interesses dos nordestinos como um todo, estaria defendendo os das classes dominantes agrárias que se sentiam ameaçadas de perderem os privilégios de financiamento e assistencialismo, que obtinham através do DNOCS. Por esta razão, também era contra a política do Banco do Nordeste, considerando que:

"em vez do Banco cumprir a sua missão, mesmo a lei, que determina o socorro ao lavrador Nordestino, que verificamos ? Que essa parte da Renda Tributária da União, já está a estas horas usurpada do Nordestino, servindo única e exclusivamente para especulação com o comércio e a indústria dos grandes centros populosos do Nordeste". (128)

Em contraposição, os defensores da SUDENE argumentavam;

"da necessidade da SUDENE para criar novas indústrias e fortalecer

(127) FIGUEIRÊDO, Argemiro. Discursos Parlamentares. João Pessoa. A União, 1977. pp. 83-84.

(128) Idem, Ibidem. p. 91.

as já existentes para criar novos empregos, como forma de conter as revoltas sociais, acenando também com a possibilidade de criação de colônias agrícolas, que permitiria deslocar, parcelas da população para outros Estados, e da necessidade de se aprovar os planos de investimento da SUDENE, como um pré-requisito de receber ajuda econômicas dos Estados Unidos para a Região". (129)

Ambas as propostas visavam à manutenção das bases do poder na região, a diferença consistia no caráter mais reformista do grupo "desenvolvimentista", liderado por Celso Furtado, que, propondo mudanças dentro da ordem, objetivava minimizar as tensões na região.

Defendendo a sua posição, ambas as facções da burguesia procuraram obter o apoio popular, utilizando apelos diversos. Os segmentos mais tradicionalistas da burguesia agrária nordestina insistem na velha tecla de considerar subversiva e comunista qualquer tentativa de reforma que possa ameaçar o seu "status quo". Desta forma, se pronunciava, com relação aos planos da SUDENE, o Senador Argemiro de Figueirêdo:

"tanto me surpreendeu o plano traçado pelos dirigentes daquele órgão, que cheguei a admitir como verdadeira, a versão que, àquele tempo corria, de que se pretendia criar no Nordeste um ambiente explosivo para aproveitá-lo em momento oportuno, em movimento de subversão da ordem social do Brasil... Apelo no sentido de examinar a vida pregressa dos atuais dirigentes da SUDENE para compreender qual a orientação criminoso que se traçou para o Nordeste... Examinar a vida pregressa desses elementos não em face de informações do Senado, da Imprensa ou de particulares, mas de informações oficiais colhidas no local onde estão fichados os comunistas do Brasil". (130)

O grupo ligado à política "desenvolvimentista" procurava defender-se das acusações de comunistas através de argumentações como esta:

(129) Idem, Ibidem, pp. 131-132.

(130) Idem, Ibidem, p. 179.

"que quando há pouco tempo, o Doutor Celso Furtado acompanhado do irmão do Presidente John Kennedy, visitou as Ligas Camponesas, para evidenciar a situação de miséria das populações abandonadas do Nordeste brasileiro, e sugeriu medidas tendentes a evitar o desenvolvimento do comunismo naquela região. Por isso, de certo modo, e antes de tudo, o Doutor Celso Furtado está querendo é evitar que, amanhã o comunismo venha prevalecer-se do Nordeste brasileiro para ali fazer germinar suas sementes". (131)

Contra-atacando, o grupo "desenvolvimentista" acusa, através da imprensa, o Senador Argemiro de Figueirêdo de reacionário, de pouco conhecedor do assunto e, de, por este motivo, estar se opondo aos reais interesses dos nordestinos. Conseguem o apoio do movimento estudantil e operário, promovendo contra as proposições do Senador concentrações de protesto, principalmente em Recife. É elucidativo, porque demonstra a real dimensão do conflito inter-classe este trecho do discurso, com que o Senador Argemiro de Figueirêdo responde às acusações:

"Reacionário porque, quando a SUDENE planeja a instalação de indústrias em todos os centros urbanos nordestinos, na realidade e conseqüentemente, planeja o enriquecimento maior dos grupos econômicos". (132)

Este pronunciamento torna claro que o que realmente está em jogo, é a luta da facção da burguesia agrária, pela preservação do seu espaço político e econômico. As alusões anteriores às "intenções comunistas" dos grupos "desenvolvimentistas" seriam a forma utilizada para conseguir o apoio dos setores mais conservadores do congresso à suas proposições, sendo uma estratégia que teve pleno êxito, pois conseguiram impedir a aprovação de qualquer proposta de Reforma Agrária para a região, mesmo as que atenderiam às necessidades do desenvolvimento capitalista nesta fase.

(131) Resposta do Senador Lima Teixeira ao Senador Argemiro de Figueirêdo. Idem, *Ibidem*. p. 181.

(132) Idem, *Ibidem*. p. 189.

A criação da SUDENE representou uma vitória de Juscelino e de sua política desenvolvimentista, entretanto, a nível regional, não devemos concluir, baseando-nos na avaliação dos antagonismos que separam as facções burguesas nordestinas, que se trate de conflitos entre forças que se posicionam a favor ou contra o capital monopolista. Na realidade, no decorrer do processo, a burguesia-agrária, reconhecendo a indiscutível presença do capital monopolista na região, procura se articular com as forças em ascensão, para assegurar a sua sobrevivência, como esclarece Paulo Henrique Martins:

"ao se negligenciar a importância do movimento de expansão interna do capital no Nordeste, quanto à organização das novas classes - que esse mesmo planejamento além de sua função tipicamente econômica exerce a importante missão de proporcionar as condições políticas e institucionais necessárias à organização da dominação burguesa na região, seja dos interesses monopolistas, seja dos grupos dominantes locais. A presença do Estado como corpo regulador da atividade econômica local permite a essas classes dominantes locais, usufruírem de um meio de acesso a uma das principais fontes de financiamento de acumulação da sociedade capitalista, constituída pelos empréstimos bancários, isenções tributárias, construção de estradas e açudes, etc.. Desse modo, os grupos locais se incorporam ao 'processo burguês' ". (133)

Nesta fase inicial, a atuação da SUDENE reflete o processo de Conciliação e acerto entre as facções da classe dominante.

A base para o acordo, seria a manutenção do processo de exploração da classe trabalhadora, que não teve as suas reivindicações mínimas, como a melhor distribuição de terras, para garantir a sua sobrevivência e salários iguais aos das outras regiões, ao menos considerada para posterior

(133) MARTINS, Paulo Henrique N. A propósito de uma Política Regional de "Desenvolvimento": O Caso do Nordeste. *Raízes*, nº 2-3, jan-dez.1983: Campina Grande, Mestrado em Economia e Mestrado em Sociologia - Universidade Federal da Paraíba - Campus II. p. 73.

atendimento. Por conseguinte, foram evitadas medidas que representassem, mesmo que formalmente, um esforço com relação a promover modificações na estrutura agrária da região, limitando-se a buscar condições para uma maior coordenação da distribuição dos recursos públicos.

Segundo Sílvio Maranhão, a orientação geral da SUDENE era combinar o planejamento centralizado de "cima para baixo", com o planejamento descentralizado, de "baixo para cima". As pressões no sentido de produzir um plano para aprovação pelo Congresso, no entanto, levaram à prevalência da 1.^a opção. (134) Portanto, pode-se dizer que a criação da SUDENE não foi capaz de reduzir as pressões sociais, e seu imobilismo nos primeiros anos dava provas das poucas possibilidades de uma mudança na política regional.

As eleições de 1958 tinham demonstrado a insatisfação geral, elegendo, nos mais importantes estados da região, Governadores do partido de oposição ao Presidente Kubitschek. Em Pernambuco, por exemplo, consegue eleger-se o usineiro Cid Sampaio. O processo eleitoral, que culminou com a sua vitória, é demonstrativo de como se estruturava o poder na região. Considerado, por muitos, como representante da burguesia industrial, candidato pela UDN, recebe o apoio da chamada "Frente do Recife" e do Partido Comunista, uma composição considerada progressista. Entretanto, para consolidar a sua vitória, teve de promover o "Encontro de Salgueiro", na cidade do mesmo nome, onde formalizou os acordos políticos com os coronéis do interior. Deste encontro, participaram quase todos os prefeitos da área sertaneja, bem como os vereadores. A conclusão que podemos tirar é de que para a compreensão do desenvolvimento do processo político do Nordeste, não podemos simplesmente opor às formas antigas e tradicionais de dominação, as formas modernas e "desenvolvimentistas". O importante é constatar, a redefinição do processo pelo Capital.

(134) MARANHÃO, Sílvio. Estado e Planejamento Regional: A Experiência do Nordeste Brasileiro. In A Questão Nordeste. p. 93.

2.2.2 - A Posição de Campina Grande no Contexto Regional: A Questão da Hegemonia Urbana

Em decorrência do processo de monopolização da economia brasileira, cristaliza-se uma nova redivisão nacional do trabalho, verificando-se a integração mais efetiva do Nordeste, ao processo de acumulação capitalista, aprofundando-se as relações contraditórias e antagônicas, como vimos no ítem anterior.

Campina Grande, inserida neste contexto, passou por transformações que reforçaram e aprofundaram as contradições das relações de propriedade e as desigualdades sociais. A estrutura agrária reflete o processo de concentração fundiária, como demonstra a tabela abaixo.

TABELA VI - ESTRUTURA AGRÁRIA DE CAMPINA GRANDE (1950-1960)

ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS	ÁREA OCUPADA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
Menos de 10 ha	27.101 ha	12.727
de 10 a 100 ha	30.111 ha	1.430
de 100 a 1.000 ha	32.689 ha	143
de 1.000 a 10.000 ha	26.608 ha	12
mais de 10.000 ha	20.000 ha	1

FONTE: IEGE - Censo de 1950 e 1960.

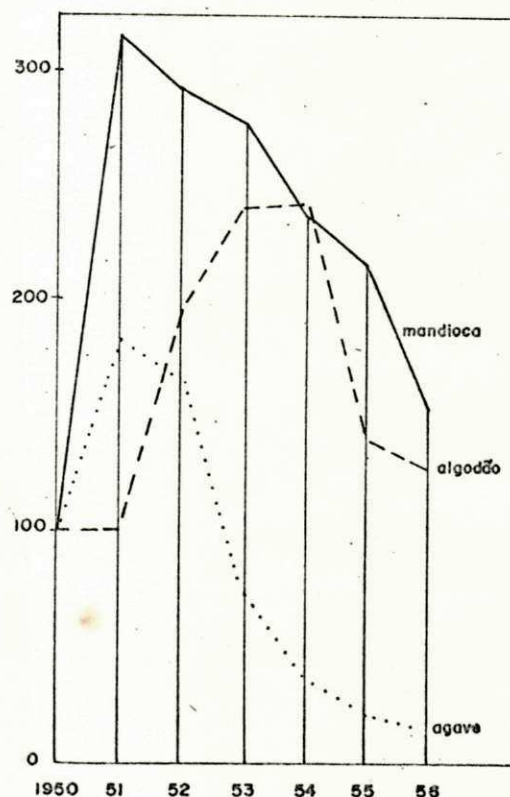
Podemos comprovar que os grupos de propriedades de mais de 100 ha composto por 156 estabelecimentos, ocupam 58% de toda área ocupada por todas as propriedades rurais de Campina Grande, enquanto as milhares de propriedade de menos de 100 ha ocupam uma área de 42%.

A construção das novas estradas, que proliferaram neste período, contribuíram para o aumento da concentração fundiária e de poder.

"As facilidades de comercialização incentivaram principalmente a pecuária que se expandiu a uma taxa bastante elevada em relação a outros produtos agrícolas, como a mandioca, o algodão e o agave, obtendo um acréscimo de 56% em 4 anos (1956-1960)".⁽¹³⁵⁾

A facilidade de comunicação permitia que as modificações no preço ocorrido nas outras praças fossem logo conhecidas, contribuindo para impulsionar os preços. Em contraposição, verifica-se uma deteriorização nos principais gêneros agrícolas, conforme o gráfico abaixo:

GRÁFICO II - CAMPINA GRANDE - VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA REAL - 1951-1961



FONTE: IBGE - Agência Municipal de Campina Grande⁽¹³⁶⁾

(135) RIOS, José Arthur. (Coord.). Op. cit. p. 58

(136) Apud - RIOS, José Arthur. Op. cit. p. 105

Em conseqüência, muitos pequenos proprietários que não puderam manter as suas condições de produção, são obrigados a vender as suas terras e emigrar para outras áreas do Nordeste ou de outras regiões do país.

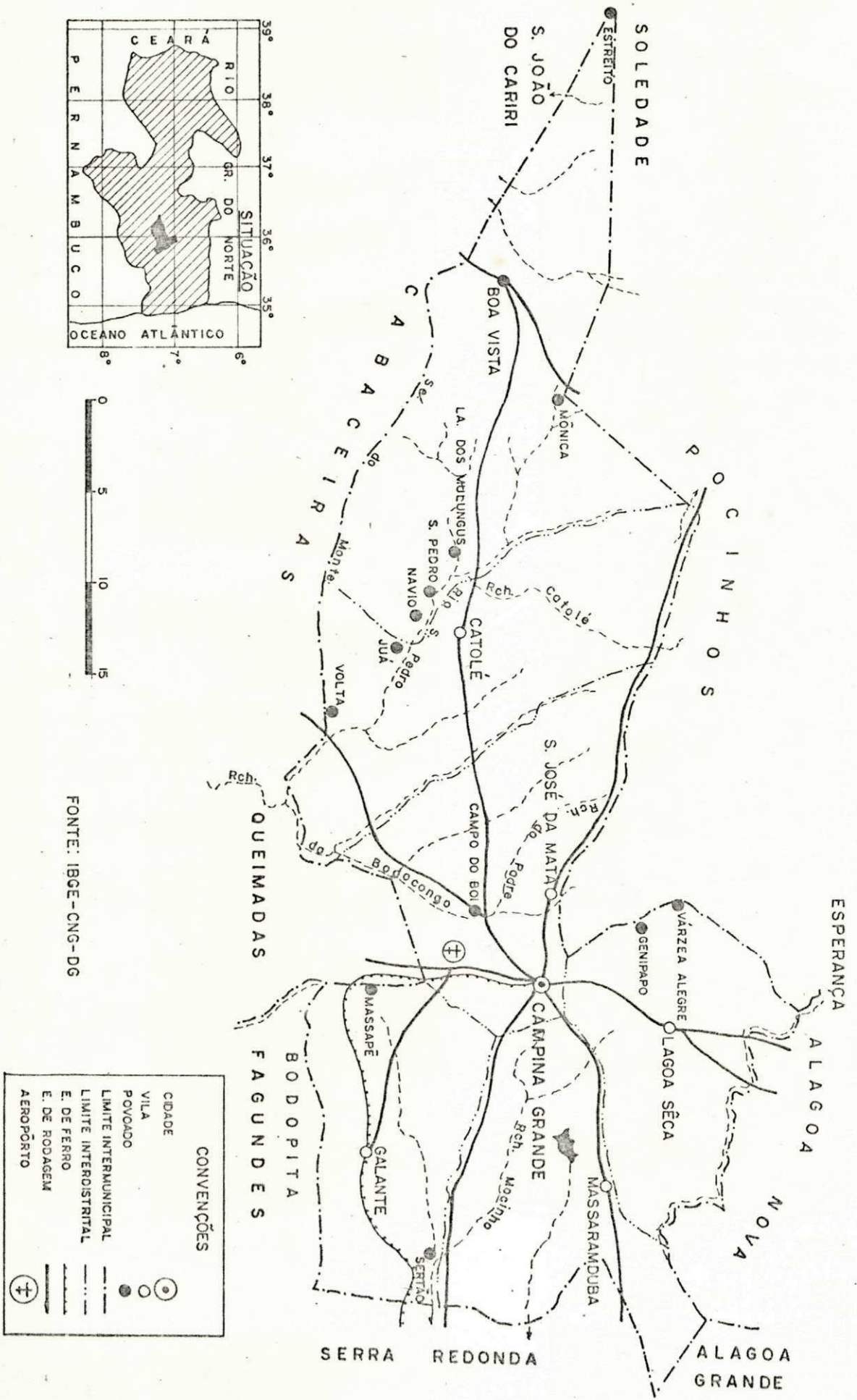
Nestas condições, o produtor vai sendo colocado cada vez mais sob a dependência do mercado e mesmo que ainda detenha a posse parcial e precária dos meios de produção, esta é mediatizada pela mercadoria e pelo capital.

Por outro lado, a abertura das estradas contribuiu para a instalação de uma agricultura familiar, pois cria condições para a comercialização dos eventuais excedentes das atividades de subsistência. (Ver mapa III) O crescimento populacional contribuiu, também, para o aumento das pressões por terras em que se pudesse exercer uma agricultura familiar, não existindo, entretanto, a tendência de que esta mão-de-obra se localizasse nas grandes propriedades, restabelecendo-se a antiga relação proprietário-morador. As relações estabelecidas prendiam-se mais ao aforamento e ao arrendamento.

Esclarece José Arthur Rios que no período estudado;

"depois dos proprietários, os arrendatários constituem o 2º grupo em importância, em Campina Grande. Os 40, 4% do número de estabelecimentos estavam em suas mãos, mas a área respectiva era bastante reduzida: 8,8%. O arrendamento é mais comum na caatinga e no cariri. São contratos verbais e, em regra, anuais. O arrendatário explora o algodão e cereais, alugando para isso de 2 a 5 ha, mas a área mais comum é de 4 a 5 ha. Paga de 1.500 a 2.000 cruzeiros por ha e são muitos os que estão sob a obrigação de dar 'condição ao dono da terra'. A 'condição' é o trabalho obrigatório que o arrendatário da terra deve dar de 1 ou 2 dias por semana em troca de uma diária de 150 à 200 cruzeiros. O número de arrendatários é dificilmente avaliado, pois são muitos os pequenos proprietários, que, impossibilitados de viver de sua terra, arrendam outras, auxiliados pela família". (137)

MAPA III - MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE
(RELAÇÃO CAMPO/CIDADE).



FONTE: IBGE - CNG - DG

Uma das formas de arrendamento mais comum era aquela em que a obrigação para com o proprietário consistia no desmate ou no destocamento de um pedaço de terra, antes não plantada, na qual ele planta a sua agricultura, ao lado da palma ou do capim. No próximo ano, ele já não utilizará o mesmo lote de terra, e a operação terá de ser reiniciada. Quando a fazenda encontrava-se "pronta", isto é, toda plantada de capim, ou de palma, ele tinha de seguir para outra parte para proceder da mesma maneira.

Diante da crescente pressão sobre a terra e da concentração fundiária, o arrendamento é uma válvula de escape do sistema, permitindo a sua viabilidade, já que, através de mecanismos de expropriação, a produção do arrendatário favorece a acumulação do setor comercial e industrial e do setor agrícola. A expropriação do trabalhador-arrendatário se dá em razão de que o preço pago aos pequenos produtores era inferior ao preço do mercado. Uma vez que esta agricultura se destina em grande parte à subsistência do trabalhador e de sua família, não é necessário que o preço do mercado atinja o valor ou o preço da produção do produto. Realmente, este preço já está regulado pela produção capitalista, e só atingirá o valor do produto em circunstâncias excepcionais. Cabe ao Estado um papel importante neste processo, tabelando os produtos, a um preço que não corresponde aos custos de produção. Como esclarece Kostas Vergapoulos:

"o pequeno camponês proprietário não tem na verdade o comportamento de um arrendador, nem de um empresário capitalista. Inicialmente ele é obrigado a produzir, seja qual for a conjuntura do mercado, sob pena de não sobreviver. Contenta-se, em seguida, com o equivalente a um salário sem levantar problemas de renda ou de lucro". (138)

Dessa maneira, nem o lucro médio, nem a renda da terra, constituem-se

(138) VERGAPOULOS, Kostas. Capitalismo Disforme. In A Questão Agrária e o Capitalismo. Coord. AMIN, Samir e VERGAPOULOS, Kostas, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1971. p. 113.

limites para a exploração do trabalhador-arrendatário. O único limite é a sua manutenção, muitas vezes, para efetuar as condições de sua reprodução, é obrigado a recorrer ao subconsumo e estender a jornada de trabalho dele e de sua família. Por isso mesmo, quando há uma retração do mercado, os trabalhadores separados das suas condições objetivas de trabalho, quando não migram para a cidade, procuram sobreviver por meio de atividades de subsistência, praticando uma agricultura primitiva, visando não a possibilidade de lucro, mas a sobrevivência. Desta forma, a diferença entre o que ele produz e o preço do mercado reverte gratuitamente para o capital.

Segundo Marx;

"não se efetuou a priori, mudança essencial no modo real do processo de trabalho, do processo real da produção. Pelo contrário, faz parte da natureza da questão o fato de que a subsunção do processo de trabalho ao capital se opere à base de um processo de trabalho préexistente, anterior a essa subsunção ao capital, e que configuram à base de diferentes processos de produção anteriores e de outras condições de produção, o capital se subsume a determinado processo de trabalho existente, como, por exemplo, o trabalho artesanal ou o tipo de agricultura correspondente a pequena economia camponesa autônoma. Se nesses processos de trabalho tradicionais, que ficaram sob a direção do capital, se operam modificações, estas só podem ser conseqüências paulatinas da subsunção de determinados processos de trabalho tradicionais ao capital". (139)

Desta forma, o comerciante, que compra as mercadorias, destes pequenos produtores, para revendê-las, consegue os lucros fabulosos às custas do trabalho não pago ao trabalhador. Conseqüentemente, reforça a área das estruturas agrárias tradicionais e reforça o centro urbano, acentuando-se a dependência do campo à cidade. A cidade cresce, em parte, graças à atrofia do campo, mas sofre também as conseqüências deste processo.

(139) MARX, Karl. O Capital. Livro I, Capítulo VI (Inédito). São Paulo. Ciências Humanas Ltda., 1978. p. 52.

já que o mesmo contribui para o imobilismo, e para uma dependência mais acentuada ao capital monopolista.

Dentro desta perspectiva é que se pode compreender a crise da economia algodoeira campinense no período, e os seus reflexos sobre a cidade. Como vimos no capítulo anterior, foi a partir da renda fundiária agrícola que se concretizou o lucro mercantil realizado na cidade. As tentativas, nem sempre bem sucedidas, de transformações do capital comercial em industrial, no contexto da economia algodoeira, dependem das condições historicamente criadas, pela divisão nacional do trabalho, impostas pelo capitalismo do Sudeste, em emergência. Como citamos anteriormente, o trabalhador por não receber uma remuneração que permitisse a sua reprodução, precisa recorrer a incentivos complementares que possibilitassem a sua auto-reprodução e de sua família. Desta forma, dimensionada pelo latifúndio, pela especulação mercantil e pelo capital monopolista, a indústria algodoeira, não consegue revolucionar as suas forças produtivas e quebrar as estruturas arcaicas, não conseguindo, portanto, competir com as similares do Sudeste. A concentração imposta pela presença da SANBRA e da CLAYTON no mercado algodoeiro campinense, contribuiu para que só conseguissem sobreviver as grandes firmas, o que possibilitava que o preço do algodão fosse ditado por eles, gerando uma desconfiança geral no meio produtor, principalmente após as colheitas, quando o preço do algodão em caroço chegavam a cair pela metade, o que desestimulava a produção. Por outro lado, segundo Silvano Alberto de Vasconcelos;

"estas empresas sobreviventes só conseguiram trabalhar com um determinado nível de processamento/safra, sendo que abaixo desse nível, elas se tornavam muito vulneráveis, e qualquer crise nas safras que afetasse a oferta do produto, atingiria diretamente essas empresas que também sofreram com o esvaziamento do comércio de algodão na praça de Campina Grande e aos poucos foram se retirando do mercado". (140)

(140) VASCONCELOS, Silvano Alberto. Ascensão e Queda da economia algodoeira de Campina Grande. XV. Diário da Borborema. Suplemento Tudo. Campina Grande 29 mai 1983

Comprova-se, portanto, a deteriorização da economia campinense, em razão do processo de monopolização. Em decorrência deste mesmo processo foram abertas novas estradas na região. Campina Grande, perdeu grande parte de sua função intermediação no comércio do algodão, pois o mesmo passou a ser levado em caminhões para outros centros, para nestes ser comercializado e beneficiado.

Os municípios produtores de algodão do interior, principalmente do sertão, se preocupavam em instalar suas próprias usinas e prensas, fazendo comércio direto com os grandes centros, concorrendo também para a deteriorização da função regional de Campina Grande de organizadora da economia algodoeira regional. O comércio atacadista que vinha se expandindo juntamente com o comércio do algodão, começa a decrescer de importância. Constituiu-se, o setor atacadista o mais importante para a economia campinense. As firmas atacadistas enviavam seus viajantes ao interior e a Estados como Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia e Pernambuco. A figura do corretor, intermediário que estabelece relação entre quem quer vender e quem quer comprar, contribuía para aumentar os preços, pois os mesmos, muitas vezes procuravam uma margem de lucro, igual ou superior ao percebido pelo comerciante. Com a abertura das estradas, muitos produtores vão vender suas mercadorias, diretamente nos grandes centros.

No comércio em grosso, predominavam secos e molhados, tecidos, fibras e miudezas, sem falar nas peças de automóvel. Era um comércio de entrepostos e de intermediarismo. Esclarece José Arthur Rios;

"que as firmas de grosso são em grande parte de Pernambuco, Alagoas e do Ceará e que o sistema de comércio a grosso é, com pequenas variações o seguinte: compra-se no Sul às fábricas ou ao comércio, com 60 a 90 dias de prazo e vendia-se a mercadoria a 90 e 120 dias para o interior e para os Estados do Rio Grande do Norte e Ceará. A venda é feita nominalmente a 60 dias, mas ninguém paga nesse prazo, sempre a 90 ou 120 dias. Para remediar essa situação, procura-se o desconto bancário a 1%. Há firmas que não poderiam

sobreviver sem crédito bancário, porque, para um capital de 60 a 70 milhões, mantém em giro 100 milhões". (141)

Constituiu-se, o problema de crédito o mais crucial do comércio campinense, sendo muitas vezes os comerciantes obrigados a recorrerem a agiotas, que devoravam todos os seus lucros.

Verificamos, pois, que a acumulação que se processa, na medida que fracionada e distribuída com o latifúndio e o capital financeiro, é modesta, sendo que a "riqueza" que se constitui é mais aparente do que real. As fortunas construídas, muitas vezes, rapidamente, da mesma forma desapareciam.

No comércio varejista, predominavam as lojas de tecidos, os armazéns e as mercearias. As lojas maiores compravam em Recife e as menores, em outros atacadistas de Campina Grande. O comércio varejista era demonstrativo da interdependência que existia entre a cidade e o campo. A época do menor rendimento e diminuição das vendas coincidia com as chuvas, quando a população rural estava mais absorvida no preparo de novas plantações. Além disso, o volume das vendas dependia das safras, existindo uma preocupação generalizada da população com relação à sua regularidade. Em decorrência da crise que se configurava, no setor agrícola, as vendas comerciais tendiam a decair, agravando-se ainda mais, as condições precárias existentes, em razão do pequeno poder aquisitivo da maioria da população da cidade.

A feira, uma das maiores da região, atendia à necessidade de compra e venda de uma vasta população de municípios vizinhos a Campina Grande e também de certos municípios de Estados próximos, que nela iam vender seus produtos e obter recursos para adquirirem artigos de primeira necessidade, constituindo um meio de vida para muitas famílias de nível médio e pobre.

A persistência da renda fundiária no campo, em detrimento de formas de acumulação capitalista mais avançadas, imprimiu um baixo grau de desenvolvimento à economia campinense.

Concretizava-se o declínio na taxa de arrecadação de impostos. Tomando-se para o ano de 1960 a percentagem de participação de Campina Grande na receita estadual, verifica-se que esta foi de 30%. Tomando-se a de 1951,

(141) RIOS, José Arthur. Op. cit. p. 68.

constata-se que foi de 38%. Mas há ainda um fato mais significativo a destacar. A participação da Paraíba na formação da Renda Interna do Brasil oscila de 1,1% (1958) a 1,5% (1960). Embora havendo irregularidade, a economia paraibana parece reagir, passando deste nível mais baixo para 1,5% em 1960, sendo que, regionalmente, a Paraíba atingiu, em 1960, o seu percentual mais alto, ou seja 14,2% contra 12% em 1958. (142)

Na medida em que Campina Grande começa a perder a sua função de organizadora do espaço regional, João Pessoa começa a crescer, assumindo a função de integração da economia do Estado ao espaço nacional.

Com relação a este processo, esclarecem Waldomiro Cavalcanti e Maria Braga de Sá:

"é necessário destacar no conjunto dos fatos econômicos determinantes desse novo processo, dois que exerceram e continua a exercer, ainda, uma ação decisiva nessa desestruturação do espaço urbano de Campina Grande, quanto a sua 'função mercantil', e de sua região, que é a vinculação direta e estreita entre o processo de produção e o sistema financeiro que subordina e o aliena vinculando-o ao centro de gravidade extra-regional e ao sistema rodoviário, racionalmente planejado nesse sentido. A BR-230 que é um longo eixo axial que liga diretamente o sertão ao litoral vai capturando, paulatinamente, através das rodovias vicinais toda a produção local no sentido do novo espaço centralizado que tem em Recife e João Pessoa os seus pontos terminais estratégicos". (143)

Concretizando-se as condições que permitiram a deteriorização de Campina Grande como grande Centro Mercantil, a necessidade de industrialização mais intensiva começa a ser defendida não só pelas classes no poder, como também pela sociedade de uma maneira geral, aparecendo como uma panacéia capaz de curar os males da estagnação e da miséria.

(142) RIOS, José Arthur. Op. cit. p. 58.

(143) SILVA, Waldomiro Cavalcanti e SÁ, Maria Braga de. Op. cit. p. 32.

2.2.3 - A DINÂMICA DA POLÍTICA MUNICIPAL E SUAS ARTICULAÇÕES EXTERNAS

As transformações que se processavam, em razão da expansão capitalista no Nordeste, exigiram, como já vimos anteriormente, que as classes dominantes locais reformulassem a sua estratégia política, com o objetivo de melhor usufruírem das principais fontes de financiamento de acumulação da sociedade capitalista como também de procurarem adequar os sistemas tradicionais de dominação, com a finalidade de evitar os movimentos contestatórios, que começavam a se esboçar.

Na Paraíba, verifica-se, neste período, a consolidação e organização dos interesses econômicos burgueses. Para concretizá-los, as classes no poder esquecem-se das antigas querelas oligárquicas e procuram atender aos apelos da política desenvolvimentista e industrialista, que segundo a sua ótica, seria a única solução para a crise em que se debatia o estado.

Dentro desta perspectiva, antes de deixar o Governo do Estado, José Américo se propõe a escolher o seu sucessor, promovendo "a concórdia geral" entre os diversos partidos. Depois de sucessivas reuniões, com o termômetro partidário oscilando ora para o desentendimento, ora para a conciliação, a fórmula encontrada foi a do PSD lançar o candidato da UDN, Flávio Ribeiro;

"Dois dias depois, a 08 de agosto de 1956, a UDN se reúne e retira o nome já indicado de João Agripino e aceita o de Flávio". (144)

Os pequenos partidos, também representantes dos interesses da classe dominante, acabam por aderir ao acordo. Conforme nota oficial publicada em 7 de agosto de 1955, os partidos tinham chegado à conclusão que:

(144) MAIA, Sabiniano. Flávio Ribeiro Coutinho. História de uma vida e de um época 1882-1963. João Pessoa, Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba, 1977: p. 122.

"a Paraíba não seria intranquilizada por uma luta de extensão e profundidade que já por várias vezes tem perturbado o seu ritmo de trabalho realizador de sua riqueza e de sua projeção econômica". (145)

Desta forma, as classes dominantes asseguram, arditosamente, o controle político do processo, alijando, através de um falso consenso, a participação popular na escolha de seus representantes.

Em Campina Grande, embora não consigam eliminar, totalmente, a disputa pela prefeitura municipal, os inimigos do passado, Argemiro de Figueirêdo (UDN) e Elpídio de Almeida (PSP) se unem e enfrentam a candidatura de Severino Cabral (PL), que ainda não dispõe de máquina eleitoral capaz de vencer tal coligação. Procurando justificar o seu apoio à candidatura de Elpídio, Argemiro explicava:

"Sempre tive como homem político a preocupação em arrebanhar as melhores forças do Estado pelo processo de escolha dos melhores em substituição dos que me pareciam mais fracos e menos aconselháveis. Esse critério sempre adotei, não só ao tocante a escolha dos elementos municipais como na escolha dos representantes do Estado e da Nação. É certo que algumas vezes cheguei a cometer erros, mas uma das provas que muito acertei é que muitos selecionados sob esse critério, mesmo militando em Partidos diversos, ainda aparecem como líderes paraibanos incontestes". (146)

Na realidade, os erros a que se referia, eram uma referência a sua antiga tática política de escolher os candidatos entre os parentes próximos. Mostrando uma maior compreensão do processo político que se delineava, procurava, agora, forjar alianças que lhe permitissem maiores possibilidades de vitória, embora tivesse de fazer maiores concessões aos seus prováveis aliados.

(145) MAIA, Sabiniano. Op. cit., p. 130.

(146) TEJO, William. As eleições de 1954, 1955 e 1958. Gazeta Ilustrada, suplemento especial da Gazeta do Sertão, 06 nov. 1983. p. 1.

Entretanto, a sua indicação não foi aceita sem contestações. Uma das alas do partido defendia um candidato udenista, para disputar as eleições formando um grupo dissidente denominado "Resistência", que apoiou o candidato opositor, Severino Cabral.

Realizada a eleição e apuradas as urnas, verificou-se que a UDN ganhara a disputa, elegendo o Dr. Elpídio de Almeida. A Argemiro, passado o pleito, consegue que o grupo dissidente se reintegre ao partido.

Estabelecendo-se a "pacificação", começaram a ser efetuadas as obras de infra-estrutura que permitiriam uma maior "integração" do estado à política desenvolvimentista nacional. Aprofundando-se a política de compromissos com o poder central, abre-se a oportunidade de participação maior, para as classes políticas tradicionais, no processo de acumulação capitalista, através do acesso ao crédito, de obras de infra-estrutura e de outros benefícios.

Dentro desta perspectiva, o governador Flávio Ribeiro empenhou-se na pavimentação de estradas para o interior, o que facilitaria a comercialização de produtos agrícolas através da capital. Por conseguinte, prolonga o trecho de pavimentação de Itapoá até a povoação do Cajá e de Campina Grande até à de Farinha. Consegue, também, verbas para a ampliação do Porto de Cabedelo, que começa a apresentar um movimento inusitado. Procura, também, incentivar as agências locais do Banco do Brasil e do Nordeste a fornecerem empréstimos às Cooperativas Agrícolas. Desta forma, beneficiava os pequenos proprietários, contribuindo, assim, para diminuir a tensão no campo.

As profissões de agrônomo, químico e engenheiro, foram, em lei especial, devidamente estruturadas, o que permitiria a participação dos chamados segmentos médios na composição do poder, podendo os mesmos, assumirem uma mediação política entre os dominantes e dominados.

A questão de verbas era fundamental nesta fase de transição de

formas não propriamente capitalistas de produção para formas caracteristicamente capitalistas de produção. Intensifica-se a interdependência entre o poder local e o central. O nível econômico é essencial nesta direção. Através do sistema tributário, o Poder Central aumenta suas prerrogativas. O mecanismo de redistribuição dos fundos públicos é a forma utilizada para manter sob controle o sistema de poder local. Por esta razão, o Governo do estado é obrigado a fazer pressão através dos representantes paraibanos no Congresso Nacional, para conseguir as verbas necessárias para este processo de transição. (147)

A prioridade era para obras que atendessem a programas de desenvolvimento e facilitassem a comunicação entre os polos econômicos. Outra preocupação era, como citamos anteriormente, preservar as bases de poder, enquadrando as classes dominantes tradicionais dentro do processo capitalista. A pavimentação de estradas, por exemplo, atenderia a este segundo objetivo. A concessão para a execução da pavimentação das estradas era conseguida por influência política, por pessoas ligadas aos grupos políticos tradicionais. Os executores apresentavam recibos de gastos, que não correspondiam à realidade

(147) MAIA, Sabiniano. Op. cit., p. 155, cita telegrama do Deputado João Agripino (UDN) de 29.11.56, em que o mesmo alegava ter conseguido incluir no orçamento do próximo ano as seguintes dotações: "Prolongamento do cais Porto Cabedelo, trinta milhões, guia Porto Cabedelo, cinco milhões, melhoramento estância térmica, Brejo das Freiras, três milhões, dotação Universidade elevada para vinte e cinco milhões, sendo assunto correspondente três milhões para Escola Politécnica de Campina Grande e dois milhões mais para a Cidade Universitária Aeroporto Santa Rita, cinco milhões para conclusão pista e construção de estrada. O Aeroporto de Campina Grande oito milhões para pavimentação pista, quatro milhões para construção pistas estação passageiros, Aeroporto Cajazeiras Patos, dois milhões cento e cinqüenta mil cruzeiros. Campos de pouso das seguintes localidades: Bananeiras, Brejo do Cruz, Cabaceiras, Catolé do Rocha, Guarabira, Juazeirinho, Misericórdia, Monteiro, Piancó, Pombal, Princeza, S. Luzia, Solânea, Taperoá, Uiraúna, cinco milhões para Horto Florestal Buraquinho, dez milhões para campos experimentais uniformização de fibra de algodão mediante convênio com Estados, vinte milhões para a construção linha distribuidora energia Paulo Afonso aos municípios do Estado, quatro milhões para irrigação mecânica nos rios Piancó e Piranhas, dez milhões para rodovia Jatobá-Bonito-Misericórdia, cinco milhões para rodovia Piancó-São José Piranhas, 3 milhões para rodovia Monteiro-Ipojuca, dois milhões quinhentos mil cruzeiros - Hospital Napoleão Laureano".

e utilizaram material de inferior qualidade para ter vantagens lucrativas.

Não podemos esquecer que a divisão nacional de trabalho, neste período, acaba por reduzir a região a uma situação de complementariedade em relação ao sistema econômico central. Todas as medidas políticas, administrativas e alfandegárias, contribuíam para o fortalecimento da posição do governo central em detrimento do local: é indicativa desta situação a tentativa de contraposição do Governo do estado a expropriação que vinha sofrendo a região através do seu produto mais importante, o algodão. Em telegrama ao Presidente da República, assim se expressava:

"Desde a 1ª República, vem o Norte do País se situando em plano inferioridade quanto à região Sul. Assim é que, o nosso algodão, produto principal de nossa exportação, sofria queda de preços nas tabelas oficiais durante o período de safra nordestina. Preços que eram aumentados quando chegava a vez de São Paulo exportar o seu produto". (148)

O Presidente Juscelino, apesar de responder que atenderia à reivindicação, nada fez com relação ao problema. Preferiu continuar financiando obras que atendessem mais ao seu plano de desenvolvimento. Desta forma, pela conciliação de interesses, o estado paraibano é subordinado aos centros de decisão, onde o capital monopolista detém as principais alavancas de comando do poder econômico, o que lhe confere condições sobre o poder político e, indiretamente, sobre o judiciário.

Com relação a Campina Grande, fica patente o interesse que teriam os setores dominantes em superar os obstáculos que impediriam a sua ligação a um espaço maior, dominado pelo capital monopolista. Desta maneira, tudo o que viesse a favorecer a esta política, como foi o caso do abastecimento d'água de Campina Grande, contaria com o apoio do Estado, que passa a intervir

(148) Citado por MAIA, Sabiniano. Op. cit., p. 151.

diretamente no processo econômico e político, viabilizando novas formas de exploração do capital.

O problema de abastecimento d'água era antigo em Campina Grande. A adutora de Vaca Brava, que tinha sido inaugurada em 1939, já não atendia mais às necessidades da cidade, que sofria com a constante falta d'água, principalmente os moradores dos bairros. Em 1957, tinha sido concluída a barragem de Boqueirão de Cabaceiras, com capacidade para quinhentos milhões de metros cúbicos d'água. As promessas para a construção de uma adutora, que ligasse a barragem à cidade, se sucediam. Entretanto, foi necessário que se concretizasse a euforia desenvolvimentista para que as "classes políticas" da cidade se movimentassem e conseguissem, em uma audiência com o Presidente da República, a promessa formal:

"que ainda que fosse necessário, para resolver o problema da cidade, abrir um precedente na política geral do combate as secas do Nordeste, isto seria feito e o problema de Campina Grande seria solucionado". (149)

A alusão final do Presidente significava que, com a construção da adutora de Boqueirão seria a 1.^a vez que o DNOCS aceitaria realizar o abastecimento de uma cidade nordestina com o uso de uma das grandes barragens construídas por seus engenheiros, o que é indicativo da política desenvolvimentista do governo federal.

O Encontro dos Bispos do Nordeste, que se realizou em maio de 1956 na cidade, inscreveu como resolução nº 1, lida perante o Presidente da República, no encerramento do evento, um apelo decisivo em prol do abastecimento da cidade, alegando a sua importância:

"em razão de Campina Grande se constituir verdadeira barreira de

(149) BU, Gilvanete Rocha do. História (oculta) do Abastecimento d'água de Campina Grande. Trabalho monográfico do Curso de Bacharelado em História, UFPB - Campus II - 1983. p. 15.

retenção das correntes migratórias dos nordestinos para o sul e não disporem o Estado e o município de recursos para a realização das obras em curto prazo". (150)

Nesta oportunidade, ficaram estabelecidas as bases de cooperação entre os governos da União, do Estado da Paraíba e do município de Campina Grande para financiamento das obras, cuja esquematização ficou sendo a seguinte: Governo Federal, Juscelino Kubitschek - 103.000.000,00, Governo Estadual, Flávio Ribeiro - 50.000.000,00, Governo Municipal, Elpídio de Almeida - 157.000.000,00. Estando o custo total das obras calculado pelos técnicos em Cr\$ 300.000.000,00.

As obras da adutora, entretanto, se atrasaram muito. O equilíbrio precário mantido entre as várias instâncias do poder no estado, acabara por se quebrar. O Governador Flávio Ribeiro Coutinho, rompe com o Presidente da República, por divergência com relação à substituição do Chefe da Seção do Fomento Agrícola, como podemos comprovar pelo telegrama baixo em que o governador explica as razões do rompimento:

"Presidente Juscelino Kubitschek - Palácio do Catete. DF.

Sem quebrar meus propósitos cooperar Governo Vossa Excelência no interesse andamento problemas administrativos federais na Paraíba, lamento ter comunicado que em vista nomeação novo Chefe Seção Fomento Agrícola, neste Estado, serviço mantido regime acordo, sou forçado denunciar convênio assinado Ministério Agricultura para fomento produção vegetal. Conforme meu telegrama anterior dirigido Vossa Excelência, empenhava-me manutenção agrônomo Pedro Cordeiro nesse posto, virtude imparcialidade vinha mantendo, em condições para atender indistintamente todos os interessados desenvolvimento lavoura. Além fato ter-se dado sem meu conhecimento, num setor para que Estado contribui com um terço verbas e, sua orientação não se articular meus planos produção agrícola, é Serviço Fomento entregue elemento indicado por políticas

mesmo posto servir exclusivamente seu partido. Flávio Ribeiro, Governador". (151)

Fica patente, neste período, a luta entre as várias instâncias do poder, pelo tráfico de influência que as altas funções administrativas permitiam. Os funcionários são transformados em agentes do processo de dominação que se instaura na região. Agora não só os chefes locais detêm o poder de distribuir benefícios, mas estes podem ser conseguidos diretamente das instâncias centrais do poder.

Esclarece Marcel Burstyn:

"que uma das conseqüências da centralização progressiva do poder no Brasil é o aumento da dependência - em termos de legitimação - do poder central em relação ao local. Ou seja, se no passado, quando o poder central era fraco em relação ao nível local, a legitimidade desse último era bastante para que o primeiro fosse quase que automaticamente reconhecido (dado, é claro, o jogo de alianças entre os blocos hegemônicos nacional e regional) hoje esse mecanismo é bem mais complexo. À medida que a importância relativa do poder local vai diminuindo, comparativamente à centralização, o poder central deve buscar novas formas que lhe assegurem a legitimidade". (152)

Na realidade, na medida em que moradores, parceiros e arrendatários vão se transformando em assalariados e, deixando as propriedades, se transferem para os aglomerados urbanos, são encontrados novos meios de controle. Os sistemas de crédito, ou os benefícios instituídos através das autarquias federais, passam a ser utilizados, com este objetivo. Isto não representava uma ruptura com os mecanismos tradicionais de dominação, já que os funcionários estão ligados quer economicamente ou socialmente à estrutura do poder dominante, sendo a sua função, a mediação entre as instâncias do poder e os segmentos

(151) MAIA, Sabiniano. Op. cit. p.

(152) BURSTYN, Marcel. O Poder dos Donos. Planejamento e Clientelismo no Nordeste. Petrópolis, Vozes, 1984. p. 148.

da sociedade que não pode ser cooptados pelos mecanismos tradicionais. Entretanto, através destes, o Estado pode implementar uma política que atendesse às necessidades do capitalismo nesta fase.

"A modernização implantada por seu intermédio determina, direta ou indiretamente, uma transformação do processo de produção, seja pela modificação do nível tecnológico imposto pelo sistema de crédito e pela assistência técnica oficial, seja por intermédio dos 'programas especiais de desenvolvimento, que visam ao aumento da produção de valores de troca". (153)

Desta forma, o Estado realiza as mudanças necessárias, sem que a estrutura social e política tradicional sejam ameaçada.

A questão da água em Campina Grande se enquadra dentro deste processo. Depois do rompimento com o Presidente da República, o governo estadual se desinteressou do problema e não aplicou as verbas destinadas àquele empreendimento. A insatisfação era geral, passeatas foram organizadas com pessoas munidas de vasilhames e latas secas. A utilização do problema pela "politicagem" local foi denunciada em um artigo de Osmário Lacet:

"Enquanto se espera, a política continua sofismando em torno da construção da adutora, cada um querendo puxar as brasas para a sua sardinha, visando - esta é a verdade - efeitos eleitoreiros nas próximas campanhas. Entao cada qual apresentará o novo abastecimento como obra sua. Esquecidos, todos os políticos, de que o problema pertence ao povo e, na realidade, está sendo resolvido por este povo admirável que canaliza trezentos milhões, por ano, para os cofres do Estado e que tem coragem de pedir diretamente ao Presidente". (154)

As obras acabaram sendo concluídas com a ajuda maior do governo central. Além dos motivos citados anteriormente, para o empenho do mesmo,

(153) Idem, Ibidem. Op. cit., p. 163.

(154) LACET, Osmário. Artigo: O Boqueirão e a Política. Diário da Borborema. 19 out. 1954. p. 2.

havia a preocupação de evitar o fluxo migratório, que já tinha sido explicitada na reunião dos Bispos do Nordeste.

As modificações que então se processavam, quer ao nível das relações de produção, quer ao nível das relações autoritárias do poder contribuem para que se esbocem movimentos de reação, principalmente por parte da população agrícola. Alguns núcleos das Ligas Camponesas são fundados no Estado da Paraíba.

Todo este processo engendra o surgimento de novas estratégias políticas, que têm como objetivo neutralizar as possibilidades de consciência e unificação destes movimentos. O problema, para as classes no poder, da mobilização camponesa, soma-se a outro, o do subemprego ou mesmo desemprego, verificado na região.

A imprensa local já noticiava que :

"É indicativo que o número de mendigos nas ruas da cidade tivesse aumentado, consideravelmente, como também o número de habitantes da zona rural que estariam procurando a Prefeitura querendo trabalho". (155)

A reunião dos bispos do Nordeste, realizada em maio de 1956 na cidade, anteriormente já citada, enquadra-se dentro da estratégia de minimizar os problemas sociais da região;

"na medida em que pressiona para que sejam tomadas medidas reformistas que diminuam as injustiças sociais e conseqüentemente levam a um ambiente de estabilidade social, por outro lado, sua posição é clara no sentido de condenar a ordem de coisas vigentes". (156)

Esta aparente dubiedade da posição da igreja é que leva os setores mais tradicionalistas a acusarem os padres que atuavam na zona rural, de

(155) Artigos no DIÁRIO DA BORBOREMA, 4 out. 1957, 26 mar. 1958.

(156) COHN, Amélia. Op. cit., p. 80.

serem comunistas, quando o seu objetivo era de se oporem as Ligas Camponesas, que tinham começado a surgir a partir de 1955. Os problemas estudados durante o Congresso dos Bispos do Nordeste são relativos quase que exclusivamente ao setor rural, pois consideravam os problemas urbanos, provenientes dos primeiros. (157)

Os temas foram agrupados, para efeito de apresentação e discussão, da seguinte forma:

- A - Agricultura e Colonização.
- B - Investimento e Crédito Rural.
- C - Sentido Social da energia de Paulo Afonso.
- D - Serviço Social e Educativo.
- E - Planejamento da vida econômica da região.

- (157) O temário do Congresso era composto de composto de 16 itens:
- 1 - Definição do tipo de economia da região sujeitas as fortes estiagens.
 - 2 - O conteúdo social: ainda não manifestado - de Paulo Afonso.
 - 3 - O vale do São Francisco, Bahia e Maranhão, exemplos, típicos de áreas de colonização acolhendo um povo pobre.
 - 4 - Como levar os açudes públicos, e os vales, úmidos a exercerem sua função legítima em favor do homem.
 - 5 - Como fixar, pela franquia do uso da terra, o agricultor migrante onde o Estado não sabe os latifúndios que possui.
 - 6 - Como fazer do Serviço Social Rural uma força a serviço do bem Estar da População Regional.
 - 7 - Linha de uma autêntica política de crédito rural para o médio e o pequeno agricultor e para o lavrador sem terra própria.
 - 8 - O Banco do Nordeste fator de estímulo para o desenvolvimento da região seca.
 - 9 - A industrialização do Nordeste - unidades de grande, médio e pequeno porte. O artesanato rural.
 - 10- Política efetiva de fomento agro-pecuário para uma economia rural desassistida.
 - 11- Que esperar do cooperativismo rural honestamente organizado e dirigido.
 - 12- Tipos de escola a adotar para as grandes necessidades do meio rural.
 - 13- Aproveitamento econômico e conservação dos recursos naturais típicos da região.
 - 14- Deficiências atuais no atendimento ao homem rural e meios de coordenar o respectivo planejamento.
 - 15- O Estado, a Igreja, os particulares em torno de um programa realista, a longo prazo, em prol da região.
 - 16- O Regional da Ação Católica e suas responsabilidades em face dos problemas espirituais e materiais do Nordeste Brasileiro.
(PUBLICADO NO CORREJO DA PARAÍBA, 17 mai. 1956).

Pela problemática abordada, podemos verificar a preocupação da Igreja de atuar na região, procurando atenuar os problemas, mas sem propor reformulações que produzissem mudanças concretas. Por conseguinte, com relação ao problema crucial da região, o elitismo da estrutura agrária propõe a utilização das terras nas margens dos açudes, a abertura de áreas de colonização, a desapropriação mediante indenização de terras devolutas, com o objetivo de fixar o homem à terra, mas sem investir claramente contra as relações de propriedade que penalizavam o homem na região. Dentro desta perspectiva reformista, aconselhavam a utilização de mecanismos como o crédito ao produtor e maior assistencialismo ao homem do campo, como forma de minorar as situações injustas. O cooperativismo também era incentivado, com o propósito de resolver os problemas imediatos, sem nenhuma preocupação, nesse primeiro momento, com uma organização mais conseqüente. A preocupação com planejamento, obras de infra-estrutura e industrialização, que faziam parte da estratégia política do governo, de transformação dentro da "ordem", também foram ventiladas.

"É sintomático que no 19 de junho, o Presidente, no Rio de Janeiro, assinou 20 decretos em que se consubstanciam as providências executivas no âmbito federal derivadas das recomendações dos Bispos". (158)

Em Campina Grande, organizou-se um movimento Pró-Execução das Deliberações do Encontro dos Bispos do Nordeste, cuja comissão executiva foi integrada por D. Otávio de Aguiar, bispo diocesano, Francisco Alves Pereira, presidente da Associação Comercial, Manuel Figueiredo, presidente da Câmara de Vereadores e João Albuquerque, superintendente das Emissoras Paraibanas. (159)

É patente, pois, a ligação da Igreja com as formas mais representativas da estrutura de poder na cidade, Diante do processo de

(158) COHN, Amélia. Op. cit. p. 88.

(159) CORREIO DA PARAÍBA, 21 out. 1956.

mudança em curso, a Igreja inserida de forma privilegiada no social, adere ao pacto populista (principalmente a sua ala mais progressista) para a realização das transformações sem "traumas".

Dentro desta perspectiva, na região polarizada por Campina Grande surgem movimentos como por exemplo: Cruzada Rural D. Bosco da Santíssima Trindade da Redenção, em Fagundes, sob o patrocínio da ANCAR, da Associação Rural de Campina Grande e a liderança de João Dias, que tinha como objetivo evitar o êxodo rural, promovendo trabalhos tipo mutirão e que funda posteriormente o Instituto Joaquim Nabuco, o Artesanato Padre Ibiapina, o Clube Agrícola Epitácio Soares, etc.. (160)

Posteriormente, estende-se, por outros distritos de Campina Grande, como Massaranduba, Serra Redonda e Itatuba. Representavam, movimentos como este, uma alternativa de organização para os trabalhadores agrícolas, que não oferecia perigo para a "ordem" estabelecida.

A partir deste momento, consolidava-se a perspectiva governamental de uma intervenção mais efetiva do governo na economia, objetivando uma ação planejada como vimos no primeiro ítem desta capítulo, e que se concretizou com a criação da SUDENE. Representava esta perspectiva um passo à frente das proposições do Encontro dos Bispos do Nordeste, pois superava o caráter assistencialista das referidas proposições. A saída para a crise econômica da cidade, através de um programa de industrialização começa, a partir deste momento, a ser defendida com mais ênfase, por importantes segmentos das "classes políticas" da cidade.

O processo eleitoral de 1958 representa um reflexo de toda esta situação. Em Campina Grande, o Prefeito Elpídio de Almeida vinha realizando uma administração que se enquadrava nos parâmetros "desenvolvimentista", preocupando-se, por exemplo, em instalar a Luz de Paulo Afonso na cidade e

(160) O Rebate, 30 jul. 1959 e O Rebate, 5 set. 1959.

distritos, e organizar a Empresa Telefônica da cidade. Em agosto de 1958, tinha sido aprovada uma lei que isentava os impostos das novas indústrias, beneficiando também as indústrias sem similares que tivessem se instalado há 5 anos. (161)

No ano de 1958, seriam realizadas eleições para o Senado, Câmara Federal e Assembléia Legislativa. As disputas pelo poder entre os setores dominantes recrudesceram. A indicação do nome de José Américo, por uma ala da UDN, para disputar uma cadeira no Senado, acaba por afastar definitivamente Argemiro de Figueirêdo dos quadros da UDN. (162)

Configura-se na prática, uma situação que já vinha existindo, de disputa pela liderança da UDN, entre João Agripino, apoiando José Américo e Argemiro Figueirêdo.

Saindo da UDN, Argemiro de Figueiredo passou a integrar os quadros do PTB. O PSD e o PTB, há muito eram aliados na Paraíba, com o reforço do argemirismo foi lançada a candidatura de Rui Carneiro para o Senado. José Américo considerado por muitos como invencível, perdeu para Rui Carneiro, por uma diferença superior a vinte e cinco mil votos. As explicações para a derrota foram muitas:

"Desde a crítica à linguagem cãustica que José Américo usou na campanha, até a acusação de manipulação por parte do candidato opositor das verbas que vinham para as sêcas". (163)

Na realidade, tinham ocorrido modificações internas nas relações de poder. O "estilo" político de José Américo, muito ligado ao autocratismo

(161) TEJO, William. As eleições de 1954, 1955 e 1958. Gazeta Ilustrada. (Suplemento Especial) 6 nov. 1983.

(162) TEJO, William. As eleições de 1954, 1955 e 1958. Gazeta Ilustrada. (Suplemento Especial). 6 nov. 1983.

(163) CAMARGO, Aspásia. O Nordeste e a Política: Diálogos com José Américo de Almeida. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984. p. 457.

e as decisões pessoais, sem consulta aos amigos e correligionários, foi superado pelas novas formas políticas, que propunham a ampliação das bases institucionais do poder e das alianças e composições políticas. Através da aliança com Argemiro, Rui pode contar com os velhos coronéis, como esclarece Marcos Odilon Coutinho:

"foi decisivo o apoio do Senador Argemiro de Figueirêdo. Se é verdade que da UDN, arrastou apenas dois deputados estaduais, é certo que com os "coronéis" que o acompanharam, Heráclito do Rêgo, de Cabaceiras, Cunha Lima, de Areia, Gonçalves Abrantes, de Sousa, entre outros mais, totalizaram quase trinta mil votos, suficientes para decidir a campanha". (164)

Além disso, por receber o apoio do Governador do Estado Pedro Gondim e do Presidente da República, pode contar com órgãos do governo, por exemplo, como DNER (Departamento Nacional de Estradas e Rodagens), o que lhe permitiu ter mais influência e prestígio.

A vitória de Rui Carneiro, que espantou a tantos, foi decorrente da nova estrutura de poder que estava se processando, quando se organizam e unificam os interesses dos vários setores da burguesia, ao mesmo tempo em que procuram dividir as classes trabalhadoras, através de novos mecanismos de distribuição de benefícios e favores.

Nas eleições de 1959 em Campina Grande, Argemiro de Figueirêdo fazendo agora parte do PTB, lança a candidatura a prefeito de Newton Rique, enquanto o PSD e a ala udenista chefiada por Álvaro Gaudêncio lança a candidatura de Severino Cabral.

Ao ser lançada a candidatura Newton Rique, o objetivo era enquadrá-la dentro da política "desenvolvimentista", já que o candidato, por ser banqueiro e industrial, seria apresentado como o que teria mais

(164) COUTINHO, Marcos Odilon Ribeiro. Poder, Alegria dos Homens. João Pessoa, Gráfica "A Imprensa", 1965. p. 114.

condições para realizar o projeto de industrialização que a cidade requeria.

Dentro desta perspectiva, o candidato lançou a sua plataforma de governo sob o título de "Revolução da Prosperidade", em que fazia apologia dos aspectos progressistas do seu programa, propondo mudar, entre outras coisas, os métodos de governo, em que se confundiam as exigências da administração com interesses pessoais, a legislação tributária com o objetivo de fornecer isenções que facilitassem o processo de industrialização. Ao mesmo tempo, procuraria estabelecer convênios com empresas do Sul do país com o mesmo objetivo. Em decorrência, novos empregos seriam criados e a miséria diminuiria. (165)

Newton Rique, ao aceitar a aliança com Argemiro de Figueirêdo, objetivava impor progressivamente a sua hegemonia sobre o processo em mudança, procurando adequá-lo à expansão do capitalismo no Nordeste. Tentaria, a nível local, a fórmula do "desenvolvimento-populismo" que tinha permitido a ascensão de Juscelino Kubtschek e de Cid Sampaio. Faltaram-lhe as condições de criar nas "camadas médias" urbanos e nas classes trabalhadoras, de uma maneira geral, a ilusão de que estariam participando do processo de mudança e conseguir o seu apoio.

Apesar de sua plataforma política enfatizar o problema do desemprego e de melhores salários, os seus adversários políticos foram mais hábeis em conseguir identificar o seu candidato com as bases populares.

No decorrer da campanha política, a alusão à falta de cultura do candidato Cabral, considerado pejorativamente pelos seus adversários como "Pé de Chumbo", (166) serviu para a polarização entre os candidatos, passando "Newton Rique" a ser considerado o candidato de "punhos de renda" da classe rica e Cabral, o "Pé de chumbo", "gente simples como nós" o candidato das

(165) DIÁRIO DA BORBOREMA. 17 mai. 1959.

(166) Alusão ao termo depreciativo dado aos portugueses, pelos brasileiros, na época do Brasil-Colônia.

classes pobres. As passeatas de Cabral, com forte contingente de moradores dos bairros, costumavam levar como símbolo, panelas de barro. As passeatas de Newton Rique, de lenços amarelos, ala feminina, etc., era conhecida como "cintura fina". (167)

Cabral consegue vencer principalmente pelo trabalho assistencialista que vinha realizando nos bairros. Costumava anotar, em fichas, o nome do eleitor, a secção em que votava e o favor prestado, desta forma poderia calcular os votos que teria em cada secção. (168)

Como esclarece Paulo Henrique Martins:

"o afrouçamento das relações inter-pessoais do poder, estão indicando o surgimento de outra modalidade de clientelismo: o voto "pago" em substituição ao antigo voto de "cabresto". A impossibilidade de continuar a manter a legitimidade do Estado burguês através de 'currais eleitorais' - pelo desfibramento político e ideológico das relações paternalistas - obriga os coronéis a pagar em dinheiro o precioso voto". (169)

Newton Rique, apesar de apresentar uma proposta mais condizente com as transformações em curso, foi derrotado pelas particularidades históricas do processo político campinense. Em um prospecto denominado "A Revolução do Polichinelo", editado em plena campanha política de 1959, Figueiredo Agra enumera algumas das contradições da proposta política de Newton Rique. Inicia mostrando a inexistência de uma burguesia industrial em Campina Grande, que pudesse apoiar com mais afinco as propostas de industrialização:

"neste período com a evasão dos lucros e das pequenas fortunas,

(167) TEJO, William. Eleições de 1959. Cabral derrota esquema de Argemiro, Gazeta Ilustrada. Suplemento Especial da Gazeta do Sertão. 13 novemb. 1983.

(168) Na Fundação Severino Cabral, em Campina Grande existe um fichário com mais de 5.000 fichas que comprovam este processo.

(169) MARTINS, Paulo Henrique N. Coronelismo, Poder Burguês e Movimentos Populares. In: Presença: Revista de Política e Cultura. São Paulo. Caetés, p. 147.

adveio o empobrecimento. Nas expressões da riqueza local figuram atualmente os empregados, representantes e concessionários de firmas estrangeiras, revendedores de peças e acessórios, ou algum liberal que tenha amealhado o resultado do alto preço de suas consultas e exames". (p. 22)

Depois, critica a proposta de uma industrialização, que certamente iria criar problema para um grande número de pequenos industriais locais:

"quando evidenciamos que a prometida industrialização 'niltoneana' entraria em choque com as pequenas manufaturas locais, os seus primitivos apologistas ficaram em polvorosa. Embora o esquema programático tenha sido elaborado com toda a sutileza necessária o propósito protecionista conserva-se nas entrelinhas". (p. 44).

No final da exposição, o autor mostra-se cético com relação à extirpação do desemprego pela construção de novas e grandes indústrias e critica o autor da "Revolução da Prosperidade" por ter proposto em seu programa a "Socialização da Miséria":

"até então desconhecemos em que escolástica, ou mesmo escola, tenha o miraculoso candidato ido buscar tão novíssima terminologia, assim tão técnica e tão correta. Seria sem dúvida, uma gentil contribuição sua, aos esquemas e compêndios da Economia Política. Elaboram, assim, uma doutrina social sempre inédita, sem precedentes. Ele queria repartir a miséria, socializar a angústia popular, dividindo-a". (170)

As contradições apontadas pelo autor da Revolução do Polichinelo fazem parte da contradição maior de se propor um projeto de industrialização autônoma, com base em uma economia cada vez mais comprometida com o capital internacional. As especificidades do processo histórico campinense dificultariam ainda mais a aceitação deste projeto.

(170) ACRA, Antonio Figueiredo. A Revolução do Polichinelo. Considerações em torno de uma plataforma de Governo. Campina Grande, Tipografia Américo César, 1960. pp. 22-58.

As diferenças entre as propostas dos candidatos em disputa, prendiase mais à forma, do que ao conteúdo. É indicativo que apesar da propalada importância das "forças de esquerda" para a vitória do candidato Severino Cabral, o seu vice, Lúcio Rabêlo, que contava com o apoio dos setores mais progressistas, inclusive, o partido comunista, tivesse sido derrotado, sendo eleito o médico Bonald Filho, vice de Newton Rique. O que nos permite concluir que os setores dominantes, mesmo em disputa, conseguiam conciliar os seus interesses, evitando colocar em risco o equilíbrio das forças políticas que asseguravam a legitimidade do Estado.

CAPÍTULO III - A CRISE DO LIBERALISMO NO BRASIL

3.1.0 - DE JÂNIO QUADROS A JOÃO GOULART: O Epílogo do Sonho Nacionalista

3.1.1 - O Janismo e a catástrofe liberal

No final do governo Kubitschek, o populismo, como estratégia política, encontrava-se bem vivo, apesar dos abalos sofridos com a inflação nos últimos tempos. Os udenistas procuraram participar deste processo através da candidatura Jânio Quadros. A aliança dominante, PSD-PTB, optou pela candidatura do General Lott. Apesar de o mesmo se enquadrar dentro do processo nacionalista burguês, como comprovam as suas insistentes afirmativas de defesa dos interesses nacionais, entre outros da PETROBRÁS, em outros aspectos se afastava, das concepções populistas, que tinham como objetivo, a institucionalização de uma política de massas. Esclarece Ricardo Maranhão que :

"os comícios de Lott eram considerados 'frouxos', e isso se agravava pela negativa do general, em fazer concessões políticas aos ouvintes". (171)

Jânio Quadros, apesar de apoiado pelos setores mais conservadores, como por exemplo, a UDN, apresentava-se como um candidato "independente", que lutava contra o sistema. Em seus pronunciamentos prometia uma democracia honesta, por conseguinte combateria a imoralidade administrativa, a inflação e ao mesmo tempo iniciaria uma política externa independente.

Segundo Manuel Maurício;

(171) MARANHÃO, Ricardo. Op. cit. p. 283.

"sua plataforma insistia em tópicos de fácil aceitação principalmente junto à pequena burguesia, mas não revelava nenhum propósito de ampliar o processo de conscientização popular. A vitória de Jânio Quadros foi essencialmente um voto de confiança da pequena burguesia, decepcionada com as limitações das legendas e programas e para as quais a independência partidária de Jânio era a promessa de um governo autônomo". (172)

Entretanto, não podemos esquecer a importância das grandes agremiações partidárias para a consolidação de sua vitória. A UDN, de forte base urbana, mas que tinha penetração dos grupos oligárquicos do Nordeste, foi a principal artífice de sua vitória. O PTB, apesar de oficialmente apoiar a candidatura de Lott, pois o vice do mesmo era o petebista João Goulart, apoiou discretamente a candidatura Jânio-Jango. Mesmo no PSD, que se empenhou pela candidatura Lott, registraram-se adesões ao candidato Jânio. Este apresentava-se, para grande parte dos setores burgueses, principalmente a pequena burguesia, como o candidato ideal para conduzir as mudanças que o processo da internacionalização da economia brasileira requeria, no clima de ordem, sem transformações estruturais e sem concessões excessivas aos setores populares, representando a feição populista da UDN.

A conjuntura política de 1961, no Brasil, representou, no entanto, o acirramento das contradições entre as classes sociais e das divergências entre os diferentes setores das classes dominantes. Estas contradições dizem respeito, principalmente, à nova forma propiciada para acumulação capitalista, isto é, de extrema dependência ao capital estrangeiro, que desencadeia a espiral inflacionária; e dizem respeito, também, ao processo de crescimento e concentração do contingente operário necessário à indústria.

Segundo Octávio Ianni, os principais problemas encontrados referiam-se ao crescimento exorbitante do setor público, com relação ao

(172) MAURÍCIO, Manuel. Op. cit. pp. 624-625.

conjunto do sistema econômico nacional, o agravamento dos desequilíbrios econômicos setoriais e regionais, a ineficácia da administração pública, a necessidade e urgência de renegociação da dívida externa, o agravamento da inflação, a necessidade de propor e executar uma política de incentivos à empresa privada, principalmente pequena e média. Nesse conjunto de problemas, entretanto, destacava-se a inflação, como o desafio maior, diante do qual se encontrava o governo. (173)

Para fazer face a estes problemas, Jânio apresentou um programa anti-inflacionário de reforma cambial, que obteve repercussão internacional favorável. A aprovação deste programa pelo FMI, possibilitou a negociação da dívida externa, o que fora impossível para J.K..

Afirma Ianni que, para cumprir o programa estabelecido, o governo Quadros adotou as diretrizes expressas nas instruções 204, 205 e 206, expedidas pela Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC). Essas instruções estabeleciam que a importação de mercadorias deveriam ser realizadas com câmbio adquirido no mercado livre, isto é, sem subsídios especiais. (174)

Estas medidas, aliadas ao arrocho salarial e à restrição ao crédito, geraram internamente grande descontentamento por parte de setores empresariais e operários. Jânio Quadros, como forma de recuperar o prestígio, começa a pôr em prática uma política externa independente, que marce também a sua aproximação com os grupos desenvolvimentistas e nacionalistas.

"Neste sentido estimulou o estabelecimento das relações diplomáticas com os países socialistas, abandonando a atitude de apoio continuado ao colonialismo europeu e recusando aceitar as sanções norte-americanas a medidas revolucionárias do Governo Fidel Castro". (175)

(173) IANNI, Octávio. Op. cit. p. 198.

(174) Idem, ibidem.

(175) MAURÍCIO, Manuel. Op. cit. p. 629.

A partir deste momento, Jânio decide dar mais ênfase aos programas de industrialização e de investimentos públicos e atenuar com relação aos programas anti-inflacionários. Em consequência, o ministro Clemente Mariani, da Fazenda, pertencente aos quadros da UDN, renuncia.

Aproveitando-se da decepção geral, com a administração janista, a UDN, o seu partido de apoio, é a primeira a investir contra as suas proposições políticas, através do seu líder Carlos Lacerda. Como sempre fazia, sua ofensiva ao adversário se dá privilegiando os aspectos políticos capazes de acirrar o anticomunismo dos militares e das "classes médias".

Os interesses multinacionais associados começaram a se sentir ameaçados, pelas atitudes populistas do Presidente Jânio Quadros. Anteriormente, já viam com desconfiança a coalizão entre Jânio e o PTB que foram obrigados a aceitar, por força dos resultados das eleições, em que João Goulart tinha sido eleito vice-presidente. As "ameaças" eram representadas, principalmente, pelas organizações sindicais. Apesar da manipulação por parte de setores petebistas do movimento operário, isto não impediu que fossem aproveitados os espaços que a política populista oferecia, para se avançar em organização e conseguir melhores salários.

Foi importante para a concretização desta organização, a influência das chamadas esquerdas, composta majoritariamente pelo PCB. Também uma ala mais independente do petebismo contribuiu para o processo. Como esclarece Ricardo Maranhão, os petebistas podiam até certo ponto "manipular" ou passar por cima, em ocasiões específicas, dos interesses reais dos trabalhadores, pois o PTB tinha dentro do próprio Estado uma parcela de sua força e legitimidade. Mas o PCB só podia entrar no jogo graças à sua capacidade de mobilização e, para mantê-la, precisava defender efetivamente os interesses reais de suas bases. (176)

(176) MARANHÃO, Ricardo. Op. cit., p. 285.

Embora as reivindicações não ultrapassaram os limites impostos pelo sistema, o grau de interdependência, a que chegara a economia brasileira, não suportava qualquer restrição à política de expansão do capitalismo associado nesta fase. Afirma Dreifuss que :

"os interesses multinacionais e associados tornaram-se cientes da impossibilidade de conseguir o necessário reajuste extensivo da economia e da administração dentro de uma sociedade 'pluralista' e de um sistema político eleitoral. Tal sistema, apesar de restrito, era aberto a interesses e pressões conflitantes que, segundo a política comum do populismo deviam ser parcialmente conciliados". (177)

Diante da impossibilidade de Jânio em conter os conflitos sociais, os segmentos burgueses que possuíam uma maior integração com o capital internacional, disseminados entre os diversos partidos políticos, retiram-lhe o apoio.

Por outro lado, as medidas administrativas saneadoras, que ele se propunha tomar, atemorizavam os setores mais tradicionais da burguesia, ligados à agro-exportação, que temiam perder os seus ganhos fáceis, obtidos através de concessões e de especulações.

Com relação à burguesia dita nacionalista - desenvolvimentista, as suas relações com o Presidente eram muito recentes, para que lhe prestasse um apoio mais efetivo. Além disso, como já frisamos anteriormente, com o aprofundamento das contradições sociais, a tendência era o abandono do nacionalismo, que implicasse resistência ao capital estrangeiro, na medida que tal posição vincula-se a visões radicais do processo de mudança política.

Jânio Quadros poderia obter prestígio com as chamadas "camadas médias", pela divulgação das medidas moralizantes que tinham sido instituídas

(177) DREIFUSS, René Armand. Op. cit., p. 129.

através das comissões de sindicância. Entretanto, por não serem tomadas medidas mais efetivas no combate às irregularidades, não tiveram o efeito de conseguir um apoio mais concreto destes setores.

As classes trabalhadoras, sofrendo os efeitos da política de estabilização, não podiam confiar nas proposições do Presidente, que anteriormente não mostrara muito interesse em atender às suas reivindicações.

Configurava-se, pois, o isolamento político do presidente. Nesta conjuntura, a política externa independente, empreendida pelo Ministro Afonso Arinos, mais como arma de barganha, para conseguir maiores subsídios econômicos, é vista pelos setores mais conservadores como uma política de favorecimento dos países socialistas. Por conseguinte, torna-se o alvo preferido das críticas, principalmente o reatamento das relações com Cuba.

A crise atinge seu clímax, com o episódio da condecoração de Guevara, quando generais, almirantes e brigadeiros devolvem as suas condecorações, e com a denúncia feita pelo governador Lacerda, do golpe que a presidência estaria articulando. Após ouvir a leitura da ordem do dia, redigida pelo Ministro do Exército no Dia do Soldado, contendo críticas veladas ao presidente, Jânio Quadros entrega aos ministros militares a sua Carta-renúncia.

Segundo Ricardo Maranhão: ao renunciar ao

"ao renunciar ao governo, em 25 de agosto de 1961, Jânio esperava basicamente três coisas: 1º) que os políticos, particularmente da UDN, concordassem em lhe conceder poderes excepcionais; 2º) que os militares o respaldassem por não aceitar a "perigosa" figura de Jango na presidência como substituto legal e 3º) que as massas que o levaram ao poder com a maior votação já obtida por um Presidente da República, saíssem as ruas em sua defesa". (178).

(178) MARANHÃO, Ricardo. Op. cit. p. 285.

Pelas razões que expusemos acima, tanto a burguesia como os trabalhadores aceitaram rapidamente a sua renúncia e não saíram em sua defesa. Os militares constituíam-se em um dos segmentos burgueses que mais apoiavam a proposta de desenvolvimento associado com o capital internacional. Através da ESG - Escola Superior de Guerra - estavam conseguindo o apoio quase total de seus membros para o programa de mudanças e de controle dos conflitos sociais. Tendo perdido a confiança em Jânio, diante de suas oscilações, não hesitaram em aceitar a sua renúncia.

A crise da renúncia de Jânio, pôs em evidência as dificuldades de se combinar estabilidade financeira e desenvolvimento econômico, como também a impossibilidade, dentro das condições de crescente associação da economia brasileira, de se combinar desenvolvimento econômico e democracia representativa. A crise pôs à descoberto a fragilidade das estruturas que asseguravam a continuidade formal do regime democrático. As condições para o golpe começavam a se concretizar.

3.1.2 - O Goulartismo: a última ilusão do liberalismo

A impossibilidade de impedir a posse de Jânio decorreu do jogo de forças sociais atuantes naquele momento. As classes dominantes dividiram-se, e as classes trabalhadoras articularam-se. Esclarece Thomas Skidmore que :

"nos nove dias seguintes, de 26 de agosto à 4 de setembro, surgiu uma luta entre os ministros militares, que se opunham à posse de Jânio, e os que apoiavam a "legalidade". Constituíam-se estes últimos de militares, políticos e homens públicos em cuja opinião o sucessor legal fosse ele qual fosse, deveria ser imediatamente empossado". (179)

(179) SKIDMORE, Thomas E. Op. cit. p. 255.

As pressões para que o Congresso simplesmente ratificasse por um voto formal a ausência do vice-presidente e seu impedimento, não foram aceitas. A chamada "cadeia da legalidade" montada pelo Governador Brizola, e as adesões sucessivas das organizações sindicais, das esquerdas, dos estudantes, dos intelectuais, etc... para defesa dos direitos legais (constitucionais), do vice-presidente se constituíram em obstáculo aos grupos civil, militar e políticos golpistas. O impasse foi resolvido com a adoção da forma parlamentarista de governo. Ao mesmo tempo em que foi imposto o parlamentarismo, ficou decidido que o povo seria consultado através de um plebiscito sobre a concordância ou não com esta reforma constitucional.

Goulart recebeu do Congresso um poder mutilado e uma situação econômica bastante comprometida pelos tradicionais problemas ligados à inflação, ao crédito e à dívida externa, além de ter que se defrontar com uma economia cada vez mais integrada ao capital internacional.

Segundo Moniz Bandeira,

"o Deputado Tancredo Neves que foi encarregado de compor o 1º Gabinete Parlamentar, encontrou o país, numa situação bastante difícil. A instrução 204 da SUMOC, deflagrando a reforma cambial, privou, o Poder Público de recursos - o saldo dos ágios - tão ou mais importante para o seu esquema financeiro, que o Imposto de Renda sem lhe proporcionar outra fonte de receita, o que dependia do Congresso, obrigando o Governo a emitir cada vez mais, a fim de financiar o déficit da Caixa do Tesouro Nacional". (180)

Deparando-se com estes problemas, o ministro não consegue estabelecer uma estratégia efetiva, para debelar a inflação. Além disso, todas as iniciativas do ministro eram dificultadas pelos grupos que tinha se articulado contra a posse de João Goulart. Um mês após a sua posse, o Deputado Sérgio Magalhães, na Câmara Federal, advertia que :

(180) BANDEIRA, Moniz. O Governo João Goulart - As Lutas Sociais no Brasil - 1961/1964. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. p. 44.

"grupos financeiros, externos e internos, procuram criar, com a elevação desenfreada do custo de vida e a especulação no mercado cambial, uma situação insustentável, que justifique perante o povo, a implantação de uma ditadura de direita". (181)

Outra dificuldade encontrada no período parlamentarista do Governo Goulart referia-se à política externa. Na conferência de Punta del Este, San Tiago Dantas, Ministro das Relações Exteriores se opôs à idéia da exclusão de Cuba do contexto de todas as negociações americanas, não cedendo às pressões dos Estados Unidos. (182) A sua atitude foi elogiada por sindicatos, associação de classe, entidades estudantis, etc. ...

Entretanto, a política dos Estados Unidos de isolar Cuba do Continente teve pleno êxito. A partir deste momento, configurava-se uma atitude mais dura contra qualquer política que não se enquadrasse no processo de expansão do capitalismo nesta fase. Os grupos empresariais associados ao capitalismo internacional não poupam esforços, no sentido de influenciar o Parlamento, os Ministros de Estado e os militares a agir dentro deste parâmetro estabelecido, impedindo que os setores mais progressistas agissem por si só. Em síntese, a estratégia seria a contenção dos movimentos populares, enquanto se articulava o golpe que definitivamente impusesse a política de modernização, que o grau de complementariedade de nossa economia ao capital externo exigia.

Segundo Aspásia Camargo, João Goulart é alçado ao poder no bojo de um rígido sistema de alianças de pretensões hegemônicas, pragmaticamente comprometido com o nacionalismo e o trabalhismo herdado de Vargas. Por isso,

(181) Apud, BANDEIRA, Moniz. Op. cit. p. 45. Discurso de Sérgio Magalhães na Câmara Federal, em 05.11.1961.

(182) Segundo Moniz Bandeira. Op. cit. p. 47: o secretário dos Estados Unidos citou que o Deptº de Estado foi pressionado para intervir no Brasil, quando Quadros renunciou e não cedeu, o que constituiu uma forma de intervenção, segundo ele. E ameaçou abertamente utilizar o Exército dos Estados Unidos contra os governos que não o acompanhassem na votação contra Cuba.

Jango se deixa conduzir por uma parilisia asfixiante que não o deixa governar, e que o força a buscar neutralidade ou apoio ora nas esquerdas, ora nas áreas de centro, em uma perigosa oscilação que reduz gradativamente sua área de apoio. (183)

Na realidade, a sua estratégia consistia em um compromisso com as reformas, o que possibilitaria o apoio dos setores mais progressistas da sociedade, tais como intelectuais, estudantes, operários, etc., ao mesmo tempo se propunha a manter as reformas dentro dos limites assimiláveis pelo sistema, o que lhe permitiria conseguir apoio dos representantes burgueses no Congresso.

Inicialmente, o consenso entre a classe política, com relação às reformas, pareceu se estabelecer. Entretanto, as próprias limitações do processo político brasileiro, dado ao seu caráter autocrático e conservador, impediu que mesmo as medidas que não implicassem reformas estruturais, conseguissem ser aprovadas. Com relação à Reforma Agrária, por exemplo, mesmo os projetos apresentados, dentro de uma ótica conservadora de obediência aos preceitos constitucionais, e que se preocupando com a produtividade, dispunha-se a alargar a faixa dos proprietários, foram recusados e não conseguiram ser votados, perdendo-se nas preliminares dos impecilhos institucionais e legais.

Verifica-se, a partir deste momento, o aumento das pressões por parte das forças progressistas, para a concretização de uma política mais dura contra os Estados Unidos e por reformas constitucionais, que possibilitassem a concretização das reformas de bases.

O Presidente da República oscila entre ceder às pressões dos setores considerados mais radicais, que propunham reformas imediatas e a composição com os setores mais conservadores, considerados de centro, que

(183) CAMARCO, Aspásica de Alcântara. A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base, 1930-1964. Op. cit. p. 188.

aceitavam as reformas, desde que fossem implantadas gradativamente, o que implicava, na prática, na sua existência quase que exclusivamente no papel.

Entretanto, as contradições se agudizavam:

"Na Paraíba, tropas do Exército, por ordem do General Artur Costa e Silva, reprimiam violentamente, uma passeata de milhares de lavradores, que protestavam contra o assassinio de um dos seus líderes, o camponês João Pedro Teixeira, a mando dos fazendeiros da região. No interior de Pernambuco multidões famintas saquearam mercados e armazéns, compelindo o Governador Cid Sampaio a desapropriar os estoques de feijão, milho e farinha, para garantir o abastecimento das cidades. Comerciantes, latifundiários e industriais de Pernambuco reuniram-se em Assembléia permanente e solicitaram ao Governo Federal medidas imediatas para debelar a 'convulsão social reinante'". (184)

A partir deste momento, os setores conservadores que aceitavam algumas das propostas reformistas, retiraram-lhe o seu apoio: João Goulart é obrigado a investir, mais intensamente, nas propostas de mudanças mais radicais, insistindo com mais veemência sobre o caráter inadiável das Reformas de Base. Ao pedir ao Congresso uma reforma da Constituição de 1946, aumenta a desconfiança das "classes políticas" que o acusam de estar planejando a instituição de uma ditadura ou de querer formar uma República Sindicalista.

Em razão do impasse político, com relação às reformas, as eleições de 1962 passam a ser vistas, pelas forças mais progressistas, como capazes de alterar a composição do Congresso, possibilitando a concretização das mudanças desejadas. De fato, nestas eleições a coligação composta pelos partidos PTB-PSB, que substituíram a tradicional aliança PSD-PTB, conseguiram eleger o maior número de representantes na Câmara Federal como podemos comprovar pela tabela seguinte:

(184) BANDEIRA, Moniz. Op. cit. p. 56.

TABELA VII - PARTIDOS POLÍTICOS - REPRESENTAÇÃO NAS ELEIÇÕES DE 1962

PARTIDOS/ALIANÇAS	Nº DE REPRESENTANTES
Aliança Socialista Trabalhista (PSB-PTB)	11
União Democrática Nacional (UDN)	6
Frente Popular (PSD-PST)	3
Partido Democrata Cristão (PDC)	1

FONTE: Dados extraídos de: Tribunal Superior Eleitoral - Dados Estatísticos Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional. 1964. p. 166-168. (185)

Entretanto, a incapacidade do sistema partidário existente de desviar o descontentamento popular começava a ser percebido pelos setores conservadores que controlavam o poder. Na realidade, a fragilidade ideológica dos partidos políticos propiciava que não houvesse coerência de doutrina entre os candidatos e os partidos.

"Os candidatos de certos partidos pertenciam a diretorias distritais, e mesmo regionais de outros partidos. Além disso a necessidade forçada de se formarem alianças de conveniência e alinhamentos a curto prazo, levavam à formação de conglomerados políticos heterogêneos e instáveis". (186)

Tornava-se evidente a dificuldade do sistema partidário, em mediatizar os conflitos e servir de suporte ao sistema. Além disso, a possibilidade de mobilização dos setores populares foi concebida como uma verdadeira agressão pelas classes dominantes.

(185) APUD. PICALUGA, Isabel Fontenelle. Partidos Políticos e Classes Sociais: A UDN na Guanabara. Petrópolis, RJ., Vozes, 1930, p. 86.

(186) BANDEIRA, Moniz. Op. cit. p. 57.

Com a agudização dos conflitos sociais, o PSD, com base mais oligárquica, tendia cada vez mais a se unir com a sua inimiga tradicional, a UDN, partido mais representativo da burguesia associada ao capital internacional, em oposição ao PTB e às forças consideradas de esquerda. O Gabinete de Tancredo, com o seu caráter conciliador, não teve condições de sobreviver.

Afirma Moniz Bandeira:

"que sua queda, em junho de 1962, sepultou o efêmero esforço de união nacional e descerrou o duelo entre Goulart e o Congresso, que o PSD e a UDN comandavam, pela posse do poder político. Os intervalos entre uma erupção e outra da crise se tornaram cada vez mais curtos. As dificuldades para a formação do novo Gabinete resultaram da invidibilidade do conchavo". (187)

Verifica-se uma radicalização com relação à formação dos ministérios. O nome de San Tiago Dantas, proposto por Goulart, para compor o novo Gabinete, não é aceito pelo Congresso, concentrando-se as críticas na política externa independente que ele desenvolveu como Ministro das Relações Exteriores. Por outro lado, Auro de Moura Andrade, indicado pelos líderes do PSD-UDN, no Congresso, não conseguiu formar o seu ministério. Por fim, Francisco Brochado da Rocha, líder do PTB, apoiado por forte esquema popular, consegue assumir a presidência do Ministério e tenta dar continuidade às medidas reformistas.

Apesar do aparente êxito da estratégia de mobilização popular, para obrigar o Congresso a ceder, o seu Gabinete não dura mais do que 2 meses. O Congresso relutara em delegar-lhe os poderes extraordinários que ele pedira para realizar as reformas de base. A posição do Congresso foi reforçada pelo apoio recebido dos empresários. Esclarece Aspásie Camargo que:

(187) BANDEIRA, Moniz. Op. cit. p. 57.

"as classes produtores de São Paulo (CONCLAP) pronunciam-se contra a delegação de poderes do Gabinete acusando a Mensagem do Governo de utilizar expressões de tendência comunista". (188)

A crise que se agravou com a incompatibilização do General Nelson de Melo, Comandante do IIIº Exército, com o General Jair Dantas, que se pronunciara sobre a questão do plebiscito, exigindo que este fosse executado sem mais demora. O General Nelson de Melo, Ministro da Guerra, embora fosse favorável ao plebiscito, quis punir o General Jair Dantas Ribeiro, por se pronunciar sobre questões políticas e o Gabinete Brochado da Rocha, para evitá-lo, renunciou, contornando, assim, o impasse militar.

O impasse não tinha sido resolvido sem traumas. As faixas neutras do exército (Amauri Kruehl e Nelson de Melo) afastaram-se do governo e foram cooptadas pelos que se articulavam contra o mesmo. O plebiscito foi a saída para a crise mais geral, mas não representou uma capitulação das forças que se opunham ao governo, que passam a uma ofensiva mais organizada e eficiente, a partir deste momento.

3.1.3 - A Crise Final: A Sepultura sem réquiem

O retorno ao presidencialismo, paralelamente ao crescente agravamento da situação econômico-financeira, acentua a polarização política e as contradições entre as classes.

Em 1963, foi adotado o Plano Trienal, consistindo em uma tentativa de instituir uma política econômica global. O objetivo era detectar e corrigir os fatores responsáveis pelos desequilíbrios e estrangulamentos da economia do país.

Segundo Ianni:

"no caso brasileiro, esses objetivos podem ser facilmente definidos, pois constituem denominador comum das ansiedades gerais. Podemos sintetizá-los como segue:

- a) manutenção de uma elevada taxa de crescimento do produto (PIB);*
- b) redução progressiva da pressão inflacionária;*
- c) redução ao custo social presente do desenvolvimento e melhor distribuição de seus frutos;*
- d) redução das desigualdades regionais e de níveis de vida".* (189)

Entre as medidas para conter a inflação, figurava a contenção do crédito, o que causou forte recessão, obrigando o governo a abandonar as medidas anti-inflacionárias, para não perder as suas bases mais importantes no momento: a pequena e a média burguesia e a classe operária.

Os interesses de classe se delineavam no interior da crise econômica, tanto que cresciam e se multiplicavam as dificuldades criadas pelas classes dominantes (nacional e internacional) ao Governo Goulart. Os seus representantes precisavam impor a sua dominação de uma forma mais efetiva, para se concretizar a integração da economia brasileira ao sistema capitalista mundial, opondo-se, portanto, a qualquer medida que impedisse a manutenção das taxas de acumulação capitalista do período. Utilizando os meios de comunicação, referiam-se constantemente às greves, culpando o C.G.T. (Comando Geral dos Trabalhadores) de convocá-las sem motivo.

Diante das dificuldades cada vez maiores de estabelecer condições quer administrativas ou sociais para o seu crescimento, a burguesia, associada ao capital internacional, procurou novas formas de ação política e contenção social.

"As verbas da Aliança para o Progresso, por exemplo, passaram diretamente, sem a mediação da presidência da República, às

(189) IANNI, Octávio. Op. cit. p. 207.

mãos dos governadores adversários políticos de Goulart, cujos Estados eram considerados 'ilhas administrativas' ". (190)

Tornaram-se cada vez mais freqüentes as reuniões de políticos, de governadores com empresários e jornalistas, com o objetivo de se articularem contra o Governo de Goulart.

Organismos como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), passaram a orientar e homogeneizar a oposição a João Goulart.

Segundo Dreifuss:

"aos olhos do público mostravam-se como organizações de respeitáveis homens de negócios e intelectuais com um número de técnicos de destaque, que advogavam participação nos acontecimentos políticos e sociais e que apoiavam a reforma moderada das instituições políticas e econômicas existentes. Seu objetivo ostensivo era estudar as reformas básicas propostas por João Goulart e a esquerda, sob o ponto de vista de um técnico empresário liberal". (191)

Na realidade, tais elementos pretendiam criar e patrocinar grande número de variadas agências e organizações políticas, com o objetivo de evitar a consolidação da consciência e solidariedade das classes trabalhadoras, ao mesmo tempo :

"unir o emergente bloco de poder em torno de um programa específico de modernização econômica e conservadorismo sócio-político". (192)

O IPES, ligou-se à Escola Superior de Guerra visando minimizar o apoio dos militares ao Governo, e estimulou os grupos favoráveis ao golpe.

Segundo Moniz Bandeira:

(190) PICALUGA, Isabel Fontenelle. Op. cit. p. 93.

(191) DREIFUSS, René Armand. Op. cit. p. 163.

(192) Idem, ibidem. p. 232.

"a outra instituição, o IBAD, atuava diretamente sob a direção da CIA, que a financiava utilizando como seu agente um certo Ivan Hasslocher. Ela mantinha íntima conexão com uma empresa de publicidade - S. A.. Incrementadora de Vendas Promotion e, embora fundada em 1959, suas atividades somente se intensificaram a partir da posse de Goulart na Presidência da República. Em 1962, com a criação da Ação Democrática Popular (ADEP), o IBAD interveio abertamente na campanha eleitoral, subvencionando candidaturas de elementos reacionários, que assumiam o compromisso ideológico de defender o capital estrangeiro e condenar a reforma agrária, bem como a política externa independente do Governo Brasileiro". (193)

Nas eleições de 1962, a campanha publicitária dos candidatos alcançou cifras inusitadas. Algumas instituições foram acusadas de estarem financiando candidatos em troca de compromisso ideológico.

"Em 1963 o IBAD foi fechado por decreto presidencial, quando a CPI da Câmara comprovou a participação de verbas de origem estrangeira para candidatos que concordassem com sua orientação ideológica". (194)

Entretanto, o complexo IPES - IBAD, tinha obtido, a partir da década de 60, o apoio de amplos círculos da classe dominante, conseguindo cooptar e mobilizar, também, sindicalistas, líderes camponeses e estudantes.

Com o objetivo de conseguir o apoio para as suas propostas modernizadoras-conservadoras, promoveu a divulgação de publicações, palestras, simpósios, filmes, peças teatrais e propaganda no rádio e na televisão.

Foram também realizados cursos nas sedes das associações comerciais, Federações das Indústrias, Clube de Diretores Logistas, com a finalidade de homogeneizar a força empresarial em torno dos objetivos comuns, o desenvolvimento do capitalismo nesta fase.

(193) BANDEIRA, Moniz. Op. cit. p. 68.

(194) PICALUGA, Isabel Fontenelle. Op. cit. p. 85.

Procuraram, ainda, influenciar a ação dos parlamentares, oferecendo propostas alternativas, preparadas pelas instituições, de caráter reformista, que defendiam uma modernização orientada por padrões de eficiência capitalista, que, de certa forma, se opunha aos padrões das classes políticas tradicionais, mas sem incluir qualquer reivindicação das classes trabalhadoras, com relação a melhores salários ou ao uso da terra.

A mais significativa conquista do IPES, com relação à mobilização política e ideológica, consistiu no apoio conseguido das "classes médias", atemorizando-as com os fantasmas da instalação de uma República Sindicalista, que as "exorbitantes" reivindicações salariais, segundo a sua ótica, pareciam comprovar, e de uma possível comunização do país.

Utilizou, para conseguir os seus objetivos, a potencialidade que os grupos femininos ofereciam, custeando e orientando as organizações em que o componente de donas-de-casas fossem majoritário. (195)

O IPES e o IBAD, com sua ação, conseguiram estimular uma reação generalizada contra o governo; entretanto, mostraram-se incapazes de transformar as suas proposições em um consenso para toda a sociedade.

Na realidade, as forças mais progressistas que apoiavam o governo Goulart, tinham atingido uma razoável capacidade de mobilização e organização e, através de movimentos como a Frente de Mobilização Popular, que reunia todas as organizações e instituições políticas e culturais, tentavam se opor às tentativas golpistas dos setores mais reacionários.

O movimento operário organizado tinha se estruturado cada vez mais para dentro dos sindicatos, a partir da década de 60, e, como citamos anteriormente, vinha conseguindo se libertar da tutela que lhe impunha o Estado. As greves que se multiplicaram no período, geralmente por questões

(195) Para uma compreensão mais detalhada da ação do IPES e do IBAD, ver os capítulos VI e VII de "1964: A conquista do Estado", de René Armand Dreifuss

econômicas, são indicativos do fortalecimento do movimento operário. Entretanto, o processo político, em curso, condicionava, de certa forma, o crescimento do movimento operário, ao apoio dado às medidas reformistas do governo, pois uma parcela ponderável dos sindicatos continuava sendo manipulada por líderes petebistas que utilizavam uma política assistencialista, para conseguir controlá-los.

De fato, uma parte do PTE, começava a não apoiar as reformas nacionalistas de Goulart. Esclarece Ricardo Maranhão :

"que vários deles apoiaram a direita nas articulações parlamentares e viriam a ser conhecidos como bigorrilhos por aderir aos vitoriosos de 31 de março de 1964".⁽¹⁹⁶⁾

Diante da dubiedade de posições, foi fácil às forças da burguesia - associada ao capital internacional, abrir brechas nas organizações operárias e sindicais, conseguindo, através de esquemas de assistência e filantropia, manipular líderes sindicais e fortalecer a sua oposição. Através dessas associações, acenavam com a possibilidade de ascensão econômica individual como uma alternativa para a luta social, enquanto abafavam as tentativas de conscientização social.

O movimento dos trabalhadores agrícolas, a partir da década de cinquenta, tinha crescido muito, principalmente através dos movimentos anteriormente citados das Ligas Camponesas. Dentro das perspectivas reformistas-nacionalistas, estariam as organizações sob a liderança de Francisco Julião que, prestando serviços de advogado, tinha contribuído para a formação da Liga Camponesa do Engenho Galiléia, e de Gregório Bezerra, que seguia a linha do PCB definida sob a sigla da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrários do Brasil).⁽¹⁹⁷⁾

(196) MARANHÃO, Ricardo. Op.cit. p. 288.

(197) CARONE, Edgar. Op. cit. p. 241.

A forma encontrada, pelos setores dominantes da burguesia, para conseguir conter estes movimentos foi a utilização de organizações paralelas, patrocinadas pela Igreja, como as de Padre Melo e Padre Crespo.

Segundo o Padre Melo:

"a Igreja é favorável à reforma agrária que é urgentíssima, e se combateria o comunismo consertando o país democraticamente... A solução é a Reforma da Aliança para o Progresso, a ajuda governamental para a transformação da agricultura (mecanização, silos, fixação de preços mínimos para produtos agrícolas) e o incentivo à industrialização do Nordeste para que se possa absorver parte da mão de obra agrícola". (198)

A preocupação maior desta tendência reformista-conservadora era com a sindicalização, que, a partir de 1962, passa também a ser incentivada por Goulart. A partir deste momento, as Ligas passam a sofrer um esvaziamento. As bases para o enquadramento e institucionalização do movimento camponês estavam montados. O estatuto do Trabalhador Rural foi o instrumento que legalizou e, portanto, atrelou ao Ministério do Trabalho o movimento sindical rural.

A Igreja tinha se tornado um dos canais de doutrinação mais disputados da época, dada a sua facilidade de comunicação com as bases populares. Os setores mais progressistas, através de organizações como a Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude Universitária Católica (JUC), procuravam defender as propostas que implicariam numa participação maior das classes trabalhadoras no

(198) Idem, ibidem, p. 242.

processo político. A burguesia associada ao capital internacional através do complexo IPES-IPAD se contrapunha a estas propostas, procurando

"exercer certa pressão sobre a Igreja, através de estruturas eclesiásticas e leigas, e também através da Opus Dei, organização que na América Latina, como na Espanha, apoiava o liberalismo econômico e sistemas políticos tecnocráticos em contraste com outros segmentos da Igreja daquela época". (199)

Muitos intelectuais católicos e figuras públicas importantes foram incorporados com o objetivo de convencer o público da incompatibilidade das propostas do governo com a Doutrina Social da Igreja. Quando se concretizou o Golpe de 64, foi com o apoio da maioria dos setores da Igreja.

O movimento estudantil, através da UNE, também sofreu pressões, passando, os que se opunham ao governo de Goulart, a subvencionar e patrocinar as atividades culturais e grupos universitários que pudessem, quer ideológica ou politicamente, se opor às propostas reformistas-nacionalistas.

Apesar de sua eficiente ação política, o setor burguês aliado ao capital internacional não se impôs consensualmente sobre a sociedade. Não impediu, por exemplo, a formação da já mencionada Frente de Mobilização Popular, nem a eleição de políticos ligados aos esquemas reformistas-nacionalistas. Entretanto, conseguiu o suficiente respaldo popular, principalmente das "classes médias", para golpear as instituições democráticas. A Marcha das Famílias com Deus e pela Liberdade

(199) DREIFUSS, René Armand. - Op. cit. p. 254.

é indicativa do processo de cooptação. (200)

É inegável a facilidade com que organismos representativos das classes trabalhadoras foram desestabilizados. Na realidade, não se pode esquecer que se defrontavam dois projetos burgueses de reforma da sociedade. Um que tentava incorporar algumas das reivindicações das classes trabalhadoras, como forma de minimizar os conflitos sociais e se legitimar, para conseguir a manutenção da ordem burguesa. O outro projeto preferia as soluções de força para completar, com mais facilidade, a monopolização da economia brasileira pelo capital internacional.

Nestas circunstâncias, tornava-se difícil uma aliança efetiva entre o proletariado e a "burguesia dita nacionalista" aliás numericamente decrescente, a partir de 1960, quando os seus interesses de classe pareciam ameaçados pelas propostas do governo.

O processo histórico punha a descoberto a contradição irreduzível entre as classes trabalhadoras e a burguesia, que a ideologia nacionalista quis deixar em plano secundário, transferindo as tarefas de processo, de democracia e independência nacional para o Estado, escamoteando sua verdadeira natureza de classe.

A "ameaça" das reformas de base acabou por unir os vários segmentos burgueses. A quebra da hierarquia militar foi o pretexto utilizado para eliminar, pela força, os obstáculos à plena realização do capital monopolista.

Os trabalhadores foram os derrotados.

(200) A Marcha da Família com Deus e pela Liberdade realizou-se em São Paulo, seis dias depois do comício de 13 de março. Aproximadamente 500.000 pessoas compareceram para protestar contra as reformas de base propostas por Goulart.

3.2.0 - O NORDESTE: O BODE EXPIATÓRIO

3.2.1 - Os movimentos Sociais no Campo

A progressiva dominação dos grupos monopolistas no interior da economia nacional, a partir dos anos cinqüenta, operou uma redefinição completa nas relações de poder, quer a nível inter-regional quer a nível local, como vimos no capítulo anterior.

O Estado Brasileiro sofreu uma profunda transformação com relação a seus objetivos e funcionamento, substituindo o seu caráter assistencialista, com relação ao Nordeste, por uma intervenção mais ativa no processo econômico e político.

Diante da crise que se configurava, em razão da crescente monopolização da economia, o Nordeste vai funcionar como uma nova área de expansão e, sobretudo, de implantação de grandes empresas, numa conjuntura nacional de busca de novas formas para a realização da acumulação de capital.

Segundo Raimundo Moreira:

"as regiões periféricas, não asseguram de per si maiores possibilidades de lucros, a não ser mediante ajustes institucionais, com a função de criar mecanismos 'artificiais' de atração de inversões, como são os incentivos específicos (34/18) ou para o aproveitamento de determinadas matérias-primas locais". (201)

Entretanto, o objetivo maior não era desenvolver o Nordeste, porque

(201) MOREIRA, Raimundo. Op. cit. p. 86. Este sistema do 34/18 consistia em que as pessoas jurídicas podiam deixar de pagar ao Tesouro Nacional 50% do montante de seus impostos sobre a renda, para investir ou reinvestir em projetos na área do Nordeste, reconhecidos pela SUDENE como prioritários para o desenvolvimento da região. Tal dispositivo era válido em todo país. Os recursos de deduções que se efetuavam com esta finalidade, eram depositados no Banco do Nordeste do Brasil (PNB) e liberados com a autorização da SUDENE, depois de analisado e aprovada a solicitação ou projeto.

a região tivesse se constituído em entrave para o desenvolvimento do capitalismo nacional. Esclarece Raimundo Moreira:

"que nos primeiros anos quando começaram a ser utilizados os fundos do 34/18, sua oferta era maior que a demanda. O capitalismo era o fator barato. Seguiu-se um período de forte demanda, quando se intensificaram as inversões para a partir do ano de 1968, manifestar-se uma tendência decrescente na oferta e na demanda". (202)

Na realidade, com o aceleração da monopolização da economia brasileira, as desigualdades regionais e as contradições sociais se agravaram, criando-se tensões políticas e sociais, que poderiam "colocar em perigo" o próprio processo de acumulação capitalista. Desta forma, embora formalmente a solução proposta fosse o desenvolvimento econômico regional, através da industrialização, de fato, procurava-se articular os vários setores burgueses, para, através de uma solução de compromisso, impedir que continuasse se desenvolvendo as potencialidades revolucionárias da região.

Como já citamos anteriormente, o processo de urbanização, que a evolução do capitalismo propicia, dilata o mercado de quase todos os produtos agrícolas, modificando as relações de trabalho até então prevaescentes. No Nordeste açucareiro, diante do processo de concentração fundiária e expansão da produção, os primeiros a sofrerem pressão foram os foreiros que costumavam plantar nas adjacências das terras utilizadas pelas usinas. Muitos são expulsos das terras, às vezes indenizados e outros sem indenização alguma. Também ocorreu o caso das usinas permitirem que os foreiros permanecessem nas suas posses, com a condição de que destruíssem os pomares, colhessem as lavouras e se tornassem plantadores de cana. Esta separação dos homens de suas condições objetivas de trabalho, vai nesta área ocasionar tensões sociais, dando origem às já citadas Ligas Camponesas, quando os moradores do Engenho Galiléia, em Pernambuco, se revoltam contra

(202) Idem, ibidem. p. 112.

os subterfúgios da lei, utilizados pelo proprietário com a finalidade de expulsá-los de suas terras, resistem, originando um dos mais sérios movimentos sociais do Nordeste.

Segundo Edgard Carone:

"são os comunistas, principalmente após 1930, que começam a influenciar politicamente o empregado rural, mas, devido à falta de tradição e às dificuldades de penetração no meio rural, sua ação não alcança profundidade. Depois de 1945, o PCB volta-se para a luta no campo, lança pela primeira vez a idéia de Ligas e penetra em várias regiões do interior do país ... Os primeiros sinais de existência de Ligas Camponesas no Nordeste, verifica-se ainda na década de 1940. Em 1947, o Governo de Pernambuco doa 8 hectares de terra à Liga Camponesa de Iputinga, em homenagem a seu chefe e fundador, Francisco Lima que fora assassinado pelo proprietário de terras, Fileno de Miranda".⁽²⁰³⁾

Entretanto, é na década de cinquenta que as Ligas Camponesas se tornam famosas, identificadas com a liderança de Francisco Julião, um advogado conhecido mesmo antes da formação das primeiras Ligas, por defender os interesses dos trabalhadores da terra.

A primeira Liga, neste período, originou-se de uma instituição beneficente de auxílio-mútuo, denominada "Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco", inicialmente preocupados em conseguir auxílio para adquirir caixões funerários, sementes para plantio, fundou escolas, etc.. Esta tentativa de organização dos trabalhadores, para conseguirem sobreviver, serviu de pretexto para o proprietário ordenar o fechamento da associação e a expulsão dos trabalhadores de suas terras. É quando a figura de Francisco Julião começa a ficar famosa, pois consegue defender os trabalhadores na justiça, evitando que os mesmos sejam obrigados a abandonar a terra em que trabalhavam. Aproveitando-se da sua cadeira na Câmara dos Deputados, consegue

(203) CARONE, Edgard. Op. cit. p. 238.

que o processo se torne conhecido não só a nível estadual, mas também a nível nacional. Em 1959, após vários anos de debate e mobilização camponesa, a Assembléia Legislativa aprovou o projeto de desapropriação do Engenho Galiléia. Apesar de as terras não serem entregues aos camponeses, pois foi criada a Companhia de Revenda e Colonização, que passou a controlá-las, o exemplo prolifera e outros núcleos de Ligas Camponesas são criados não só em Pernambuco, como em outros Estados do Nordeste. Os senhores de terra passam então a armar os seus inúmeros çapangas e os choques entre jagunços e camponeses não tardam a acontecer, por força da violência e reacionarismo dos grandes proprietários.

A imprensa transforma as lutas por direitos, muitas vezes assegurados por lei, em atos "terroristas". Desta forma, o Nordeste começa a aparecer no cenário nacional e internacional como a região em que "a paz" e a "ordem" estão ameaçadas.

A analogia entre o Nordeste e Cuba começa a ser ventilada, disseminando-se entre os setores dominantes o medo da propagação da Revolução Cubana.

Tornava-se claro que os mecanismos tradicionais de manutenção do poder não eram mais suficientes. As classes no poder começam a utilizar novas estratégias políticas na região. Desde a já mencionada política desenvolvimentista, até as organizações paralelas de trabalhadores, geralmente subvencionadas pela Igreja.

Como citamos anteriormente, desde o final da década de 50, a Igreja se envolve mais decididamente com a problemática rural. Não se tratava, entretanto, de uma ação isolada das transformações que estavam ocorrendo. A Igreja tinha estendido a sua ação a diversos setores da sociedade, visando minimizar as tensões sociais.

Com relação, especificamente, ao Nordeste e ao campo, começa a

existir uma preocupação de evitar a organização dos camponeses por entidades que se consideravam identificadas com o comunismo, como as Ligas Camponesas e a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrários do Brasil).

Desencadeia-se, então, uma campanha para levar os trabalhadores a se organizarem e se sindicalizarem:

"A Igreja torna-se o novo parceiro do movimento camponês, constituindo-se portanto, uma força importante na organização e orientação do trabalhador rural no Nordeste, concentrando seus esforços nesta região. Como parte desse esforço, são criados equipes de sindicalização no Rio Grande do Norte, Piauí, Paraíba, Sergipe, Maranhão, Bahia, Alagoas e o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco. (SORPES) Nesses estados o objetivo das equipes era treinar e preparar líderes sindicais". (204)

Uma terceira alternativa com relação à organização dos movimentos dos trabalhadores rurais, consistia, como já vimos anteriormente, nos sindicatos sob orientação dos comunistas. Em Pernambuco, por exemplo:

"Gregório Bezerra é um dos líderes do Sindicato de Palmares que reúne de 35.000 a 36.000 membros. Sua ação segue a linha do PCB, definida sob a sigla da ULTAB". (205)

Os sindicatos era uma opção para os trabalhadores rurais, que não podiam partilhar das Ligas. Esclarece Bernadete W. Aued que:

"se a Liga Camponesa agregava parceiros, foreiros, pequenos proprietários, trabalhadores de 'ponta de rua', o sindicato passou a integrar o trabalhador rural simplesmente. Quanto às reivindicações, inicialmente, suas táticas se concentravam em exigir o fim do arbítrio, o fim do cambão, passando-se, em

(204) CRUZ, Dalcy da Silva. A Redenção Necessária (Igreja Católica e Sindicalismo Rural (1960-64). Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia Rural da UFPB - Campus II - (Campina Grande, (mimeo), set. 1982, p. 44.

(205) CARONE, Edgard, Op. cit. p. 241.

seguida, ao emprego da tática de institucionalização do movimento via código civil". (206)

A polêmica entre Julião e os que preconizavam a institucionalização do movimento camponês vai explodir no Primeiro Congresso dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, reunidos em Belo Horizonte em 1961. Os representantes das ligas defendiam uma reforma agrária radical, contra a posição da ULTAB, que propunha o encaminhamento de medidas graduais. (207)

Os congressistas liderados pela ULTAB:

"vêm derrotadas suas teses, quando procuram lutar por melhores salários e condições de trabalho, conquistas que, segundo confissão posterior, teriam que ser moderadas, porque a principal tese diz respeito à luta contra o imperialismo americano e seus agentes internos, já que o Brasil passava por uma fase de desenvolvimento que denominavam de 'nacional-democrático'. Contra a prioridade da luta a favor da sindicalização, da legislação trabalhista específica, e do aumento de salários, tese do P.C.B., o Congresso de Belo Horizonte vota majoritariamente por uma reforma agrária radical, 'na lei ou na marra'. (208)

Apesar da aparente vitória dos partidários de Julião no Congresso dos Trabalhadores, nos anos seguintes verifica-se a desestruturação das Ligas Camponesas. Desde 1961, o Estado tinha decidido apoiar o sindicalismo, ainda não legalizado, objetivando que o movimento camponês não fugisse à tutela governamental. O próprio Goulart comparece à abertura do Congresso dos Trabalhadores, iniciando uma etapa importante no processo de sindicalização do trabalhador rural.

(206) AUED, Bernadete W. A Vitória dos Vencidos (Partido Comunista Brasileiro - PCB e Ligas Camponesas. 1955-1964). Dissertação apresentada no Curso de Mestrado do CH da UFPB - Campus II - Campina Grande, (mimeo) dez.1981.

(207) Segundo Francisco Julião, os assalariados agrícolas não deviam participar das Ligas pois as relações entre os camponeses e latifundiários, diferentes das estabelecidas entre operários e patrões, propiciavam a conscientização, já que não passava pela fase de luta econômica por salários, que engana e retarda o amadurecimento político da Classe Operária.

(208) CARONE, Edgard. Op. cit. p. 243.

As dissensões entre os partidários das Ligas contribuíram também para enfraquecer o movimento. Uma parte dos quadros passou a preconizar a formação de núcleos de treinamentos guerrilheiros, à margem do movimento real dos camponeses. Julião perde a direção do movimento e o governo ganha a batalha pela sindicalização. (209)

A assinatura do Estatuto do Trabalhador, em 1963, marca a institucionalização do movimento camponês.

As Ligas, na medida em que defendiam a pequena produção, numa fase em que o capitalismo monopolista promovia a concentração fundiária e acelerava o processo de proletarização, representavam uma organização à margem das instituições burguesas e estariam fadas a desaparecer, pois, como esclarece Hobsbawn:

"entre os que querem voltar a um passado idealizado e os modernizadores, a vitória dos últimos é conhecida antecipadamente". (210)

De fato, as propostas modernizadoras com relação à institucionalização do movimento camponês começavam a se concretizar, na medida em que estavam conseguindo resolver o problema das tensões sociais, atendendo a algumas das reivindicações dos trabalhadores.

É elucidativo que observemos a relação entre o movimento das Ligas Camponesas e o Poder constituído no Estado, para uma compreensão das transformações nas relações de poder. Tomemos como exemplo, a relação existente entre as Ligas e os diversos governos de Pernambuco no período, por se constituir este Estado o que contava com o maior número de Ligas Camponesas.

(209) Legalmente, cada município só podia ter uma organização trabalhista; onde havia uma Liga e um sindicato, o governo dava prioridade a este último, ao qual era entregue uma carta sindical de reconhecimento. A partir dessa época, as Ligas passaram a sofrer um esvaziamento constante.

(210) HOBSPATH, E. J. Rebeldes Primitivos. Estudos de Formas Arcaicas dos Movimentos Sociais nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 215.

Durante o Governo do General Cordeiro de Farias (1955-1958), as Ligas foram perseguidas, trabalhadores foram presos e entidades que os representavam, foram fechadas. Entretanto, apesar da repressão, o movimento crescia. O processo de monopolização da economia brasileira e de crescente integração do espaço nacional, pela burguesia associada ao capital internacional, acirraria também a oposição entre as classes dominantes.

A burguesia que tinha como base de expansão o mercado interno, reagia contra as medidas que impedissem o seu crescimento e ameaçassem os seus lucros.

No final do governo de Cordeiro de Farias, a questão tributária provoca a oposição de comerciantes e industriais. As forças oposicionistas na Assembléia Legislativa passam a entender-se com a Associação Comercial, com o objetivo de se oporem às medidas fiscais propostas pelo governo. Quando, por decreto, este modifica o código tributário, o que na prática representava o aumento dos impostos, os comerciantes e industriais decretam a paralisação geral.

De acordo com Adirson de Barros:

"Era 1957, Dia do lock-out decretado pelas classes produtoras pernambucanas. Sucesso absoluto: até mesmo os camelôs, que não eram propriamente conservadores, nem produtores, aderiram à greve total comandada pela Federação das Indústrias e pela Associação Comercial de Pernambuco, em represália ao novo Código Tributário, decretado pelo Governador Cordeiro de Farias". (211)

Além dos comerciantes e industriais, outras forças começam a se articular, para se oporem ao autoritarismo.

"Um manifesto é assinado por quase todos os sindicatos de trabalhadores, com sede em Recife, hipotecando irrestrita

(211) BARROS, Adirson de. Ascensão e queda de Miguel Arraes. Rio de Janeiro, Editora Equador, 1965, p. 15.

solidariedade à greve do comércio deflagrada no dia 9 do corrente, com apoio da indústria e a luta que vêm empreendendo contra o regime de escorcho fiscal que se pretende implantar no Estado de Pernambuco". (212)

Configurava-se um movimento de defesa do comércio e da indústria local, diante da explicitação do desgaste que vinham sofrendo, provocado pela nova divisão do trabalho, que se estabelecia entre Nordeste e Sudeste.

A articulação entre os setores burgueses, operários, camponeses, intelectuais, estudantes, etc., correspondia, a nível nacional, à ideologia do nacional-populismo, que tinha como objetivo promover a Revolução Democrática Burguesa, impulsionando um capitalismo "independente" via "reformas de base".

Duas figuras começam a ganhar força neste cenário político: a do industrial Cid Sampaio, que tinha comandado o lock-out dos setores burgueses e a do deputado Miguel Arraes, que se destacava no plenário da Assembléia Legislativa, no combate ao Código Tributário do Governo Cordeiro de Farias. Apoiados nestas forças mais progressistas, conseguem Cid, e depois Arraes, ser eleitos governadores do Estado, tendo Arraes sido eleito, anteriormente, Prefeito da cidade de Recife. Quando da candidatura de Arraes a Governador, o já mencionado IBAD gastou somas astronômicas para conseguir reverter o processo, sem conseguir obter êxito.

Apesar destes candidatos serem acusados pelas forças mais reacionárias e conservadoras de estarem pactuando com os comunistas, na realidade estavam procurando realizar os objetivos, anteriormente citados do nacional-populismo.

Cid Sampaio com relação, por exemplo, ao problema dos movimentos sociais no campo, apesar de não perseguir ostensivamente os trabalhadores, optava por medidas paliativas, como a desapropriação das áreas de conflitos,

(212) CAVALCANTI, Paulo. O Caso eu conto como o caso foi. Da Coluna Prestes à queda de Arraes: memórias. Recife, Guararapes, 1980. p. 228.

sem contudo promover uma ocupação efetiva, pelos trabalhadores das áreas desapropriadas.

Miguel Arraes, desde a sua administração à frente da prefeitura do Recife, vinha efetuando um programa que atendia a muitas das reivindicações populares, preocupando-se em atender às necessidades básicas da população como habitação, energia e água para as favelas, educação básica, remédios a preços populares, etc.... Foi criado, no seu governo, o Movimento de Cultura Popular, que possibilitou uma participação mais efetiva das classes trabalhadoras no processo político e cultural da região. Espaços foram conquistados para uma conscientização maior, através por exemplo, do método Paulo Freire, utilizado na alfabetização dos adultos.

A institucionalização da ordem burguesa foi, porém, uma preocupação constante do seu governo. No campo, procurou diminuir a efervescência dos movimentos sociais, instituindo o salário mínimo. Com esta medida, conseguiu acalmar os trabalhadores rurais e aumentou o lucro dos pequenos comerciantes e produtores.

Com relação ao movimento dos trabalhadores urbanos, Arraes procurou manter a assessoria sindical criada pelo ex-governador Cid Sampaio, o que lhe possibilitava um contato e diálogo constante com as principais lideranças sindicais. Segundo Adirson de Barros:

"os trabalhadores conseguiam obter o atendimento às suas reivindicações pacificamente. Muito raramente entravam em greve, pois a assessoria sindical trabalhava arduamente, sob as ordens do governador, a fim de evitar a greve que, afinal, prejudicaria o governo e a já precária economia pernambucana". (213)

Embora não concordemos que o movimento dos trabalhadores tenha sido completamente manipulado pelo governo como insinua o autor acima citado, pois os trabalhadores do campo e da cidade começavam a se organizar em conjunto independentemente da burguesia, sem dúvida as medidas conciliatórias e paliativas têm êxito com relação à manutenção das instituições burguesas. As alegações de que o sistema capitalista e a propriedade privada estariam ameaçadas na região, constituíram-se, portanto, em pretexto para o golpe de 64.

Em discurso realizado em maio de 63, no Teatro Paramount em São Paulo, Arraes coloca algumas das proposições de transformação da burguesia nacionalista.

"A marcha irreversível da Revolução Brasileira impõe, para todos nós, a tarefa de corrigir as anomalias do quadro da economia nacional e afastar esse obstáculo ao nosso desenvolvimento. Acredito porém, que um dos primeiros passos nesse sentido seja o de abandonar aquelas pretensões puramente estaduais, e mesmo as de fundo limitadamente regionalista e passou a entender o país como um todo, como um organismo cujo desenvolvimento depende do harmonioso desenvolvimento das partes que o integram..."

E continuava: *"Nossas contradições internas não poderão ser resolvidas sem as reformas de base, que desentramavam nosso processo, e sem que ressalvamos nossa contradição fundamental, aquela que é cada dia mais aguda, entre o povo brasileiro e o imperialismo".* E finaliza chamando todos à união: *"União de todos, dos trabalhadores e das classes produtoras, dos empregados e dos patrões, do operariado e da burguesia nacional. União acima de possíveis e naturais diferenças religiosas e filosóficas, e cujo centro seja a ideologia de uma nação livre e independente".* (214)

A questão do fracasso da Revolução Burguesa Nacionalista, proposta pelos setores burgueses, cada vez mais minoritários, derivava do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Na medida em que propunham, por exemplo, a integração nacional visando ao desenvolvimento do mercado interno para o capital "independente", na realidade a integração do espaço brasileiro já estava se processando, feita pela burguesia associada ao capital internacional, que, promovendo a monopolização da economia, tornava historicamente ultrapassadas outras vias burguesas de transformação. O processo de acumulação capitalista no período necessitava que as barreiras representadas pelas possibilidades de organização dos movimentos populares fossem eliminadas. Realmente, pelo arbítrio, os obstáculos foram superados, não se verificando nenhuma reação por parte dos setores "nacionalistas" da burguesia, que rapidamente se incorporaram e se beneficiaram com o processo em curso. O que tornava claro que a contradição fundamental da sociedade brasileira, se situava e se situa na esfera da exploração do conjunto do proletariado brasileiro pela burguesia e não na clivagem (inexistente) entre burguesia nacional e burguesia internacional.

3.2.2 - Campina Grande no contexto da crise geral

No início da década de 60, torna-se patente que o processo de acumulação capitalista no Brasil, baseado no incentivo à industrialização, tendo como base o capital nacional, chega ao fim.

A transnacionalização do capital monopolista vinha impondo novas leis de reprodução ao capital e os obstáculos à consecução dos seus objetivos tendiam a desaparecer.

A economia nordestina, identificada pela predominância do latifúndio, condicionara a formação de um mercado interno frágil, que, restringindo a expansão industrial, possibilitava uma fraca resistência aos interesses da burguesia associada ao capital internacional. A política de modernização empreendida pela SUDENE, através dos incentivos fornecidos pelo 34/18, contribuíra para descaracterizar a indústria tradicional e apressar a sua decomposição.

Na Paraíba, apesar de as indústrias tradicionais (algodão, sisal, couro, etc.) continuarem sendo o setor de maior peso, configura-se a tendência para o seu decréscimo, como comprovam as Tabelas VIII e IX, a seguir:

As atividades metalúrgicas e mecânicas, apesar de um crescimento relativo, não apresentam maior desenvolvimento, pois o baixo nível de acumulação capitalista não permitia senão o estabelecimento de empresas de pequeno porte. Quanto à produção das indústrias de transformação, por estarem condicionadas à produção e ao mercado local, encerravam em seu bojo todos os fatores estruturais responsáveis pela crise que se configurava. Tornava-se evidente o estrangulamento das indústrias tradicionais e, conseqüentemente, o desemprego no setor industrial, pois, neste período, não são criadas indústrias alternativas, que consigam absorver os operários despedidos (Ver diferença entre operários empregados entre 1950 e 1960). O crescimento rápido da produção de bens intermediários revela o caráter acentuadamente complementar e dependente da economia do Estado

TABELA VIII
 RESULTADO DO CENSO INDUSTRIAL - 1709 - 1960
 Confronto do Censo 1950 - 1960 - PARAÍBA - Cr\$ 1.000

ESTABELECIMENTOS 1960	Nº	MÉDIA MESAL DE OPERÁRIOS OCUPADOS	SALÁRIO PAGOS A OPERÁRIOS	DESPESAS DE CONSUMO	VALOR DE PRODUÇÃO	VALOR DE TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL
TOTAL	1.398	22.573	86.602	684.921	1.119.879	434.930
INDEXT. DE P. MINERAIS	12	190	812	189	3.587	1.398
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	1.386	22.383	85.790	684.732	1.116.292	431.532
MINERAIS NÃO METÁLICOS	122	1.175	7.092	20.523	51.020	30.497
METALÚRGICA	6	85	440	450	1.644	1.194
MECÂNICA	3	18	142	186	486	300 (300)
MATERIAL DE TRANSPORTE	2	19	166	1.212	2.577	1.365
MADEIRA	24	137	703	5.205	7.683	2.478
MOBILIÁRIA	29	80	343	695	2.084	1.389
QUÍMICA	16	846	4.373	63.029	87.926	24.897
PROD. FARMACEUTICOS	2	13	80	283	684	401
TÊXTIL	193	10.076	46.660	372.680	584.386	211.706
MEDIDAS	87	787	2.300	10.800	21.558	10.758
FUMO	7	145	432	2.386	5.666	3.280
EDITORIAL E GRÁFICA	24	115	745	1.701	3.433	1.732
DIVERSOS	5	12	36	181	364	183

C.F: Anuário Estatístico. IBGE - Conselho de Estatística, 1963 - P. 78.

TABELA IX
 RESULTADO DO CENSO INDUSTRIAL - 1709 - 1960
 Confronto do Censo 1950 - 1960 - PARAÍBA - Cr\$ 1.000

ESTABELECIMENTOS 1960	Nº	MÉDIA MENSAL DE OPERÁRIOS OCUPADOS	SALÁRIO PAGOS A OPERÁRIOS	DESPESAS DE CONSUMO	VALOR DA PRODUÇÃO	VALOR DE TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL
TOTAL	1.146	12.987	484.942	5.447.556	8.810.074	3.354.574
INDÚSTRIA EXT. DE P. MINERAIS	8	48	784	45	991	946
IND. DE TRANSFORMAÇÃO MINERAIS NÃO METÁLICOS	1.138	12.939	484.158	5.437.521	8.809.083	3.353.628
METALÚRGICA	102	1.029	40.614	201.256	483.330	281.074
MECÂNICA	24	143	6.713	49.515	72.898	23.383
MATERIAL DE TRANSPORTE	5	66	3.152	8.161	15.043	6.882
MADEIRA	8	31	1.793	10.237	14.931	4.694
MOBILIÁRIA	45	181	6.717	39.037	79.835	40.798
QUÍMICA	140	418	14.673	42.953	87.110	44.143
PROD. FARMACEUTICOS	22	510	24.240	559.521	805.683	246.162
TÊXTIL	2	10	320	1.965	3.671	1.706
BEBIDAS	102	6.050	242.536	3.066.657	4.962.858	1.887.812
FUMO	38	322	10.430	54.461	106.442	51.981
EDITORIAL E GRÁFICA	1	45	1.944	16.463	28.428	11.965
DIVERSOS	25	191	7.984	19.800	52.762	32.962
	2	5	192	1.027	2.019	992

Campina Grande, inserida no contexto da crise, começa a perder a sua posição de organizadora do espaço regional para outros municípios e principalmente para João Pessoa. Como vimos no capítulo anterior, verifica-se, no final da década de 50, uma estagnação generalizada da produção agrícola, o que condiciona cada vez mais a cidade a sobreviver da sua função de entreposto comercial. Função esta que ela tende a perder, com o desenvolvimento comercial de outros municípios ou com a construção de novas rodovias.

Com a criação da SUDENE, vários setores da sociedade campinense, começam a propor uma solução para a crise, através da nova política econômica de industrialização, acreditando que poderiam ser resolvidos problemas como o emprego para os contingentes não efetivamente empregados da cidade e para os novos que viessem a se incorporar ao mercado de trabalho, principalmente aqueles oriundos do setor rural. Além disso, aventavam a possibilidade da ampliação do mercado consumidor, com o emprego de novos assalariados. Outro aspecto que era muito enfatizado pelas classes ligadas ao poder, era o da substituição dos estoques industriais produzidos por outras comunidades, pelos produtos locais, com eventuais vantagens de preço.

Estas propostas, como vimos nos capítulos anteriores, não poderiam se concretizar. As condições de formação histórica campinense o não tinha propiciado a construção de um parque industrial desenvolvido. Anteriormente, na fase áurea do algodão, as fábricas de tecidos nunca foram instaladas na região, resumindo-se a cidade à fabricação de um pano mais grosseiro (aniagem), apesar de a região ser produtora do algodão.

Como esclarece o professor Waldomiro Cavalcanti:

"a indústria têxtil não se localizou nas sedes pólos mercantis, apesar de estar, ali, a produção de sua matéria-prima e, também, a fonte fornecedora de sua força de trabalho. Situou-se essencialmente, nas sedes pólos de comando. Isto é um fato importante. Nas sedes pólos de comando existe, tradicionalmente, uma força de trabalho formada pelos ex-escravos e pelos imigrados, vindos das

sedes pólos mercantis. Concentram-se, portanto, em qualquer sede pólo de comando da região nordestina a fatia do mercado consumidor, a mais significativa e, também a única estruturalmente capacitada a consumir uma produção fabril-têxtil".⁽²¹⁵⁾

Em Campina Grande, predominavam, portanto, as indústrias manufatureiras de beneficiamento e transformações das matérias primas, que se articulavam com João Pessoa e Recife para realizarem a produção e o valor criado.

Em 1962, Campina Grande, contava, com 65 estabelecimentos industriais, oficialmente registrados, destacando-se os seguintes ramos:

TABELA X - ESTABELECEMENTOS INDUSTRIAIS EM CAMPINA GRANDE (1962)

INDÚSTRIAS	ESTABELECEMENTOS
- Têxtil (sendo 8 beneficiadores)	11
- Vestuário e calçado	09
- Alimentos	20
- Curtumes	05
- Madeira e mobiliário	04
- Minerais não metálicos	05
- Óleos vegetais	05
- Editorial gráfico	06
TOTAL	65

FONTE: COMDECA - PDLI. Campina Grande/1973.

(215) CAVALCANTI, Waldomiro. Op. cit. p. 142.

Vale salientar que as únicas 6 empresas industriais da cidade que empregavam mais de 100 (e menos de 250) operários eram do setor "tradicional" (4 têxteis, 1 curtume e 1 de óleo vegetal). Dentre as empresas que ocupavam entre 50 e 100 operários, em 1962, apenas uma era do tipo "dinâmica" (metalúrgica), as outras eram todas do tipo "tradicional": 3 têxteis, 1 curtume e 1 alimentícia. (216)

Nesta fase, com a criação da SUDENE, as indústrias tradicionais começam a sentir o impacto das políticas oficiais de industrialização, não apresentando um dinamismo maior. Em 1964, com a criação do Distrito Industrial de Campina Grande, se completaria o processo de descaracterização da indústria regional. As que não conseguiram se reequipar e se modernizar tenderiam a desaparecer, depois de uma fase agônica.

As indústrias que vão se localizar em Campina Grande, atraídas pelos incentivos do 34/18, tipo Wallig Nordeste, por sua falta de vínculos com a produção e o mercado local, terminando o período de insensação, resolvem não mais operar na região, ocasionando desemprego em massa, em período posterior.

Verifica-se uma tendência à ascensão do parque industrial da capital, que passa a oferecer mais atrativos para os capitais que desejam investir na região, por situar-se próxima ao porto de Cabedelo e da cidade do Recife, já que, das novas indústrias que tendiam a se estabelecer na região, poucas são as que se propunham a explorar as fontes de matérias-primas locais.

O período que estamos analisando (1959-1964) se constituiu de transição em Campina Grande, por não se terem instituído as novas formas de acumulação capitalista, que, nas áreas mais industrializadas no país,

(216) Relatório Final da Pesquisa: Relação Cidade-Campo na Área Articulada por Campina Grande-PE. Convênio MINTER/SUDENE-UFPE/ATECEL - realizada por professores do Deptº de Economia e Finanças e Sociologia e Antropologia. Campus II da UFPE, Campina Grande, Paraíba. 1979. p. 37.

permitiam uma participação pelo menos quantitativa do operariado no processo produtivo.

As peculiaridades do processo histórico campinense condicionaram uma fraca possibilidade de organização das classes trabalhadoras, o que tornava particularmente difícil as suas condições de vida, agravadas pelos péssimos salários.

As associações de trabalhadores em Campina Grande tiveram início a partir de 1935, transformando-se em sindicatos depois de 1940. Geralmente eram organizados por pessoas vindas de fora, que traziam alguma experiência sindical. Apesar das dificuldades, conseguiram crescer numericamente. (217)

A dificuldade maior referia-se não à criação dos sindicatos, mas a sua organização e desenvolvimento efetivos. As indústrias de beneficiamento do algodão e do sisal; em razão da própria dinâmica do processo produtivo,

(217) Principais organizações sindicais de empregados de Campina Grande, 1959.

Indústria:

Sindicato de trabalhadores em oficina mecânica de Campina Grande.
 Sindicato de trabalhadores na Indústria de Alimentação em Campina Grande.
 Sindicato de trabalhadores de calçados de Campina Grande.
 Sindicato de trabalhadores da construção civil de Campina Grande.
 Sindicato de trabalhadores da indústria de curtimento de couros e peles de Campina Grande.
 Sindicato de trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Campina Grande.

Comércio:

Sindicato dos empregados no comércio de Campina Grande.
 Sindicato dos empregados no comércio hoteleiro de Campina Grande.
 Sindicato dos empregados no comércio armazenador de Campina Grande.

Outras entidades:

Sindicato dos empregados de Estabelecimentos Bancários de Campina Grande.
 Sindicato de condutores de veículos rodoviários de Campina Grande.
 Sindicato de lustradores de calçados de Campina Grande.

FONTE: Paraíba - Realidade Econômica - Problemas - Roteiro para investimento - FIEP - Campina Grande, 1959. pp. 91-93.

utilizavam uma alta rotatividade de mão-de-obra, o que dificultava o processo de organização. (218)

Além disso, muitas indústrias não ultrapassavam a estrutura de manufaturas, sendo as relações entre patrões e operários mediatizadas pelo paternalismo.

"Uma reunião no sindicato ou a própria sindicalização do empregado é logo levada ao conhecimento do empregador... O empregado agarra-se ao emprego como a uma tábua de salvação e a maioria dos patrões não quer que o empregado se sindicalize. O que o operário procura é melhorar junto aos patrões". (219)

As condições de exploração sobre os trabalhadores, se escondiam atrás da aparente solicitude do patrão em resolver os problemas. Desta forma, os benefícios assegurados por lei, já precários, muitas vezes não eram obedecidos, podendo-se dizer que os operários eram duplamente explorados.

Com relação aos comerciários, a classe numericamente mais expressiva dos trabalhadores campinenses, não apresentavam uma mobilização correspondente. Uma explicação provável seria o desejo de ascender à posição de patrão, apesar de as possibilidades serem praticamente nulas.

"O comerciário de Campina Grande, para ser comerciante, basta saber ler e fazer as quatro operações fundamentais, coisa que ele pode aprender em pouco tempo. Embora não tenha especialização, o comerciário porque faz um trabalho limpo, sabe ler, escrever e contar e, principalmente, porque usa gravatinha, tem valor na

(218) As indústrias de beneficiamento utilizavam o contingente maior de mão-de-obra, no período de safra, depois esta era dispensada. No ano seguinte, outros operários eram contratados. Muitos dos contratados nunca conseguiram estabelecer um vínculo empregatício com as empresas.

(219) RIOS, Arthur. Op. cit. p. 50.

sociedade, e, esse valor que lhe dão, leva o comerciário a sonhar a ser patrão... Quem quer ser patrão no futuro, não age contra o seu patrão de hoje". (220)

Na ilusão de fazer voltar atrás a história, desconhecendo o processo de fortalecimento dos complexos comerciais, o que excluía praticamente o pequeno comerciante, constituíam-se uma das categorias que menos reivindicava em Campina Grande. Ocupavam um lugar à margem das outras organizações da cidade, havendo um ressentimento, por parte das outras categorias, pela omissão dos comerciários na participação nas lutas sindicais.

Um fator para a falta de mobilização dos comerciários era o medo de perder o emprego, já que o grande fluxo de pessoas advindas das regiões adjacentes, decorrente do processo de concentração fundiária, anteriormente analisado, tornava fácil a dispensa e a substituição imediata.

O associado dos sindicatos, de uma maneira geral, só procurava o sindicato para a consulta médica, o remédio, o auxílio funerário e mais raramente quando brigava com o patrão. Os movimentos reivindicatórios mais decisivos, como as greves, eram pouco utilizados, sendo as grandes questões resolvidas por dissídio coletivo. (221)

No período Jânio e depois no de Jango, houve uma tentativa de participação maior, por parte das direções sindicais, no processo político-nacional. Até então, mantinham relações com os políticos locais, apoiando ou não as candidaturas aos pleitos municipais. O contato com os trabalhadores mais organizados poderia ser o ponto da partida para uma conscientização maior de sua condição de operário. O golpe de 1964 impediu este processo.

(220) RIOS, Arthur. Op. cit. p. 51.

(221) Cada categoria de um sindicato pede, numa empresa, o dissídio, principalmente nas empresas onde a situação é mais precária. Então, cada empresário dá o aumento, se for o caso, para a categoria que o reivindicou em sua fábrica. As demais, em outras fábricas, pedem, então, equiparação. Os empresários ficam sem argumento para recusar. Esta tática era considerada boa, na medida em que impedia a união ao menos temporária dos patrões. Mas tinha o seu lado negativo, o fracionamento da classe operária.

Mesmo antes deste evento, havia a preocupação das classes no poder em arrefecer as proposições da classe operária, atendendo a algumas de suas reivindicações. Os dirigentes sindicais declararam, neste período, o seu apoio ao presidente João Goulart e tradicionalmente votavam no PTB. A sua ligação com o sindicalismo oficial, impediu um encaminhamento mais efetivo das lutas operárias.

O sindicato dos bancários se constituiu uma exceção, neste período. A separação entre o Capital e o Trabalho já estava bem delimitada para esta categoria. Em conjunto com o movimento estudantil, participou dos principais movimentos reivindicatórios dos trabalhadores.

A força de trabalho, em Campina Grande, era tratada, não como uma mercadoria, em que seu dono recebesse uma remuneração que permitisse a sua reprodução, conforme as "leis naturais" que regem plenamente uma economia capitalista, mas era obrigada a ir buscar em iniciativas extra-econômicas a sua auto-reprodução e a reprodução de sua família.

As péssimas condições de trabalho e a grande exploração a que estavam submetidos, obrigavam os trabalhadores a procurarem atividades autônomas como forma de sobreviverem. As pequenas atividades econômicas eram uma tradição em Campina Grande, que por sua condição de organizadora da produção da região, sempre contou com contingentes de população excedentes da zona rural, que procuravam a cidade para sobreviver.

Tradicionalmente, eram produzidos na cidade objetos de couro como: selas, arreios, gibão, etc ou mercadorias como panelas de barro, candeeiros, brinquedos, colchões de capim, carroças, gaiolas, esteiras,

móveis, roupas, sapatos e outros artigos que eram consumidos pela população mais pobre.

Com o desenvolvimento da industrialização, no Brasil, e, principalmente da indústria automobilística, outras atividades vão surgir; como, por exemplo, as oficinas de consertos de automóveis, famosas em toda a região, por conseguirem fabricar peças, muitas vezes só encontradas nos grandes centros do país, ou em extinção. Outras profissões não existentes passam a contribuir para a expansão do setor "informal" de ocupação da cidade. É o caso dos lavadores de carros, borracheiros, carregadores e descarregadores de caminhões, oficinas de consertos em geral (relógios, rádios, sombrinhas e guarda-chuvas, sapatos, jóias, móveis, etc.), entre outras.

Além disso, pequenos negócios começam a proliferar por toda a cidade como barracos, fiteiros, bares, pequenas mercearias, etc.. Estas atividades paralelas serviam de válvula de escape para as tensões sociais, pois permitiam que as classes mais pobres se acomodassem às condições de exploração impostas pelas classes dominantes locais. Mesmo com o aumento do desemprego, em razão da crise do sistema produtivo, desde que não lhes fossem tiradas as condições mínimas de sobrevivência, os movimentos populares, na cidade, não fugiam do controle das classes no poder. O processo político de Campina Grande, na época, reflete as peculiaridades da política desenvolvimentista pois, como veremos no próximo item, é o resultado da conciliação dos interesses dos diversos setores burgueses com o objetivo de impor ao conjunto da sociedade o seu sistema de dominação.

3.2.3.- A agudização das lutas de classes e o poder político em Campina Grande

O processo de expansão da produção mercantil e da consolidação do Estado burguês, no Brasil, acirra as contradições de classe no Estado da Paraíba. Verifica-se, com isso, a contestação dos setores mais penalizados pela exploração capitalista, que passam a ameaçar as posições de mando das forças políticas tradicionais, obrigando-as a procurarem outras formas de se legitimarem no poder.

Em 1959, na disputa para a prefeitura de João Pessoa, a UDN cindiu-se em duas alas, a dos conservadores e a dos progressistas. Lutando com sérias dificuldades para encontrar um candidato que enfrentasse com êxito o candidato oficial e que tivesse penetração popular, as preferências dos progressistas acabaram-se fixando no nome de João Santa Cruz comunista militante e conhecido indicado também, pelo PSB.

Enfrentando uma campanha sem precedentes, por parte de entidades católicas, o candidato acabou sendo derrotado com o seu companheiro de chapa Damásio Franca. A escolha de seu nome, pela UDN, considerado o partido mais conservador do Estado, representou uma tentativa de alargar as suas bases de apoio. Evidenciava-se que os antigos métodos de controle coronelístico, sozinhos, não eram suficientes para garantir o processo eleitoral.

O Governador Flávio Ribeiro Coutinho tinha se licenciado, por questão de saúde, em janeiro de 1958, assumindo o seu vice, Pedro Moreno Gondim. Em 31 de janeiro de 1961, completa-se o período governamental, sem o governador ter condições de regressar do Rio de Janeiro, onde permanecia em tratamento de saúde.

A condição de Governador interino permitia que Pedro Condin se lançasse candidato, nas eleições de 1962. O PSD, partido ao qual era filiado e que tinha como chefe incontestado o senador Rui Carneiro, tinha,

entretanto, outros planos. Era de praxe que o deputado pedessista que tivesse maior votação seria o candidato a governador e Janduhy Carneiro, irmão de Rui Carneiro, tinha somado o maior número de sufrágios nas últimas eleições. Considerava-se, nos círculos pessedistas, que depois da vitória de Rui Carneiro para senador, a vitória de Janduhy seria muito fácil.

Pedro Gondim, durante o período de governo interino, desenvolvera um estilo próprio de administrar, propiciando diretamente inúmeras nomeações, sem utilizar a mediação dos chefes pessedistas locais, como era o costume.

Além disso, prestigiara lideranças novas do PSD, que se propunham a realizar uma política modernizante. Preterido na Convenção do PSD, que homologou a candidatura de Janduhy, filia-se à UDN e, através de uma composição política, consegue voltar ao governo do Estado.

Apesar de não contar com a máquina política tradicional do PSD, importante para conseguir os votos do interior do Estado, pois rompera com 8 deputados estaduais e vários prefeitos, inclusive o de Campina Grande, o seu vice, André Gadelha, político tradicional do sertão, garantiu-lhe vários redutos coronelísticos interioranos. Além disso, Pedro Gondim aproveitou-se das constantes dissidências no PSD para conseguir adesões.

Aos eleitores das cidades apresentara-se como o candidato capaz de promover as mudanças desejadas pela pequena e média burguesia.

"No período anterior de governo tinha beneficiado os inativos equiparando os seus vencimentos aos da ativa e triplicou os vencimentos de alguns cargos e carreiras, como os médicos, por exemplo". (222)

O slogan utilizado na sua campanha "Está com medo ou está com Pedro?" aparece como um grito de rebeldia contras as elites tradicionais.

Antes de ser escolhido como vice de Flávio Ribeiro, Pedro Gondim

(222) COUTINHO, Marcus Odilon. Op. cit. p. 130.

tinha sido eleito deputado estadual em 3 legislaturas. Natural de Alagoa Nova, filho de senhor de engenho arruinado, estudou com sacrifício e formou-se na Faculdade de Direito do Recife. Apesar de ter ingressado no PSD em 1945, não tinha ligações maiores com as principais lideranças do partido.

Assumindo o governo do Estado, Pedro Gondim procura instaurar uma política modernizante, de acordo com a ótica "desenvolvimentista" em voga naquele momento.

"Secretarias antes políticas foram preenchidas por técnicos. Não são desalojaram os políticos, como criaram também, novas siglas, tais como: CED, para cuidar do desenvolvimento, FAGRIN, destinado ao financiamento dos municípios e CEPLAR visando a educação popular". (213)

No bojo de um conjunto de medidas de impacto, inicia-se a construção do Distrito Industrial, oferecendo terrenos baratos às empresas que ali quisessem se instalar, servidos de água, luz, esgotos e estradas.

Os técnicos formaram uma importante base de apoio para o seu governo. Procuravam apresentar uma imagem de dinamismo e eficiência, em contraposição à imagem dos políticos tradicionais, acusados de corruptos e de imobilistas. Segundo Marcus Odilon Coutinho:

"os técnicos também tiveram a sua arte de chegar ao Poder, e uma delas foi denegrir os políticos graças à divisão constante da mesma homogeneidade deles. Pintaram com os traços do Satanás, o político. Hoje entre um técnico e um político não há quem vacile: fica-se com o pior, o técnico". (224)

Na tentativa de homogenizar os interesses burgueses na região, Gondim oferece objetivamente meios de atender à concretização dos interesses do capital monopolista.

(223) Idem, ibidem. Op. cit. p. 140

(224) Idem, ibidem. Op. cit. p. 142.

Além disso, pela distribuição de recursos públicos, através de companhias de desenvolvimento, sem a mediação dos políticos tradicionais, iniciou-se com ele, um processo de intervenção mais direta do poder público nos redutos coronelísticos, propiciando aos técnicos, aos funcionários etc. a possibilidade de assumirem posições que antes pertenciam, exclusivamente, aos políticos.

Esta fase de transição, na forma de exercer o poder, possibilitou uma brecha no sistema de dominação vigente, já que as antigas formas encontravam-se enfraquecidas e as novas ainda não conseguiram se impor.

No campo, as práticas desenvolvimentistas e modernizantes contribuem para aprofundar as contradições. Nas regiões onde o processo de capitalização proporciona uma maior concentração de terra e, conseqüentemente, a expulsão do trabalhador rural, os conflitos camponeses tendem a crescer. Os contingentes de desempregados das indústrias têxteis tradicionais em crise, como vimos no ítem anterior, contribuem para o aumento da pressão sobre a terra, pois muitos trabalhadores regressam à suas zonas de origem.

Na Paraíba, as primeiras tentativas de criação de Ligas Camponesas fora feita, em 1954, por João Pedro Teixeira, camponês que tinha experiência em movimentos de organização de trabalhadores, adquirida em indústrias pernambucanas.

O movimento ressurgiu em 1958 com outra feição, ligando-se a outros movimentos semelhantes, em todo Nordeste, que se colocavam nos limites da legalidade burguesa, a fim de demonstrar à "ordem estabelecida" que não se tratava de "coisa de Comunista", mas de camponês explorado que tem alguns direitos e não só deveres. Esta mudança fortaleceu muito o movimento, ainda em estado embrionário. Por ter em mira, fundamentalmente, o propósito de trilhar os caminhos da legalidade é que o encontro se realizou na própria Prefeitura Municipal da cidade de Sapé com as presenças do Juiz de Direito, do Padre, do Médico e do Delegado de Polícia especialmente convidados para legitimação

do evento. Oficialmente, criou-se a Associação dos Trabalhadores Rurais de Sapé, que não tinha nome de Liga e nada que lembrasse o termo camponês, e suas necessidades como classe. Era uma Associação em cuja direção estava de fato, João Pedro, apesar de o presidente ser Severino Barbosa.

"Em 1963, a Associação já possuía dez mil associados e o movimento já se estendia por outras localidades como Mamanguape, Alhandra, Fazenda Miriri, Araçagi, Alagoinha, Bananeiras, Cuitegi, Santa Rita, Alagoa Grande, Mari, Guarabira, Mulungú, Campina Grande, Belém, Pedra de Fogo, Oitizeiro, Itaporoca, Várzea Nova, Itabaiana". (225)

A região polarizada por Campina Grande, apesar da criação de alguns núcleos das Ligas não apresentou a mesma expansão do movimento, como nas áreas de Sapé e Santa Rita. A atividade da pecuária, muito disseminada na região, impedia a concentração de trabalhadores e, conseqüentemente, a possibilidade de sua organização. A cidade, oferecendo condições de trabalho, ainda que limitadas, contribuiu também para que diminuísse a pressão sobre a terra nas áreas adjacentes.

Entretanto, nas áreas em que se praticava a pequena produção, a possibilidade de criação das Ligas levou a confrontos com os proprietários:

"Na fazenda S. Miguel, localizada no distrito de Massaranduba, quando se realizava uma reunião de camponeses, na residência do Sr. Bento Belarmino, numa discussão que se travou entre os organizadores da reunião e emissários dos proprietários foi morto o camponês João Avelino da Silva". (226)

Tornava-se patente, neste período, a ligação do movimento estudantil e bancário, os mais atuantes na cidade, com o das Ligas Camponesas. Foram importantes as tentativas de apoio à formação e desenvolvimento das Ligas

(225) AUED, Bernadete Wrublewsky. Op. cit. pp. 25-26;

(226) Grave incidente numa reunião das Ligas Camponesas em São Miguel. Diário da Borborema, 27 fev. 1962. p. 1.

Camponesas, pois demonstrava-se, assim, que as lutas não se davam isoladamente e que não estavam separadas do contexto nacional. Esta compreensão da totalidade do processo histórico, e da unidade das reivindicações, interrompida pelo golpe de 64, ainda não foi devidamente recuperada.

Diferentemente do que acontecia em Recife, por exemplo, as "classes políticas" da cidade consideravam a questão das Ligas Camponesas como "caso de polícia" e de "subversão", não compreendendo as necessidades de institucionalizar o movimento para garantir a "ordem" burguesa. Os poucos políticos que a apoiavam tinham como objetivo a obtenção de votos e não a mediação dos conflitos.

A violência se estende por todo o Estado, tornando cada vez mais freqüentes os confrontos entre os membros das ligas e os jagunços dos coronéis. Em Sapé, é morto o líder das Ligas, João Pedro Teixeira e na Fazenda Miriri morrem 3 pessoas, inclusive o chefe das ligas naquele município Alfredo P. Nascimento.

A freqüência dos assassinatos levou a que algumas autoridades sugerissem:

"um plano de desarmamento geral, propondo mandar a polícia percorrer fazendas, engenhos, sítios e usinas em busca de armas, algumas delas de uso proibido, como no recente caso do fuzilamento do camponês João Pedro Teixeira, tombado a tiro de fuzil, arma privativa da polícia, ou do exército como se sabe". (227)

A possibilidade de um confronto armado, que colocasse em perigo a propriedade privada, alarma as classes no poder, que começam a aceitar a perspectiva de uma Reforma Agrária que promovesse as mudanças necessárias, sem pôr em risco a estrutura fundiária básica do Estado. É elucidativo o

(227) Heraldo Gadelha sugere desarmamento geral. Diário da Borborema. 7 abr. 1962. p. 1.

telegrama dos parlamentares paraibanos ao líder do governo na Câmara Federal:

"Dentro essa conjuntura, quando testemunho Governador do Estado, parlamentares, Igreja; órgãos, classes, todas as categorias proprietários evoluídos e povo em geral, reclamam imediata reformulação estruturas atuais e, por inadiável, aquelas referentes a problemas das massas camponesas, cumpre-nos conclamar ação conjunta de legisladores dos Estados federados para que através de amplo movimento reivindicatório despertando consciência nacional do drama do povo faminto, obtenhamos Congresso votação urgentíssima Lei Reforma Agrária. A aguda crise já agora descamba para o terreno das lutas fratricidas, com características de desesperos comuns e que pode degenerar, para desgraça de todos em conflitos de classes onde o ambiente seria propício, pela desesperança dos oprimidos para perpetuação manobras desagregadoras contrárias espírito cristão e superiores interesses nossa terra". (228)

Fica patente, pelo visto, a preocupação das "classes políticas" representantes dos interesses dominantes, a necessidade de promoção de reformas que não atingissem as relações de poder vigentes. Com este objetivo, procuravam desvirtuar as lutas dos trabalhadores rurais, para manterem e ampliarem as suas condições objetivas de trabalho, em luta "entre irmãos" que poderia subverter a ordem social.

Em que pese o caráter pequeno-burguês das Ligas, que não permitia a ultrapassagem dos limites da legalidade burguesa, o questionamento que levantavam, com relação à estrutura fundiária vigente, colocou contra elas o poder conservador dominante no Estado. Independentemente do partido a que pertencessem, foi com a conivência das autoridades constituídas que se cometeram as mais cruéis arbitrariedades contra os camponeses e seus líderes

(228) Votação imediata pelo Congresso da Lei de Reforma Agrária. Apêlo Vital do Rego, Diário da Borborema. 18 abr. 1962. p. 1 (grifos nossos)

(espancamento, expulsões, invasões de roçados, destruição de moradias etc) e o fechamento compulsório de suas associações. (229)

Outra forma de se desestabilizar os movimentos dos trabalhadores rurais, foi a cooptação das principais lideranças, pela oferta de emprego em locais distantes, com melhor remuneração.

O movimento camponês começa a enfraquecer-se. A divisão entre Julianistas (seguidores de Julião) e os comunistas que orientavam algumas Ligas, que vinha acontecendo em outros Estados, atinge as Ligas da Paraíba. A luta pela terra começa a ser abandonada em função do processo crescente de imposição das relações assalariadas, que facilitam as práticas sindicalistas.

Em 1958, tinha-se realizado o 1º Congresso de Trabalhadores na Paraíba, organizado por bancários, reunindo trabalhadores de várias categorias entre eles sapateiros, gráficos, trabalhadores da construção civil e os próprios bancários. Também compareceram os que estavam organizados em associações, como os camponeses. Entre as resoluções deste Congresso constavam:

"solicitação da carta sindical para algumas categorias de trabalhadores, criação da junta de conciliação e julgamento nas principais cidades, lei orgânica da previdência social, o direito de greve e o abono de Natal". (230)

(229) AUED, Bernadete W. Op. cit. p. 52, faz referência às principais atrocidades feitas contra os camponeses na Paraíba, além das já anteriormente citadas:

Em 1962: -A destruição de roçados no Eng. Teory, Pedra de Fogo.
 -A expulsão de quarenta famílias de camponeses. Engenho Belo Jardim - Pedra de Fogo.
 -Assalto a mão armada, Riacho do Ingá, Presidente da Liga de Sapê.
 -Despejo - Fazenda Tapira, Sapê, Camponês Antonio Alfredo e Família.

Em 1963: -Destruição de moradias, Eng. Marau, várias famílias camponesas.
 - Despejo. Fazenda João Barbosa - Sapê - Camponês Antonio Alfredo e família.
 -Assassinato do camponês Manuel Pereira - Fazenda Fr. Manuel de Paula Araras.
 -Agressão física - Itabaiana, o professor Assis Lemos e o líder Pedro Fazendeiro.

Em 1964: -Assassinato - Mari - vários camponeses.

(230) AUED, Bernadete Wrublewski. Op. cit. p. 31.

A partir destas resoluções, começou a se desenvolver a vida sindical na Paraíba. Nos anos 60, a Igreja aparece cada vez mais envolvida com a problemática rural. Tentando-se contrapor às Ligas Camponesas, utiliza o fantasma do comunismo, para afastar os camponeses das associações organizadas pelo PC, e enquadrá-los num projeto de sindicalização, propondo reformas que não implicassem mudanças estruturais.

Na Paraíba, em maio de 1962, foi instalada, sob a presidência do Cônego Rui Vieira, uma equipe que deveria coordenar todo o movimento sindicalista nas paróquias e arquidioceses do Estado:

"tendo em vista não apenas a organização de um plano associativo mas também o treinamento de todos aqueles que integrassem a referida equipe cuja finalidade era promover cursos de liderança, de relações humanas, de cooperativismo, etc... para padres, professores camponeses, que teriam a tarefa de planejar e supervisionar a sindicalização Rural". (231)

Areia foi a cidade escolhida para realizar o 1º Curso de Treinamento, provavelmente por se encontrar em uma área em que os conflitos proliferavam, em razão do número de engenhos e usinas.

Segundo o Diário da Borborema:

"é notas simpáticas que os proprietários são compreensivos e aceitam na sua quase totalidade a iniciativa do vigário, não pondo obstáculos à penetração do movimento sindicalista". (232)

Como citamos anteriormente, a proposta de sindicalização, neste período, começa a interessar ao próprio governo, que se preocupa em institucionalizar o movimento camponês e afastar o possível perigo de sua radicalização. Os proprietários, pelos mesmos motivos, aceitam as propostas

(231) Sindicalização Rural em marcha no Estado sob a liderança do Clero. Diário da Borborema. 3 jul. 1962. p. 1.

(232) Idem, ibidem. p. 1.

de sindicalização, como um "mal menor" sem que, na prática, pensassem em efetivá-las.

A preocupação maior era minimizar as tensões sociais e, para isto, a ação da Igreja era particularmente importante no Estado da Paraíba, onde as "classes políticas" não tinham a menor sensibilidade para o problema camponês e, portanto, não podiam mediatizar os conflitos sociais.

A sua ação foi decisiva, na condução do movimento camponês para dentro dos sindicatos e, conseqüentemente, na institucionalização burguesa das organizações camponesas.

Em Campina Grande, o prefeito Severino Cabral continuava utilizando a política assistencialista, que lhe tinha sido favorável, quando candidato (doação de terrenos às classes mais pobres, dispensa de impostos, etc.). Na sua administração, procurou apoiar as várias associações existentes e ajudou, por outro lado, na fundação de novas. Procurava controlá-las através de relações paternalistas.

Os servidores públicos, por exemplo, tiveram a instalação de sua associação em prédio da municipalidade, cedido pelo Prefeito, tendo o mesmo comparecido às comemorações que marcaram o início das atividades do órgão (10 de julho de 1960), (além das outras autoridades civis, militares e eclesiásticas). Segundo os assessores do Prefeito:

"o mesmo tinha compreendido que os interesses do funcionalismo seriam melhor cuidados através de uma entidade representativa da classe que se entendesse diretamente com as autoridades superiores em nome de todos os servidores, quando tivessem de ser tratados assuntos concernentes a reivindicações dos funcionários e que fosse por outro lado um instrumento de ligação entre o Prefeito e seus auxiliares, na formulação de um código de disciplina e organização dos serviços públicos". (233)

(233) 19 ano da Administração Severino Cabral - 1959/1960. Obras que definem uma administração. Campina Grande. Novembro de 1960. p. 14. Distribuído na comemoração ao 19 ano do Governo de Severino Cabral.

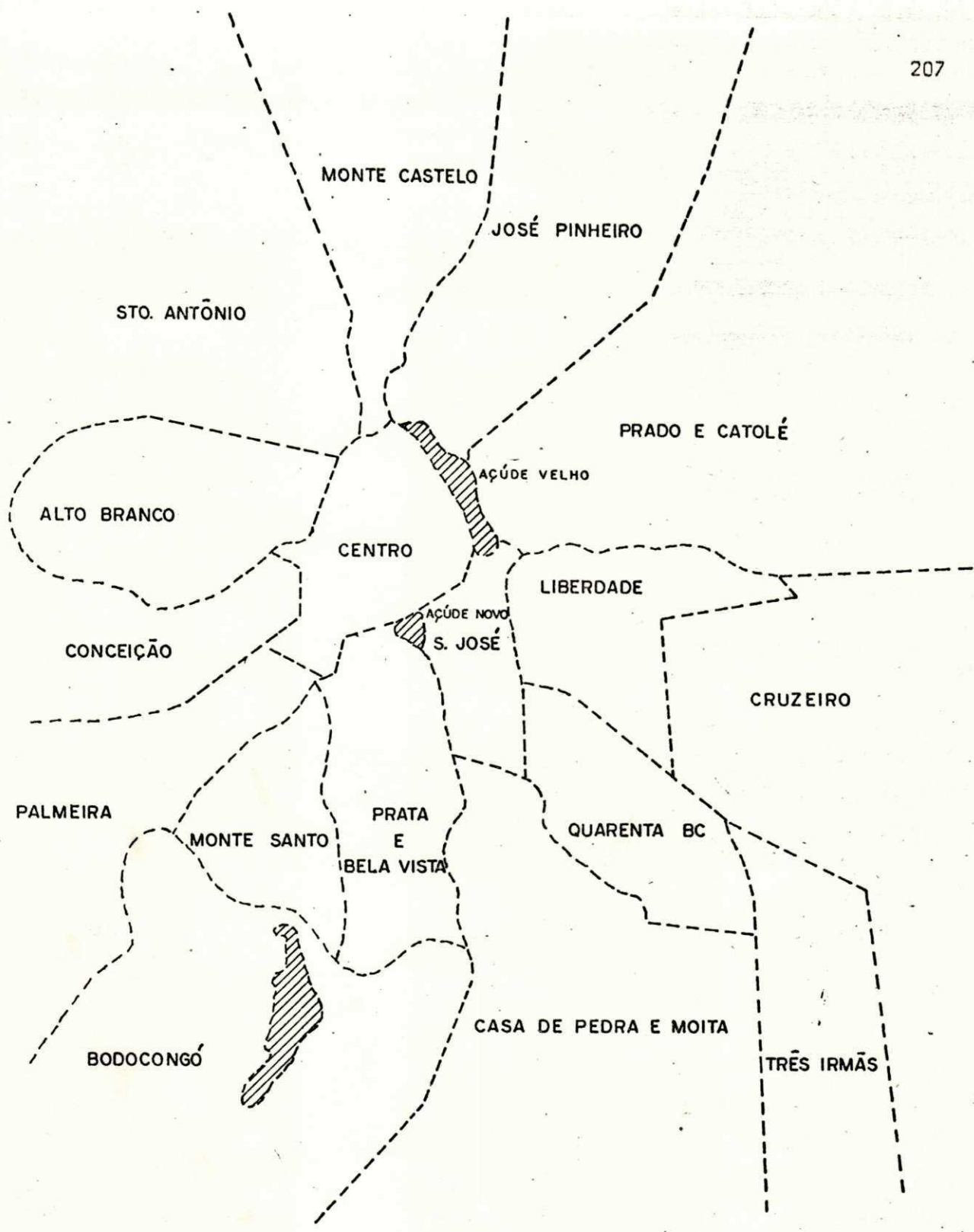
O objetivo maior da associação seria, portanto, compatibilizar as reivindicações dos servidores com o poder constituído evitando-se, assim, que os interesses reais dos servidores fossem representados.

Na sua administração, foram doados terrenos a várias associações para que pudessem construir as suas sedes, como a organização Cruz-Branca Amarela (Associação de Enfermeiras), a Associação dos Servidores Públicos Municipais, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (IAPC), o Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar, a Associação de Enfermeiros Práticos, o Centro Social do Tambor, entre outros. (234)

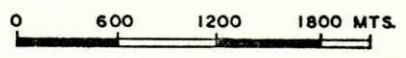
Nesta fase, o processo de concentração fundiária e a crise no setor agrícola, em razão da decadência do algodão e do sisal, analisada anteriormente, contribuem para o crescimento do êxodo rural para Campina Grande. Aumenta o número de favelas e pioram as condições de vida nos bairros. É importante registrar, o caráter semi-rural desses bairros, indicando a forma de reprodução da força de trabalho da cidade, onde a exploração de pequenos roçados e a prática de atividade artesanal garantiam a sua sobrevivência. (Ver Mapa III).

Os Centros Sociais que surgem em alguns bairros, registram o início de um processo de organização social. É neste período que vão ser criadas as primeiras SABs (Sociedades de Amigos de Bairros de Campina Grande). Para a formação da maioria foi importante o apoio dos Estagiários da Faculdade de Serviço Social. A 1.^a SAB surgiu no Bairro de José Pinheiro, um dos mais populosos da cidade e com muitos problemas. Desde a sua fundação, procuraram estabelecer boas relações com a administração municipal, que, ao atender as reivindicações das entidades, visava ganhar o apoio das classes populares e moldá-las de acordo com os seus interesses, evitando que fugissem ao seu controle.

(234) Campina Grande. Livro de Atas e Projetos da Prefeitura, ano 1962-1963.



ETENE / BNB
DES. ASA - MAR. 1963



CONVENÇÃO:
LIMITE DE BAIRRO - - - -

MAPA IV - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BAIRROS DE CAMPINA GRANDE.

Evidenciava-se, com a criação das SABs o esforço de se enquadrar os movimentos populares nos parâmetros burgueses. Com relação aos trabalhadores da cidade a possibilidade de se utilizar os recursos que o capitalismo proporciona (compra de votos, empreguismo, atendimento parcial das reivindicações por moradia, escola, etc.), fez que os resultados fossem mais positivos do que com relação aos trabalhadores do campo, cujas reivindicações esbarravam sempre na estrutura fundiária, profundamente concentrada e intocável, o que gerou as confrontações diretas, neste período.

A política desenvolvimentista e modernizante continuava a ser prestigiada pelo Prefeito Severino Cabral que visando atender a estes objetivos cria em 1963 o FUMINGRA (Fundo Municipal de Industrialização de Campina Grande). Os recursos do FUMINGRA destinavam-se à intensificação do processo de industrialização do município, financiando projetos de instalação de empresas ou de modernização das indústrias existentes. Com o objetivo de viabilizar tais projetos, cria-se a CINGRA (Companhia de Industrialização de Campina Grande), sob a forma de sociedade de economia mista. Através desta entidade, seriam firmados os Convênios com órgãos públicos e privados, nacionais e estrangeiras. (235)

Continua a política de doação de terrenos às Indústrias que quisessem se estabelecer. Foram beneficiadas, neste período, a CANDE (Campina Grande, Indústria Sociedade Anônima) e a IPELSA (Indústria de Celulose e Papel da Paraíba).

Os interesses de modernização das elites agrárias também foram apoiados. Projetos de eletrificação da Zona Rural foram aprovados, determinando-se abatimento de 37% das taxas de energia elétrica aos proprietários das zonas rurais.

O sistema bancário é reforçado pela necessidade de atendimento de

(235) Campina Grande. Livro de Atas e Projetos da Prefeitura - Anos 1963-1965.

um número cada vez maior de financiamentos.

A introdução da semana inglesa, que determinou o fechamento do comércio aos sábados, a partir das treze horas, é indicativa do processo de transformação das práticas comerciais. Firms que operam, nacionalmente, começam a se instalar na cidade. As relações entre patrões e empregados tornam-se cada vez mais impessoais, perdendo o seu caráter paternalista e sendo relações de eficiência do trabalho.

As eleições de 1963, em Campina Grande, refletem o aprofundamento das contradições entre as classes. Diante da efervescência dos movimentos populares, as classes no poder preferiram não se arriscar numa disputa que poderiam enfraquecê-las, optando por se unir, diante da possibilidade do crescimento das reivindicações dos trabalhadores.

O "conchavo" político foi uma prática muito utilizada no passado, que ainda hoje não está superada. Representava uma discriminação das "classes políticas" locais contra as organizações dos trabalhadores, que, por não possuírem representação própria, viam decisões importantes serem tomadas, sem a sua participação, mesmo que formal.

Argemiro e Cabral, políticos que militaram em partidos diferentes, de 1947 a 1959, esquecem as antigas divergências e depois de tentativas frustradas de se conseguir um candidato apolítico, lançam como candidatos Newton Rique (PTB) e Williams Arruda (PSD).

Newton Rique, desde a última eleição para prefeito, quando fora derrotado por Cabral, tinha avançado com relação ao apoio das camadas populares. Candidato pelo PTB, com penetração nas esferas federais, era apontado como candidato capaz de conseguir os recursos necessários para impulsionar o desenvolvimento da cidade. Tendo como vice William Arruda, respaldado por Cabral, a vitória estaria praticamente assegurada.

A conciliação, entretanto, provocou o descontentamento entre os

que foram preteridos no seu desejo de concorrerem, também, ao pleito municipal, e que teriam preferido a disputa eleitoral. Surge, pois, a candidatura de Langstaine de Almeida, que tenta conseguir o apoio popular, procurando identificar a sua candidatura com as propostas das classes trabalhadoras. Daí o slogan utilizado na sua campanha: "o tostão contra o milhão". Entretanto, a radicalização do processo das lutas camponesas, com tiroteios nos distritos, apavora a pequena e média burguesias, que passam a apoiar Newton Rique.⁽²³⁶⁾

Apesar de a candidatura Langstaine aparecer como ligada a setores progressistas, não se pode esquecer que o mesmo se registrou pelo PRP, Partido Republicano Paraibano (Ex-Partido Integralista Brasileiro) e tinha como vice e conservador Milton Lelis de Carvalho, o que a caracteriza, muito mais, como uma candidatura dos setores burgueses que se sentiam prejudicados pelo processo de conciliação. A sua candidatura não chegou a ameaçar verdadeiramente a do seu opositor.

O candidato Newton Rique vinha defendendo propostas moderadas com relação às perspectivas de mudanças. No discurso que fez saudando o Governador Leonel Brizola, em visita a Campina Grande, defendeu:

"uma urgente reformulação social sob a égide democrática, propugnando pelas reformas de base sem que isso implicasse na adoção de sistemas políticos alheios à consciência nacional". De acordo com o Diário da Borborema: "o mais importante do discurso do Dr. Newton Rique, segundo voz corrente em toda a cidade, é que ele não abriu mão dos seus pontos de vista e princípios de acordo com as vanguardas políticas mais esclarecidas e nacionalistas do país, sem se afastar, todavia, dos que defendem, patrioticamente reformas com democracia".⁽²³⁷⁾

(236) Segundo William Tejo "neste período aparece nos comícios de Langstaine de Almeida, a figura de Padre Alípio de Freitas, pregando abertamente a revolução sindicalista. O que era de estranhar que comunista é comunista e católico é católico. E esse linguajar desabrido de um sacerdote, determinou as águas: a classe média em sua maioria passou a apoiar Newton". Gazeta Ilustrada, Suplemento Especial de Gazeta do Sertão. p. 20. nov. 1983. p. 1.

(237) Reforma com democracia: pregou Newton Rique saudando Brizola. Diário da Borborema. 1 dez. 1962. p. 1.

As perspectivas de reformas estruturais apavoram a burguesia da cidade.

"Quando da visita do governador Leonel Brizola, Newton Rique ofereceu ao visitante um banquete nos salões do Campinense Clube. Muita gente importante assinou a lista de comparecimento, todavia, na última hora, pouca gente compareceu e os lugares, foram preenchidos pela gente do povo. É que a burguesia tinha medo de Brizola". (238)

Era muito grande a importância política da burguesia agrária local, que se sentia particularmente ameaçada pelas perspectivas de uma reforma agrária. Aliando-se aos grandes comerciantes, opunham-se mesmo às transformações propostas pela burguesia nacionalista. O fantasma do comunismo era sempre ressuscitado, para justificar as suas posições conservadoras e atrasadas.

Numa fase de relativa democracia no Brasil, é decretada pelo Juiz Eleitoral de Campina Grande, pressionado pelos setores mais atrasados da burguesia local a cassação das candidaturas de José Pereira dos Santos (Peba) e Manuel Monteiro, inscritos na legenda do Partido Socialista Brasileiro, sob a alegação dos candidatos serem atuantes e militantes do PC. (239) Aos responsáveis pela pressão e pelo ato não os incomodava a possível ilegalidade do mesmo, acostumados a forjar as suas próprias leis e a não obedecerem nem mesmo as próprias instituições burguesas estabelecidas.

Newton Rique tomou posse em 30 de novembro de 1963 e teve o seu mandato cassado em 15 de junho de 1964.

Banqueiro, conhecido pelas propostas moderadas de transformação, disposto a promover uma política desenvolvimentista requerida pelo capital

(238) TEJO, William. Aliança tácita entre Argemiro e Cabral elegeu Newton Rique. *Gazeta Ilustrada*. Op. cit. p. 1.

(239) Decretada a cassação de registro dos candidatos comunistas pelo Juiz Eleitoral. *Diário da Borborema*. 11 jul. 1963. p. 1.

nesta fase (empenhou-se bastante para a instalação da Wallig e da CANDE), tomando medidas que objetivavam a concretização deste processo - encaminhou, por exemplo, projetos de eletrificação, de reorganização do serviço público e do sistema tributário, introduzido na política por Argemiro Figueirêdo, reconhecidamente um anti-comunista, o pretexto de sua cassação foi a amizade que o ligava a Leonel Brizola e a João Goulart.

No pronunciamento que fez logo após o impedimento dos seus direitos políticos, Newton Rique colocou:

"Em todos os setores, era visível que nosso governo introduzia um novo processo de administração, novos métodos de gerir a causa pública, como patrimônio do povo e não como instrumento do usufruto pessoal. A racionalização dos serviços, a eficiência que a todo custo se procurava conseguir, a ausência da política de compadrio e tráfico de influências, o estímulo ao trabalho dedicado, honesto e constante, a luta pertinaz contra a corrupção, o suborno e o favorecimento ilícito foram - e posso assim dizê-lo, campinenses - um dos motivos principais que acirravam contra mim os políticos superados, dos velhos processos de usar da causa pública e dos cargos ocupados para seus mesquinhos propósitos eleitoreiros". (240)

Apesar da dificuldade de, na prática, introduzir modificações na viciada política municipal, é inegável que Newton Rique objetivava impor a prática burguesa de encobrir o processo de dominação sob a aparência formal de atendimento aos interesses de todos.

Entretanto, o processo de adequar as estruturas da região aos interesses externos e internos não suportaria nem mesmo os métodos legais e institucionais de controle estabelecidos. Era necessário reeditar os velhos métodos de intimidação, cerceamento da liberdade, espancamento e morte para coagir os trabalhadores a aceitarem o processo de acumulação capitalista nesta fase, o que implicaria, muitas vezes, em tortura lenta e progressiva, que levaria inexoravelmente à morte pela fome e inanição. Privilegiando os setores mais atrasados da burguesia e as práticas políticas mais discriminatórias, o pacto das elites se consolidou.

(240) Newton Rique: Não nego, mesmo agora, as minhas atitudes de homem público. Diário da Borborema. 16 jun. 1964. p. 1.

CONCLUSÕES

Ao longo desta dissertação, analisamos as transformações na estrutura de poder em Campina Grande (1945-1964) tendo como base a relação entre a realidade política local e a nacional.

Nosso trabalho se enquadra no esforço que vem sendo desenvolvido por estudiosos e historiadores que procuram desmistificar a idéia de que a História do Brasil se reduz à formação histórica do Sudeste. Nesta perspectiva, procuramos apresentar o desenvolvimento do poder político nacional, dentro de um processo global, envolvendo as várias regiões do país, cujo conjunto forma o que se entende como espaço nacional.

A categoria região foi empregada como espaço organizado cujas bases objetivas são as relações econômicas e as relações sociais. Nesse sentido, a estruturação do poder político foi analisada como produto das transformações destas relações.

Neste caso específico, procuramos superar a visão dualista de um Nordeste rural e atrasado em contraposição a um Sudeste industrializado, mostrando que o processo constituído do espaço nacional, consolidado com a formação do mercado interno, se faz de forma desigual e combinada. Consideramos os fatores internos de cada região, como responsáveis pelo processo de integração nacional.

A intensificação do processo de acumulação capitalista, nos fins do século XIX, desencadeada pelo desenvolvimento da agricultura mercantil, propiciou o surgimento de fábricas no Sudeste e no Nordeste. A indústria têxtil e as usinas de açúcar são exemplos destacados desse processo.

No Sudeste, a industrialização foi beneficiada com os recursos oriundos da produção cafeeira de exportação e alimentada pelos mecanismos de confisco cambial sobre as divisas geradas pela exportação dos produtos agrícolas. As transformações na estrutura agrária e a expansão das relações

capitalistas na região Sudeste, são, contudo, os pressupostos fundamentais para intensificação desse processo de industrialização. Acentuam-se, a partir daí, as divergências entre as burguesias agrária, comercial e industrial, aflorando dessa situação uma dubiedade persistente com relação à política a ser adotada.

A crise da economia cafeeira, nos fins da década de 20, precipita a crise de dominação, forjando assim, o vácuo político. Afloram, então, os movimentos de massa, principalmente urbanas, que desejam solucionar os seus problemas mais prementes como moradia, custo de vida, demanda de bens e serviços etc....

A nível local, intensificam-se os movimentos dissidentes dos setores dominantes que se sentiam prejudicados com o processo de centralização política e econômica do País.

O período getulista, principalmente o do Estado Novo, representou a superação da crise, pela via autoritária.

Inicia-se assim, o primeiro estágio da nacionalização formal da economia brasileira, com a criação de empresas estatais e com o estabelecimento do controle nacional sobre certas áreas de produção estratégicas, como a mineração, o aço e o petróleo. Prepara-se, dessa forma, a infra-estrutura necessária para o desenvolvimento industrial privado do Brasil.

O Estado Novo interferiu também nos conflitos inter e entre-classes, formulando diretrizes políticas com o objetivo de subordinar as lideranças regionais e regulamentar a força de trabalho cumprindo, assim, o requisito básico para o processo de acumulação capitalista.

Na nossa dissertação, analisamos o período político que sucede ao Estado Novo, através da relação poder local-poder nacional, tendo como base as transformações na estrutura de poder em Campina Grande.

Demos 3 grandes cortes fundamentando-nos nas transformações das

relações de poder, desse período. O primeiro período (1945-1954) caracterizou-se pelo processo de redemocratização do país e pela reposição dos mecanismos liberais burgueses, como forma de dominação. A ausência de uma política econômica definida, que se orientasse no sentido de promover a industrialização, foi responsável pela dubiedade política do período e pelos conflitos inter e entre classes. Podemos concluir que se as classes dominantes rurais eram bastante fortes para influenciar o processo político e resguardar os seus interesses de classe, mantendo a inviabilidade da grande propriedade fundiária, não estavam preparadas para enfrentar os novos grupos sociais, nascidos da economia industrial, que pressionavam o poder político no sentido de atendimento de suas reivindicações.

O processo Político de Campina Grande passa a refletir essa nova conjuntura. As antigas formas coronelísticas de intimidação e de compromisso familiares revelavam-se insuficientes para a manutenção do jugo político e as novas formas que institui a compra do voto e o empreguismo ainda não estavam devidamente sistematizadas.

Diante da emergência das forças populares, que não podiam ser cooptadas pela maneira tradicional, tornou-se necessário a utilização da democracia formal. Para atingir os redutos mais populares, a estratégia foi a utilização de pessoas identificadas com as classes despossuídas e que fossem capazes de dirigi-las e organizá-las no sentido de aceitarem as propostas da burguesia citadina.

Forjou-se, assim, a crença na representatividade democrática do poder político pela escolha de seus representantes.

Tendo-se como referência a região Nordeste, como um todo, a estrutura conservadora do poder, não permitiu a participação, ainda que limitada, das forças populares no processo político. Em consequência, as contradições tendem a se agudizar e os conflitos entre as classes a se decidir pela confrontação direta, forma tradicional de se resolverem conflitos na região.

A nível nacional, a crise econômica se aprofundou diante da necessidade cada vez maior, de importar insumos e matérias primas para as indústrias nascentes, o que evidencia a precariedade da política "nacionalista", para suprir as necessidades progressivamente complexas do parque industrial já existente.

Tornou-se patente que a nova divisão internacional do trabalho, propiciou o desenvolvimento industrial com o objetivo de estimular a indústria de bens de produção nos países desenvolvidos.

A criação de novas fontes de financiamento teria que passar portanto, pela imposição do capital estrangeiro, como o principal beneficiário da industrialização em curso, o que possibilitou a reorganização do pacto do poder.

Esta redefinição do poder entre os vários setores burgueses, que implicaria numa ascendência maior dos grupos industriais, ligados ao capital estrangeiro, precipitou a crise política, que culminou com o suicídio de Vargas.

O período seguinte 1954-1959 caracterizou-se pela emergência do grande capital, no interior da economia brasileira, vinculado ao setor de bens de consumo duráveis, sob o controle dos interesses externos e em consequência a desagregação e rearticulação do médio capital agrário e industrial sob o comando progressivo do capital monopolista.

Estas transformações aprofundam a crise política institucional, que se explicitará no atrito entre os setores dominantes burgueses e nos conflitos entre as classes.

A monopolização e a concentração fundiária, contribuiu para a emergência dos movimentos populares, dos quais as Ligas Camponesas, no Nordeste, são um exemplo.

Verificou-se, então uma maior interferência do poder central no

processo econômico e político regional. A criação da SUDENE procurou atender a conjuntura de crise gerada pela passagem do capital concorrencial para o capital monopolista. O seu objetivo era a mudança do processo de acumulação de capital, na Região Nordeste e para consegui-lo propunha a criação de novas indústrias, a modernização das existentes e a reestruturação das atividades econômicas tradicionais como o algodão e a pecuária. A previsão de oferta de novos empregos, diminuiria a pressão sobre a terra e minimizaria os conflitos sociais.

As classes dominantes regionais sentiram-se ameaçadas pelas propostas de reorganização das atividades econômicas e se opuseram inicialmente à política da SUDENE. Em suma, o resultado disso foi o estabelecimento de um acordo, entre os setores dominantes, através do qual, são mantidos os mecanismos tradicionais de acumulação de trabalho na região. Essas mudanças porém, seguem a lógica da acumulação monopolista, provocando, a longo prazo, mudanças estruturais na região.

Campina Grande, inserida neste contexto, realizou, com a ajuda do Poder Central, obras de infra-estrutura, como foi o caso da adutora de Boqueirão, necessárias à implementação de uma política desenvolvimentista.

A imposição de uma política modernizante contribuiu para enquadrar as classes dominantes tradicionais dentro do processo de acumulação capitalista, contribuindo, dessa maneira, para estabelecer, através dos órgãos públicos, as práticas do "empreguismo" e do voto pago que ajudaram a manter a estruturação do poder local.

No governo de Kubitschek, começa a se definir o processo de monopolização da economia brasileira, que se completaria às custas da plena submissão da classe trabalhadora.

As contradições tendem a se aprofundar, com essa expansão econômica. As classes no poder utilizaram a ideologia do nacional-populismo procurando

conciliar o conservadorismo político com o desenvolvimento econômico, conseguindo adiar, dessa forma, o desfecho da crise para o período posterior.

O período 1959-1964 caracterizou-se pelo aprofundamento das contradições entre as classes e da crise econômica e político institucional. Na medida em que se tornou impossível negar o domínio da economia brasileira pelo capital internacional, passou a ser difícil manter a ideologia do nacional-populismo como base da estrutura do poder.

A economia nordestina, identificada pela predominância do latifúndio oferece pouca resistência aos interesses da burguesia associada ao capital internacional. A política de modernização empreendida pela SUDENE contribuiu para descaracterizar a indústria tradicional e apressar a sua decomposição. Verificou-se também a estagnação generalizada da produção agrícola.

A crise explicitou-se na evolução dos movimentos populares entre os quais as Ligas Camponesas se constituiu no mais importante. Estas lutas sociais envolveram dominados e dominantes e revelaram as diferenças entre os vários setores burgueses e tiveram como resultado a definição da composição do poder, sob a liderança do grande capital.

A região polarizada por Campina Grande não apresentou a mesma mobilização camponesa das regiões de Santa Rita e Sapé, onde inúmeros núcleos foram criados registrando-se incidentes, com mortes.

A evolução dos movimentos populares, no Nordeste, atemorizou as classes dominantes de todo país, que propuseram medidas reformistas com o objetivo de minimizar as tensões sociais.

Coube à Igreja o papel de encaminhar a institucionalização burguesa do movimento camponês, através do processo de sindicalização. Na Paraíba, "as classes políticas" do Estado consideram as Ligas como um "caso de polícia" não se propondo a mediar os conflitos.

Com relação às organizações populares de Campina Grande, houve,

por parte dos poderes constituídos, a preocupação de moldá-las de acordo com os seus interesses, através de uma política assistencialista, evitando assim, que a questão de ordem social fugisse ao seu controle. É o caso das SABs (Sociedade dos Amigos dos Bairros) surgidas neste período.

Além disso, os trabalhadores conseguiram manter uma certa capacidade de resistir a esse processo de desenvolvimento feito, exclusivamente, às suas custas.

O processo de acumulação capitalista do período necessitava entretanto, que as barreiras, representadas pelas possibilidades de organização dos movimentos populares, fossem eliminadas. Estes "obstáculos" foram superados pela repressão não se verificando nenhuma reação por parte dos setores "nacionalistas" da burguesia que, rapidamente, se incorporaram e se beneficiaram com o processo em curso, tornando-se claro que a contradição fundamental da sociedade brasileira se situava na esfera da exploração dos trabalhadores pela burguesia.

BIBLIOGRAFIA**1. FONTES PRIMÁRIAS****1.1 - Estatísticas****1.1.1 - Fundação IBGE**

- Anuários Estatísticos do Brasil - IBGE. Conselho de Estatística. 1960/1964.
- Paraíba, Realidade Econômica, Problemas, Roteiro para Investimento, FIEP, Campina Grande. 1956/1959.

1.2 - Impressas**1.2.1 - Arquivo da Câmara Municipal de Campina Grande: Atas**

- Livros de Atas de Projetos da Prefeitura de Campina Grande. 1947/1964.

1.2.2 - Arquivo do Centro Cultural de João Pessoa: Jornais

- A União, João Pessoa, jan. 1953 à dez. 1954.
- Correio da Paraíba, João Pessoa, mai. 1956 à out. 1957.

1.2.3 - Arquivo do Diário da Borborema: Jornal

- Diário da Borborema, Campina Grande, out. 1957 à set. 1964.

1.2.4 - Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Campina Grande: Jornais

- O Rebate, Campina Grande, jun. 1959 à nov. 1959
- O Século, Campina Grande, jul. 1928 à nov. 1928.

- CARDOSO, Miriam Limoeiro. A Ideologia do Desenvolvimento do Brasil: J.K. e J.Q. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- CARONE, Edgard. A Terceira República (1937-1945). São Paulo-Rio de Janeiro, Difel, 1976.
- ————. A Quarta República. São Paulo-Rio de Janeiro, Difel, 1980.
- ————. A República Liberal I: Instituições e Classes Sociais (1945-1964) São Paulo, Difel, 1985.
- ————. O Estado Novo. São Paulo, Difel, 1976.
- CASTRO, Antonio de Barros. 7 ensaios sobre a Economia Brasileira. 2.^a ed., Vol. 2, Rio de Janeiro, Forense, 1975.
- CASTRO, Josué de. Sete Palmas de Terra e um Caixão. Ensaio Sobre o Nordeste, Área Explosiva. São Paulo, Brasiliense, 1967.
- CAVALCANTI, Paulo. O Caso eu Conto, como o Caso Foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes (Memórias). Recife, Guararapes, 1980.
- CHALOUT, Yves. Estado, Acumulação e Colonialismo Interno: Contradições Nordeste/Sudeste/1960-1977. Petrópolis, Vozes, 1978.
- COHN, Amélia. Crise Regional e Planejamento. São Paulo, Perspectiva, 1976.
- COUTINHO, Marcos Odilon Ribéiro. Poder, Alegria dos Homens. João Pessoa, Gráfica e Imprensa, 1965.
- CRUZ, Dalcy da Silva. A Redenção Necessária [Igreja Católica e Sindicalismo Rural (1960-1964)]. Dissertação de Mestrado - Campina Grande, UFPB, 1982. (mimeo).
- DOBB, Maurice. A evolução do Capitalismo. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- DREIFUSS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado. Petrópolis, Vozes, 1981.
- DUVERGER, Maurice. Os Partidos Políticos. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- ERICKSON, Kessneth Paul. Sindicalismo no Processo Político do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- FIGUEIREDO, Argemiro. *Discursos Parlamentares*. João Pessoa, A União Ed., 1977.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1975.
- ————. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
- ————. *Pequena Introdução ao Desenvolvimento: Enfoque Interdisciplinar*. São Paulo, Ed. Nacional, 1980.
- GRAMSCI, Antonio. *Obras escolhidas*. São Paulo, Martins Fontes, 1978.
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de Hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- HEGEL, G. W. F. *A sociedade Civil Burguesa*. Lisboa, Estampa Ed., 1979.
- HOBBSBAWN, E. J. *Rebeldes Primitivos. Estudos das Formas Arcaicas dos Movimentos Sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- IANNI, Octávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
- ————. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- ————. *Teoria da Estratificação Social*. São Paulo, Nacional, 1978.
- IOWY, Michael. *Método dialético e Teoria Política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- JAGUARIBE, Hélio. *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962.
- JOFFILY, José. *Distorções e Revisões*. Londrina, Gráfica Líder, 1977.
- ————. *Notas sobre a Paraíba*. THESAURUS, Brasília, 1976.

- JUREMA, Abelardo. Sexta-Feira 13, Os Últimos Dias do Governo Goulart. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1964.
- KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- LAFER, Celso. O Sistema Político Brasileiro: Estrutura e Processo. São Paulo, Perspectiva, 1975.
- LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto. 2.^a-ed., São Paulo, Alfa Omega, 1975.
- LENIN, Vladimir Ilitch. Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, 1979.
- LOPES, José Sérgio Leite. O Vapor do Diabo: O Trabalho dos Operários do Açúcar. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- LUKACS, George e SCHAFF, Adam. Sobre o Conceito de Consciência. Porto, Escorpião, 1978.
- MACCIOCCHI, Maria Antonietta. A favor de Gramsci. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- MAIA, Sabiniano. Flávio Ribeiro Coutinho. História de uma Vida e de uma época. 1882/1963. João Pessoa, União Ed., 1977.
- MANDEL, E. Da Comuna a Maio de 68. Lisboa, Antídoto, 1979.
- ————. Introdução ao Marxismo. Lisboa, Antídoto, 1978.
- MARANHÃO, Ricardo. Sindicatos e Democracia. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- MARANHÃO, Sílvio. A Questão Nordeste. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- MARIZ, Celso. A evolução econômica da Paraíba. João Pessoa, A União, 1939.
- ————. Cidades e Homens. João Pessoa, União ed., 1945.
- MARTINS, Carlos Estevam. Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil. Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- MARTINS, José de Souza. Capitalismo e Tradicionalismo. São Paulo, Pioneira, 1975.
- MARX, Karl. O Capital. Livro Primeiro. Vols, I e II. Civilização Brasileira, 1980.

- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: Obras Escolhidas, São Paulo, Alfa Omega, 1980.
- _____ . A Ideologia Alemã. São Paulo, LECH, 1979.
- MELLO, José Octávio de Arruda. A Revolução Estatizada. Um Estudo sobre a Formação do Centralismo em 30. Mossoró, Fundação Guimarães Duque, 1984.
- MELO, Mário Lacerda de. O Açúcar e o Homem - Problemas Sociais e Econômicos do Nordeste Canavieiro. MEC - Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Recife, 1975.
- MENEZES, Djacir. O Outro Nordeste. Rio de Janeiro, Editora Artenova Ltda. 1970.
- MIROW, Kurt Rodolf. A Ditadura dos Cartéis (Anatomia de um Subdesenvolvimento). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Crise Agrária e Luta de Classes. Brasília, Horizonte, 1980.
- MOREIRA, Raimundo. O Nordeste Brasileiro: Uma política regional da Industrialização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- MOTTA, Fernando. Empresários e Hegemonia Política. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- OLIVEIRA, Francisco de. A Economia da Dependência Imperfeita. Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- _____ . Elegia para uma Re(li)gião. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- OLIVEIRA, Franklin de. Revolução e Contra Revolução no Brasil. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962.
- PEIXOTO, Alzira Vargas de Amaral. Getúlio Vargas meu pai. Rio de Janeiro; Porto Alegre; São Paulo, Globo, 1960.
- PEREIRA, Jesus Soares e LIMA, Medeiros. Petróleo, Energia Elétrica Siderúrgica. A luta pela emancipação. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

- PEREIRA, Luiz Carlos. Trabalho e Desenvolvimento no Brasil. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1965.
- PICALUGA, Isabel Fontenelle. Partidos Políticos e Classes Sociais. A U.D.N. na Guanabara. Petrópolis-Rio de Janeiro, Vozes, 1980.
- PICCOLI, Ivo Calduro. As Pressões na Renúncia de Jânio. São Paulo, Exposição do Livro, 1961.
- PIMENTEL, Cristino. Pedacos da História da Paraíba. João Pessoa, Paraíba, TECNE Ed., 1956.
- ————. Abrindo o livro do passado. Vols. 1º e 2º. João Pessoa, TECNE Ed., 1956.
- ————. Pedacos da História de Campina Grande. Campina Grande, Livraria Pedrosa Ed., 1958.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. (Coordenador) O Estado na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- PORTELLI, Hugues. Gramsci e o Bloco Histórico. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- POULANTZS, Nicos. Fascismo e Ditadura. São Paulo, Martins Fontes, 1978.
- ————. O Estado, O Poder, O Socialismo. Rio de Janeiro, Graal, 1981.
- PRADO JR., Caio. História e Desenvolvimento. São Paulo, Brasiliense, 1978.
- ————. História Econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1972.
- ————. Notas Introdutórias à Lógica Dialética. São Paulo, Brasiliense, 1968.
- RIOS, José Arthur (Coord.). Campina Grande: Um Centro Comercial do Nordeste. Rio de Janeiro, Confederação Nacional do Comércio, 1962.
- SÁ JR., Francisco. O Desenvolvimento da Agricultura Nordestina e a Função de Subsistência. São Paulo, Seleção CEBRAP I, Brasiliense, 1976.
- SILVA, Eliete de Q. Gurjão. O Poder Oligárquico na Paraíba: Descontinuidade e Recriação (1889-1945). Campina Grande, UFPB, Dissertação de Mestrado, 1985 (mimeo)

- SILVA, Josefa Gomes de Almeida e. Latifúndio e Algodão em Campina Grande: Modernização e Miséria. Recife, UFPE, Dissertação de Mestrado, 1985, (mimeo).
- SILVA, Waldomiro Cavalcanti da. A Indústria Têxtil Algodoeira Tradicional do Nordeste Brasileiro: A Dialética Espacial de sua Formação. Recife, Pernambuco - UFPE, Dissertação de Mestrado, 1981 (mimeo).
- _____ e SÁ, Maria Braga. As Bases Econômicas da Circulação Mercantil da Cidade de Campina Grande. Campina Grande, UFPB, 1983, (mimeo).
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. O Regionalismo Nordestino existência e consciência da desigualdade regional. São Paulo, Moderna, 1984.
- SINGER, Paul. Capital e Trabalho no Campo. São Paulo, Hucitec, 1975.
- _____. Desenvolvimento e Crise. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- SILVESTRE, Josué. Lutas de Vida e de Morte. Fatos e Personagens da História de Campina Grande. (1945-1953). Brasília, Senado Federal, 1982.
- SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- SOARES, Gláucio Ari Dillon. Sociedade e Política no Brasil. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Formação Histórica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1964.
- _____. História da Burguesia Brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.
- SOUSA, Maria do Carmo Campello de. Estado e Partidos Políticos no Brasil. (1930-1964). São Paulo, Alfa Ômega, 1976.
- TAVARES, Maria da Conceição. Da Substituição de Importação ao Capitalismo. Financeiro. 8.^a ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- TELLES, Jover. O Movimento Sindical no Brasil. Rio de Janeiro, Vitória, 1962.
- THOMPSON, David. Pequena História do Mundo Contemporâneo. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

- VALE, Oswaldo Trigueiro do. O General Dutra e a Redemocratização de 45. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- VARGAS, Getúlio. A Política Nacionalista do Petróleo no Brasil. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1964.
- VASQUEZ, Sanchez. Ciência e Revolução. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo Autoritário e Campesinato. Rio de Janeiro, Difel, 1979.
- VIANNA, Marly de Almeida Gomes. A Estrutura de Distribuição de Terras no Município de Campina Grande: 1840-1905. Campina Grande, UFPB, Dissertação de Mestrado, 1985. (mimeo)
- VICTOR, Mário. Cinco Anos que Abalaram o Brasil: De Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- WANDERLEY, Maria Nazaré B. Capital e Propriedade Fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- WEFFORT, Francisco. O Populismo na Política Brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- ZENTENO, Raul Benito. (Org.). As Classes Sociais na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

2.2 - ARTIGOS

- ANDRADE, Maria Antonia Alonso de. A Política Econômica Governamental para o Nordeste a Máquina Estatal e o Clientelismo. In: Clientelismo e Máquina Estatal nas Eleições de 1982. João Pessoa, UFPB, s.d. (mimeo)
-
- _____. Uma Perspectiva Histórica do Poder na Paraíba. Trabalho apresentado na Reunião do Grupo de Trabalho "Elites Políticas" ANPOCS, Friburgo, 1981 (mimeo).
- CAMARGO, Aspásia Alcântara. A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930-1945). In- Fausto Boris (org.). História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, O Brasil Republicano, Vol. 10, São Paulo, DIFEL, 1983.

- CARDOSO, Fernando Henrique. A Formação do Capitalismo e as Classes Sociais na América Latina. In: *Classes Médias e Políticas no Brasil*. (Coord.) J. A. Guilhon Albuquerque, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- _____, Hegemonia Burguesa e Independência Econômica. Raízes Estruturais da Crise Política Brasileira. In: *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, nº 17, jan. fev, 1968.
- FERNANDES, Florestan. Crescimento Econômico e Instabilidade e Política no Brasil. In: *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, nº 11-12, mar. 1967.
- FURTADO, Celso. Brasil de Hoje: Problema do Futuro com Homens do Passado, In: *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, nº 3, jul. 1965.
- IANNI, Octávio. O Estado e a Acumulação Capitalista. In: *Debate e Crítica*. Revista Quadrimestral de Ciências Sociais, São Paulo, nº 3, set. 1923, Hucitec.
- MELLO, Humberto Cavalcanti de. A Administração do Presidente João Pessoa. In: *João Pessoa, A Paraíba e a Revolução de 30*. João Pessoa, A União, 1970.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. O Capitalismo seus novos métodos de Ação. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, nº 15, set. 1967.
- MARANHÃO, Ricardo. O Estado político "Populista" no Brasil. In: Fausto Bóris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, O BRASIL REPUBLICANO, Vol. 10, São Paulo, Difel, 1983.
- MARTINS, Paulo Henrique. A propósito de uma Política Regional de Desenvolvimento: O Caso Nordeste. *Raízes V. 2*, nº 2-3, jan.dez.1983. Campina Grande, Mestrado em Economia e Mestrado em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba - Campus II.
- _____, Coronelismo, Poder Burguês e Movimentos Populares. In: *Presença*. Revista de Política e Cultura, Vol.5, dez.1984/fev.1985, São Paulo, Caetés.
- _____, O mercado interno e a gênese da industrialização no Brasil. In: *Boletim "Notas e Comunicações de Geografia"*, Deptº de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco nº 7, Recife, 1981.

- OLIVEIRA, Francisco de. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. In: CEBRAP Seleções 1,2. São Paulo, Brasiliense, 1976.
- SILVEIRA, Cid. A Carta do Atlântico e o Capital Monopolista. In: Revista Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, nº 3, jul. 1965.
- TEJO, William. Memórias e Confidências de um Líder. In: Gazeta Ilustrada, Suplemento Especial da Gazeta do Sertão, 27 fev. a 6 mai. 1983.
- ————. Política Campinense na II República. In: Gazeta Ilustrada, Suplemento Especial da Gazeta do Sertão. out. 1983 à jan. 1984.
- ————. Campina Grande e o Ciclo do Algodão. In: Gazeta Ilustrada, Suplemento Especial da Gazeta do Sertão, set./out. 1984.
- VASCONCELOS, Silvano Alberto de. Ascensão e Queda da Economia Algodoeira de Campina Grande. In: Suplemento TUDO, DIÁRIO DA BORBOREMA, Campina Grande, 27 fev. a 29 mai. 1983.
- WEFFORT, Francisco C. Estado e Massas no Brasil. In: Revista Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, mai. 1966.